



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

VICTORIA ZAUPA MONTINI

**O SKATE DE RUA E A (RE) CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO  
URBANO:  
EXPRESSÃO E IDENTIDADE TERRITORIAL**

---

Londrina  
2026

VICTORIA ZAUPA MONTINI

**O SKATE DE RUA E A (RE) CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO  
URBANO:  
EXPRESSÃO E IDENTIDADE TERRITORIAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ideni Terezinha Antonello.

Londrina  
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Montini, Victoria :

O skate de rua e a (re) construção do espaço urbano: : expressão e identidade territorial / Victoria Montini. - Londrina, 2026.  
111 f.

Orientador: Ideni Terezinha Antonello .

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2026.  
Inclui bibliografia.

1. skate de rua - Tese. 2. espaço urbano - Tese. 3. ressignificação - Tese. 4. territorialidade - Tese. I. Antonello , Ideni Terezinha. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

VICTORIA ZAUPA MONTINI

**O SKATE DE RUA E A (RE) CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO  
URBANO:  
EXPRESSÃO E IDENTIDADE TERRITORIAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ideni Terezinha Antonello  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leia Aparecida Veiga  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Victor Nedel  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul –  
UFRGS

Londrina, 12 de fevereiro de 2026.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradecer a CAPES, que possibilitou a pesquisa por meio da bolsa ao longo de todo o período do mestrado.

À Prof. Ideni, pela orientação ativa e atenta durante o processo de escrita, por ser sempre presente e disposta ao novo.

Estendo ainda meu agradecimento à banca: Prof<sup>a</sup> Leia Veiga e Prof. Victor Nedel, pela leitura e considerações desde a qualificação.

Ao meu irmão, Arthur. Por ser esse amigo e parceiro, por muito me ensinar sobre o bom da vida, mas, principalmente, por partilhar comigo que o skate pode - e deve - ser muito além de apenas uma prática. Hoje posso afirmar que o skate muda vidas, e você é exemplo vivo disso.

Àquela que foi minha primeira morada, e com quem tenho a honra de compartilhar uma amizade bonita de se ver: minha mãe. Por me apoiar, incentivar, e acompanhar tão de perto todo esse processo. Com certeza, parte significativa de tudo isso se deve ao alicerce forte que é ter sua presença. Te amo!

Ao meu bem, Carolina. Por ser refúgio e companhia nesse processo que é, muitas vezes, tão solitário; por me apoiar de maneira ímpar, por ser presença desde os momentos difíceis até os mais alegres. Pelas conversas e acolhimentos, por ser quem é: te amo, e muito!

Ao meu pai, que mesmo sem saber, inspira e se faz apoio. Por ser uma presença de calma.

Aos amigos de graduação e vida: Eliz, Du, Naná, Giu e Will por confirmarem que a vida pode ser, e é, melhor quando compartilhada.

Às minhas queridas, Muriel e Isabela, amigadas que são frutos de projetos da Universidade e que tenho a alegria de poder contar na vida.

Aos amigos que tanto facilitaram esse processo, me ensinando beleza na simplicidade da rotina, o valor de uma amizade: Ali, Bia, Nana, Tata, Morita e Vitito.

Aos professores do Departamento de Geografia, que me acompanharam desde a graduação.

Aos skatistas de Londrina, sem os quais nada disso seria possível, meu muito obrigada!

Por fim, dedico a mim, que um dia sonhou e fez ser possível esse momento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## RESUMO

MONTINI, Victoria Zaupa. **O skate de rua e a (re) produção do espaço urbano:** expressão e identidade territorial. 2025. 111 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

A presente dissertação de mestrado tem como tema central estudar o skate de rua enquanto expressão sociocultural capaz de gerar novas formas de interação e apropriação do espaço urbano. Pois, se pauta na perspectiva que por meio da utilização criativa de elementos arquitetônicos como escadarias, corrimãos e calçadas, os praticantes transformam o espaço em um cenário dinâmico de manobras e experimentações corporais. Longe de constituírem ações neutras, essas práticas ocupam um papel central na produção de conflitos e na ressignificação das formas e funções urbanas. O objetivo central desta pesquisa é compreender como a cultura do skate influencia os processos de produção e transformação do espaço urbano, especialmente ao subverter funções tradicionais e atribuir novos sentidos ao ambiente construído. Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa, estruturada em quatro etapas principais: 1) revisão e análise crítica da literatura teórico-metodológica; 2) realização de trabalho de campo; 3) aplicação de entrevistas semiestruturadas com skatistas e 4) sistematização dos dados com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Como resultado, verificou-se que os jovens envolvidos com o skate negociam constantemente suas identidades e presenças no espaço urbano de Londrina-PR, tensionando os usos estabelecidos do espaço urbano. O skate de rua atua como agente de transformação do espaço urbano, produzindo identidades culturais e espaciais por meio do uso cotidiano e da ressignificação das formas urbanas. A prática gera leituras contra-hegemônicas da cidade e processos de territorialização, cuja análise, articulada ao mapeamento dos locais de prática, confirmou a viabilidade de apreender essas dinâmicas e validou a hipótese da pesquisa.

**Palavras-chave:** subversão urbana; ressignificação; skatistas.

## ABSTRACT

MONTINI, Victoria Zaupa. **Street skateboarding and the (re) production of urban space: expression and territorial identity.** 2025. 111 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

This master's dissertation aims to study street skateboarding as a sociocultural expression capable of generating new forms of interaction with and appropriation of urban space. It is grounded in the perspective that, through the creative use of architectural elements such as stairways, handrails, and sidewalks, practitioners transform the city into a dynamic setting for maneuvers and bodily experimentation. Far from being neutral actions, these practices play a central role in the production of conflicts and in the re-signification of urban forms and functions. The main objective of this research is to understand how skateboarding culture influences the processes of production and transformation of urban space, particularly by subverting traditional functions and attributing new meanings to the built environment. To this end, a qualitative approach is adopted, structured around four main stages: (1) a review and critical analysis of the theoretical and methodological literature; (2) fieldwork; (3) the application of semi-structured interviews with skateboarders; and (4) data systematization based on the content analysis technique proposed by Bardin (2016). The study is expected to demonstrate that young people involved in skateboarding constantly negotiate their identities and presence within the urban space of Londrina, Paraná, thereby challenging established uses of the city. The results indicate that street skateboarding acts as an agent of transformation of urban space, producing cultural and spatial identities through everyday use and the re-signification of urban forms. The practice generates counter-hegemonic readings of the city and processes of territorialization, whose analysis articulated with the mapping of practice sites confirmed the feasibility of apprehending these dynamics and validated the research hypothesis.

**Key-words:** Urban subversion; re-signification; skatistas.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> –	Fluxograma síntese da concepção de Território .....	66
<b>Figura 2</b> –	Terminais de conexão em Londrina, PR.....	76
<b>Figura 3</b> –	Mapa de Localização da cidade de Londrina (PR) .....	78
<b>Figura 4</b> –	Mapeamento dos “picos clássicos” do skate de rua.....	93
<b>Figura 5</b> –	Calçadão de Londrina .....	94
<b>Figura 6</b> –	Catedral Metropolitana de Londrina.....	94
<b>Figura 7</b> –	Praça La Salle .....	95
<b>Figura 8</b> –	Bosque Municipal Marechal Candido Rondon.....	95

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	– Síntese do conceito de território .....	62
<b>Quadro 2</b>	– Categorias analíticas sobre identificação com a cultura do skate de rua .....	71
<b>Quadro 3</b>	– Categorias analíticas sobre a relação entre o skate e cidade .....	74
<b>Quadro 4</b>	– Categorias analíticas sobre a prática em locais públicos .....	78
<b>Quadro 5</b>	– Categorias analíticas a respeito dos conflitos que enfrentam ao utilizar os espaços públicos .....	82
<b>Quadro 6</b>	– Categorias analíticas a respeito dos critérios utilizados para escolha do local da prática .....	84
<b>Quadro 7</b>	– Categorias analíticas a respeito dos fatores que levam os skatistas a abandonarem os locais .....	87
<b>Quadro 8</b>	– Categorias analíticas a respeito da demarcação dos locais de prática .....	90
<b>Quadro 9</b>	– Categorias analíticas a respeito dos locais mais utilizados para a prática .....	92

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>01</b>
<b>1.1</b>	<b>Justificativa</b> .....	<b>03</b>
<b>1.2</b>	<b>Metodologia</b> .....	<b>04</b>
1.1.1	Procedimentos metodológicos .....	05
1.1.2	Trabalho de campo.....	06
1.1.3	Entrevistas.....	07
<b>2</b>	<b>ESPAÇO URBANO EM DISPUTA: AGENTES, PRÁTICAS E FRAGMENTAÇÕES</b> .....	<b>07</b>
<b>2.1</b>	<b>Dinamicidades do espaço urbano</b> .....	<b>07</b>
<b>2.2</b>	<b>Entre o asfalto e bordas: o espaço urbano e o skate de rua</b> .....	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>O SKATE E A SUBVERSÃO DO ESPAÇO URBANO</b> .....	<b>31</b>
<b>3.1</b>	<b>O olhar skatista e a ressignificação urbana</b> .....	<b>31</b>
<b>3.2</b>	<b>Cultura urbana e insurgente: o skate de rua como prática subversiva</b> .....	<b>38</b>
<b>4</b>	<b>SKATE DE RUA E A IDENTIDADE TERRITORIAL</b> .....	<b>43</b>
<b>4.1</b>	<b>Território e territorialidade: Processos constitutivos e relações de poder</b> .....	<b>44</b>
<b>4.2</b>	<b>Do corpo-território ao corpo skatista: aproximações possíveis</b> .....	<b>51</b>
<b>4.3</b>	<b>Juventudes e práticas territoriais</b> .....	<b>58</b>
<b>4.4</b>	<b>Londrina e o espaço urbano: reflexões possíveis</b> .....	<b>61</b>
<b>4.5</b>	<b>Vozes do skate de rua: vivência, território e espaço urbano</b> .....	<b>66</b>
4.5.1	Gênero, skate e invisibilidades: uma dimensão incontornável da análise .....	99
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>102</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>105</b>

## 1. Introdução

A apreensão dos processos e fenômenos de natureza social que engendram e metamorfoseiam o espaço ao longo do tempo constitui uma tarefa intelectual desafiadora, uma vez que tais processos e fenômenos se manifestam de maneira desigual conforme as escalas e os recortes espaciotemporais eleitos para as análises. Assim, uma análise deve transcender a dimensão meramente econômica, requerendo, a articulação com elementos culturais, políticos e sociais, entre outros.

Nesse contexto, a partir de Oliveira e Antonello (2021) é possível entender a cidade como uma dimensão fragmentada e marcada por desigualdades socioespaciais, influenciando a maneira como os diferentes sujeitos e grupos sociais ocupam e se distribuem pelo espaço, a qual é permeada por interesses antagônicos e conflituosos. Dessa forma, o espaço urbano se coloca como fruto das intrincadas relações humanas, inspirando, por exemplo, a concepção miltoniana do “território usado” (Santos; Silveira, 2006). A paisagem urbana, sobretudo das médias e grandes cidades de países que ocupam posição periférica no capitalismo global, é marcada pela ação concreta de diferentes grupos sociais onde, no caso dos socioeconomicamente desfavorecidos como imigrantes, trabalhadores informais, populações em situações de rua, entre outros, se manifesta formas de sociabilidade, práticas e usos do espaço urbano que desafiam e subvertem suas funções hegemônicas.

Entre os grupos sociais que ocupam o espaço urbano e reconfiguram suas geografias, este estudo dá destaque aos skatistas, os quais ostentam identidades distintas, bem como comportamentos e cultura singular. À luz da abordagem de Turra Neto (2009), podemos conceber a cultura do skate como uma rede de sociabilidade, dotada de um potencial de mobilização em ações coletivas, dentro do contexto de um campo conflituoso e em um momento determinado. Essas redes empenham-se, de forma contínua, na comunicação, na interação e na solidariedade entre seus membros, com sua ação coletiva permanecendo latente e suscetível de ser acionada em qualquer instante.

É neste âmbito que se propõe a temática da cultura do skate de rua como um agente efetivamente transformador do espaço urbano. Já a problemática se constitui a partir das seguintes indagações: de que modo a cultura do skate de rua contribui para a edificação da identidade cultural e espacial do espaço urbano? Como essa contribuição se manifesta concretamente? É viável cartografar e apreender as dinâmicas e as práticas sociais que

conferem novos usos às formas urbanas e, por conseguinte, subvertem as funções hegemônicas das áreas urbanas?

Vale pontuar que a abordagem que adota o espaço como objeto de análise e o inscreve no contexto cultural permite a sua leitura como resultado do ato de simbolização, que denota a habilidade humana de “[...] criar, definir e atribuir significados a coisas e acontecimentos, bem como compreender esses significados, que não são sensoriais. Portanto, simbologizar é um tipo de comportamento” (White, 2009, p. 13). Logo, a relação dos skatistas com o espaço urbano pode ser interpretada como uma efetiva e intencional subversão das funções hegemônicas, mediante a reelaboração que essa comunidade promove, refletindo as particularidades deste grupo na atribuição de significados a tais formas urbanas.

O presente estudo se destaca, nessa perspectiva, como uma contribuição relevante no panorama acadêmico, preenchendo uma lacuna notória na literatura científica ao explorar o ponto de encontro entre a cultura do skate de rua e o espaço urbano. Esta abordagem ganha especial relevância ao estabelecer uma sólida conexão entre a geografia, cultura e relações sociais, sob um prisma holístico e crítico.

O recorte espacial eleito para esta análise é o espaço urbano de Londrina, município situado no Norte do Paraná, que constitui a sede de uma Região Metropolitana, apresentando complexidades na conformação de seu espaço e um leque de atividades urbanas que, em parte, assemelham-se às das grandes metrópoles (Fresca, 2013).

Fatores como a presença de shoppings em diversas áreas da cidade, o funcionamento de subcentros espontâneos e a expansão das atividades comerciais e de empreendimentos imobiliários corroboram a relevância de Londrina, notadamente em um contexto regional, justificando análises geográficas mais profundas (Fresca, 2013). Ademais, a cidade é palco de diversas culturas juvenis que se desdobram diariamente em seu espaço urbano, como o hip-hop Marques (2022) e o punk Turra Neto (2009), mas muitas delas ainda não foram objeto de análise aprofundada, a exemplo da cultura do skate, que é o foco desta investigação.

Por fim, como hipótese supõe-se que a presente investigação seja capaz de desvelar a visão dos skatistas a respeito do espaço urbano bem como sua utilização, evidenciando a cultura do skate de rua enquanto uma ferramenta que molda a visão dos jovens de maneira contra hegemônica, a partir da vivência e da troca de conhecimentos entre os que dela e nela vivem.

### **1.1 Justificativa**

Este estudo visa preencher uma lacuna na análise geográfica das dinâmicas e práticas contra hegemônicas adotadas pelos skatistas. A notável ausência de abordagens aprofundadas, particularmente nos domínios dos estudos urbanos, suscita a necessidade premente de explorar esta temática, transcendendo o âmbito meramente temático para se posicionar politicamente, visto que, de acordo com Silva (2009), a organização de um campo científico resulta de uma série de conflitos que estabelecem hierarquias e dependências, consolidando assim as posições de poder. Logo, a ausência de grupos sociais específicos nas pesquisas pode ser interpretada como a legitimação naturalizada de um discurso hegemônico, que tende a ser moldado por uma perspectiva branca, masculina e heterossexual, invisibilizando existências de outros grupos e seus saberes. Nas palavras da autora, as “[...] pessoas subordinadas agem, são ativas e exercem um contra-poder à ordem estabelecida pois a subordinação ao discurso hegemônico se estabelece por meio de tensões, as quais desestabilizam a pretensa universalidade científica” (Silva, 2009, p. 226).

Além de revelar e dar destaque a um grupo sub-representado na Geografia, este estudo tem o propósito de contribuir para a compreensão de aspectos identitários, moldados ao longo do tempo e transmitidos de geração em geração entre os skatistas, que se reproduzem socialmente via suas práticas concretas. Nesse sentido, a observação de Oliveira e Antonello (2021) destaca a importância de reconhecer que a permanência de certos grupos populares no espaço urbano capitalista demanda a adoção de estratégias constantes de resistência, que frequentemente repousam em um conhecimento marginal, empírico e prático, não adquirido nos ambientes formais de educação. Isso reforça a necessidade urgente de compreender os traços culturais e as práticas de grupos que se apropriam do espaço urbano, conferindo-lhes uma abordagem sensível e contextualmente enraizada.

No contexto social, esta pesquisa visa abordar a inclusão de grupos culturais marginalizados no espaço urbano. Os skatistas desempenham um papel fundamental na construção das identidades urbanas, oferecendo valiosas lições sobre a promoção da diversidade cultural. Esses jovens não apenas configuram as ruas, mas também devem ser considerados no processo de planejamento e concepção do espaço urbano, promovendo assim uma visão mais abrangente e inclusiva do espaço.

Do ponto de vista profissional, esta pesquisa contribui para o desenvolvimento de um entendimento mais aprofundado sobre a forma como os espaços públicos são

planejados e utilizados. Além disso, ela enfatiza a importância da análise espacial, que é um elemento crucial no campo da Geografia. Compreender a dinâmica socioespacial é fundamental quando se trata da interação entre grupos culturais e o ambiente urbano, proporcionando insights valiosos para o planejamento urbano e políticas públicas.

Por fim, em um nível pessoal, esta pesquisa estabelece um diálogo íntimo com a vivência de quem participa ativamente da cultura do skate de rua. Por meio dessa perspectiva, a pesquisa oferece uma visão amplificada do espaço urbano e seu uso, destacando o skate como uma ferramenta libertária que não apenas influencia, mas também se manifesta no próprio espaço, ilustrando a importância dessa cultura como agente transformador na vida dos espaços urbanos.

## **1.2 Metodologia**

Costa e Moraes (1987) observa mediante a contextualização histórica da trajetória epistêmica da Geografia, que houve um momento de renovação dessa ciência, marcado tanto pelo questionamento da geografia tradicional quanto pela busca de sua afirmação enquanto ciência plena, comprometida com a compreensão holística dos processos espaciais. Nesse contexto, os autores destacam que uma ciência não deve ser estática; ao contrário, é o desconhecido que constitui a meta fundamental de toda investigação científica.

Pode-se afirmar, segundo Costa e Moraes (1987), que o processo de renovação da Geografia foi impulsionado pela própria crise da disciplina que anteriormente fora considerada uma ciência de síntese, sem objeto definido ou marcada por dicotomias entre a geografia física e a humana.

Nesse sentido, é possível afirmar, com base em Costa e Moraes (1987), que a escolha do método é o ponto de partida de uma pesquisa científica e, mais do que isso, reflete as vivências, crenças e posicionamentos políticos do pesquisador, funcionando como uma lente interpretativa da realidade.

Torna-se relevante destacar a afirmação dos autores quando expressam que “o método não deve ser visto como algo estático e cristalizado; não deve ser uma camisa-de-força para o pesquisador” (Costa e Moraes, 1987, p. 30). Ou seja, o método deve se adequar à dinâmica dos fenômenos analisados, retroalimentando-se ao longo do processo de investigação. Isso evidencia que o compromisso do cientista deve ser, acima de tudo, com o real. Quando a realidade observada não encontra respaldo nos pressupostos

metodológicos, é a metodologia que deve ser revista, e não o contrário. Assim, fica claro que as metodologias não estão rigidamente subordinadas aos métodos.

### **1.2.1 Procedimentos metodológicos**

A pesquisa em questão adota uma abordagem qualitativa, metodologia que passou a ganhar destaque nas Ciências Sociais, especialmente a partir da década de 1970, conforme aponta Pessoa (2012). Essa abordagem caracteriza-se por seu caráter interpretativo, buscando compreender e traduzir os significados atribuídos aos fenômenos estudados, o que confere ao pesquisador maior flexibilidade e profundidade na análise da realidade. No presente estudo, serão desenvolvidas as seguintes etapas metodológicas: (1) revisão e análise crítica do arcabouço teórico-metodológico e conceitual; (2) realização de trabalho de campo; (3) realização de entrevistas e (4) análise das entrevistas por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016).

A condução de pesquisa científica transcende meramente a exposição da metodologia empregada na produção e análise de dados, requerendo uma profunda reflexão sobre o arcabouço teórico, conceitual e metodológico. Em consonância com as considerações de Chizzotti (1996), o pesquisador deve trilhar um caminho que não apenas descreva a realidade sob investigação, mas que também forneça uma explicação fundamentada. Nesse contexto, a seleção criteriosa de um arcabouço teórico, de conceitos apropriados e, por fim, da metodologia, desempenha um papel central, assim:

Para que se possa interpretar, analisar, investigar nesta área do conhecimento, é necessário um suporte teórico que fundamente determinadas opções metodológicas, não podendo ser considerada apenas a aplicação de determinada técnica, pois isto não garantirá a obtenção de resultados válidos. (Camargo; Elesbão, 2004, p.10)

A investigação das expressões e práticas socioespaciais de grupos contra-hegemônicos, com identidades distintas e intrínsecas, instiga um diálogo com a Geografia Cultural. Esta abordagem nos leva a compreender que os significados associados aos espaços não são inerentes, mas sim construções, conformando-se ao que o antropólogo White (2009) descreve como o ato de simbolização. Importante destacar que a exploração da cultura não implica um rompimento com o materialismo histórico e dialético, que servirá como alicerce nesta investigação. A perspectiva dialética possibilita a contextualização do objeto de estudo no panorama cultural, social e histórico, permitindo a análise dos elementos em conflito e sua contribuição para a compreensão de um

fenômeno em sua totalidade, contemplando seus movimentos, contradições e inter-relações.

As divergências teóricas acerca de um mesmo tempo é o que reforça a importância de uma reflexão crítica do método que de acordo com Paulino (2003, p.30) constitui o “[...]conjunto de proposições construídas para o entendimento dos processos, os quais refletem a própria postura político filosófica desses teóricos”.

Assim, o primeiro passo nos procedimentos metodológicos, que acompanhará a pesquisa de ponta a ponta, é a reflexão crítica sobre os elementos teórico-conceituais que sustentarão as análises empíricas. Conforme argumenta Lacoste (1985), os dados obtidos a partir da observação e do registro das realidades estudadas devem estar intrinsecamente ligados à base teórica que os fundamenta.

### **1.2.2 Trabalho de campo**

O desenvolvimento da dissertação envolve a realização de trabalhos de campo que, conforme nos explica Kayser (1985), é um meio, não objetivo, que permite compreender determinada situação social, as interações entre os sujeitos e seu espaço, bem como as relações sociais que estabelecem entre si, para o autor a situação social é produto da história e o trabalho do campo nos permite registrá-la e estudá-la.

Gratão (2002) contribui para a legitimação desta metodologia ao afirmar que o observador ao ir a campo se coloca em contato direto com o fenômeno, “[...] o observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto” (Gratão, 2002, p.87), ou seja, os vícios trazidos, por exemplo, pelo referencial teórico consultado podem ser fortalecidos ou questionados.

Vale ressaltar que ir a campo não é suficiente, é importante realizar o registro sistemático por meio de anotações e registros em foto, por isto realizaremos um diário de campo, que de acordo com Gratão (2002) constitui um instrumento que ao fim do processo se torna um documento, para a autora, no diário de campo:

[...] podemos registrar e guardar... nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através de outras posturas. O diário de campo é pessoal e intransferível. Demanda o uso sistemático que se estende desde o primeiro momento da ida ao campo até a fase final da investigação. Quanto mais rico for em anotações, maior será o auxílio na descrição e na análise do objeto em estudo. (Gratão, 2002, p. 88)

Assim, o trabalho de campo nos espaços de encontro e sociabilidade dos skatistas de rua para o registro das dinâmicas e prática socioespaciais configura-se como uma das técnicas metodológicas empregadas durante o desenvolvimento da dissertação.

### **1.2.3 Entrevistas**

Outra parte importante no desenvolvimento do estudo de campo foi a realização de entrevistas juntos aos skatistas, sendo elas semiestruturadas para obter maior profundidade nas respostas. Conforme assevera Gratão (2002) uma entrevista constitui antes de tudo um encontro e uma conversa que se torna mais enriquecido à medida que se desenvolve de forma fluida, o que justifica a opção por um formulário semiestruturado com questões abertas que permita emergir temas importantes, mas que até então não os havíamos notado como uma frente de análise. Por meio das entrevistas acessamos as subjetividades dos sujeitos.

Nesse sentido, as entrevistas foram realizadas de forma presencial e remota, via Google Meet, sendo uma entrevista conduzida presencialmente e as demais de forma online, conforme preferência pessoal de cada participante. Cada encontro teve duração mínima de 20 minutos e, de acordo com as regulamentações exigidas pelo comitê, a realização das entrevistas ocorreu mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo rigorosamente os princípios de privacidade e ética exigidos pela instituição. Ao final do período de entrevistas, realizadas ao longo do segundo semestre de 2025, contabilizou-se um total de 10 entrevistados, sendo 9 homens e 1 mulher, todos residentes em Londrina (PR).

Por fim, torna-se relevante ressaltar que a pesquisa junto os sujeitos sociais foi submetido e aprovado pelo comitê de ética, sendo o mesmo inscrito no parecer de número 7.348.655 (Anexo 1).

## **2. Espaço urbano em disputa: Agentes, práticas e vivências**

### **2.1 Dinamicidades do espaço urbano**

A compreensão do espaço urbano exige, antes de tudo, a conceituação de cidade, pois ambos se relacionam intrinsecamente. Para evitar os reducionismos que associam a cidade unicamente à reprodução do capital ou à dominação do Estado, (Carlos, 2007) defende a necessidade da construção de uma teoria sobre a cidade. Isso porque, segundo a autora, ela tem sido concebida ora como quadro físico (um simples mapa), ora como

meio ambiente urbano, ignorando-se, em ambos os casos, a prática socioespacial que lhe confere forma e conteúdo, nesse sentido:

A cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais — relações produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social — produzindo um espaço — ao longo do processo histórico. Na perspectiva apontada, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade. (Carlos, 2007, p.21)

A partir da perspectiva da autora, a cidade pode ser compreendida como a articulação indissociável de três dimensões: econômica, política e social. No plano econômico, a cidade é produzida como condição para a realização da produção do capital. No plano político, ela é concebida como um espaço de dominação estatal à medida que o Estado exerce controle sobre a sociedade por meio da normatização do espaço. Por fim, na dimensão social, a cidade é produzida como prática socioespacial, constituindo um elemento central da reprodução da vida humana. Este tripé explicativo revela, segundo Carlos (2007) a interdependência entre as escalas globais e locais, tendo como pano de fundo o processo de mundialização da sociedade e a consolidação da sociedade urbana.

É fundamental, diante das discussões sobre o sentido da cidade, considerar o conceito de reprodução social do espaço urbano. Carlos (2012) propõe esse conceito como uma alternativa ao vazio epistemológico presente em abordagens que reduzem a cidade à mera reprodução do poder, desprovida de sentido humano. Nessa perspectiva, o sujeito social ocupa o centro da discussão sobre o espaço. A sociedade produz o espaço e, ao fazê-lo, revela uma contradição fundamental: o processo de produção é socializado enquanto a apropriação do espaço, é privada, portanto,

O espaço se produz, produzindo os conflitos latentes de uma sociedade fundada na desigualdade (uma sociedade organizada em classes). O processo de produção do espaço fundamentado nas relações de trabalho entre a sociedade e a natureza implica o entendimento de várias relações: sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, culturais - compondo os níveis da realidade - e envolve um modo de produzir, pensar e sentir, enfim, um modo de vida. (Carlos, 2012, p.68)

Desta maneira, fica evidente que a análise do processo de produção do espaço requer a integração de diferentes níveis da realidade, compreendidos como momentos distintos da reprodução da sociedade: a dominação política, a acumulação do capital e a

realização da vida humana. Carlos (2012) argumenta que, por se tratar de uma realidade global, a produção do espaço é necessariamente social, sendo expressa por meio da prática socioespacial. A materialização do espaço ocorre por intermédio das relações sociais concretas, revelando que a produção e reprodução do espaço são dimensões vividas, percebidas e sentidas no cotidiano. Assim, o espaço apresenta uma dupla dimensão: de um lado, sua materialidade objetiva; de outro, o conteúdo social atribuído pelas relações que nele se realizam, em um espaço-tempo determinado.

Existem inúmeras abordagens no que diz respeito ao espaço, os quais variam conforme os diferentes níveis de reflexão e os recortes da realidade objetiva. Lefebvre (2008) traz indagações fundamentais, tais como: todo espaço é significativo? em caso afirmativo, significativo de quê? Mais precisamente: todo espaço, ou fragmento de espaço, não seria um texto social, ele próprio contexto de textos específicos, isto é, inscrições, anúncios, entre outros?

Nessa perspectiva, o autor questiona: espaço aparentemente insignificante, ou seja, tido como neutro, não revelaria em um primeiro momento, sua própria insignificância ou vazio? E, em seguida, por meio dessa neutralidade aparente, não expressaria algo mais amplo, no nível da sociedade como um todo, particularmente da sociedade neocapitalista?

Partindo do conceito de “espaço vivido”, vinculado à prática social, Lefebvre (2008) propõe questionamentos como: qual é o estatuto teórico da noção de espaço, qual a inserção do espaço na prática social? Para o autor, toda definição ou investigação sobre o espaço implica necessariamente um conceito de espaço, ao menos para enunciar e classificar as proposições. Nessa problemática, o espaço é considerado um “puro” objeto da ciência. No entanto, em relação ao “espaço vivido”, este nunca é neutro ou puro, o que estabelece uma distância entre o espaço vivido e o espaço epistemológico, este último concebido como neutro.

A primeira hipótese apresentada por Lefebvre (2008) concebe o espaço como forma pura, transparente, inteligível. Tal concepção exclui a ideologia, a interpretação e o não-saber. Nessa hipótese, o espaço, desprovido de todo conteúdo sensível, material, vivido e prático, é tratado como uma essência ou uma ideia absoluta, análoga ao número platônico. No entanto, o autor apresenta objeções a essa visão, destacando que ela implica a supressão do tempo histórico e do tempo vivido e, ademais, de forma desigual.

A segunda hipótese, considera que o espaço é um produto da sociedade, perceptível e dependente, antes de tudo, da observação empírica, e não de formulações teóricas prévias.

Na sua terceira hipótese, enfatiza que o espaço seria um produto como qualquer outro objeto, ou uma soma de objetos, coisas ou conjunto de coisas, mercadorias ou conjunto de mercadorias. Não se pode, contudo, reduzi-lo a um simples instrumento, embora possa ser considerado o mais importante deles: o pressuposto de toda a produção e de toda troca. O espaço estaria, nesse sentido, essencialmente vinculado à reprodução das relações sociais de produção.

Assim, o espaço seria uma espécie de esquema, em um sentido dinâmico, comum a diversas atividades, à vida cotidiana, às artes e aos espaços concebidos por arquitetos e urbanistas. Constituiria, simultaneamente, relação e suporte de ingerências, dissociações e inclusões. Nas palavras de Lefebvre (2008, p 48): “Seria, portanto, um espaço ao mesmo tempo abstrato-concreto, homogêneo e desarticulado, que se deveria reencontrar nas cidades novas, na pintura, na escultura e na arquitetura e também no saber”

Lefebvre (2006) aponta para a compreensão tradicional do espaço ao afirmar que este não é um mero receptáculo vazio ou uma abstração geométrica preexistente, mas um produto social. O autor critica as concepções que o tratavam apenas como um conceito matemático (euclidiano), um "recipiente sem conteúdo" ou uma "categoria filosófica" (Lefebvre, 2006, p. 3). Para o autor, o espaço social é dinâmico e intrinsecamente vinculado às relações sociais. Sua concepção fundamenta-se em algumas ideias centrais.

Em primeiro lugar, para o autor, o espaço deve ser entendido como produto e produtor: um conjunto de relações que participa ativamente das forças produtivas e das relações de produção, não podendo ser isolado ou tratado como estático. O espaço, segundo Lefebvre (2006), atua como produto-produtor, suporte das relações econômicas e sociais e expressão concreta das dinâmicas de produção e reprodução social.

Em segundo lugar, Lefebvre (2006) expõe que o espaço integra as forças produtivas e a divisão do trabalho, articulando-se com a propriedade, as trocas, as instituições e a cultura. Dessa forma, escapa à clássica classificação binária de base e superestrutura. Soma-se a isso a compreensão de que o espaço possui historicidade, ou seja, transforma-se conforme os modos de produção e as formações sociais, sendo, portanto, passível de uma história ainda a ser plenamente escrita, uma história que inclui a criação de paisagens, cidades e obras. Além disso, Lefebvre (2006) enfatiza que o espaço é um instrumento de poder e saber, operando como meio de produção, controle,

dominação e exercício hegemônico. Constitui-se, portanto, em um sistema sustentado por uma lógica técnica e científica que estrutura práticas e discursos.

Outro ponto central trazido por Lefebvre (2006) é a necessidade de superar as ilusões que obscurecem a natureza social do espaço. A primeira delas é a ilusão da transparência, que vê o espaço como neutro, claro e inteligível; a segunda, a ilusão da opacidade, que o entende como dado natural, inerte e objetivo. Ambas dificultam a apreensão da complexidade de sua produção social, frequentemente fragmentada em especializações (geográfica, sociológica, histórica, literária.) propondo, assim, um conhecimento global do espaço.

Para aprofundar essa compreensão, Lefebvre (2006) desenvolve a noção da tríade espacial (também chamada de tripla unidade) composta por três dimensões indissociáveis: o percebido, o concebido e o vivido. A prática espacial (espaço percebido), segundo o autor, refere-se às ações cotidianas que organizam e utilizam o espaço, à produção e reprodução dos lugares conforme cada formação social. Essa dimensão expressa a materialidade do espaço e a competência dos sujeitos em sua apropriação, sendo fundamental para decifrar sua organização concreta.

Já as representações do espaço (espaço concebido), de acordo com Lefebvre (2006) dizem respeito às formas abstratas e técnicas de modelagem do espaço, típicas de planejadores, urbanistas, cientistas e tecnocratas, responsáveis por sua formalização racional, frequentemente ocultando contradições inerentes às lógicas de dominação.

Por fim, Lefebvre (2006) conceitua os espaços de representação (espaço vivido) correspondem às experiências subjetivas e simbólicas dos usuários e habitantes, carregadas de sentidos afetivos, imaginários, estéticos e culturais. São espaços do mito, da arte, da memória, do rito e da emoção, muitas vezes vinculados à natureza ou a aspectos clandestinos da vida social.

Essas três dimensões não operam de forma isolada; pelo contrário, segundo o autor, interagem dialeticamente, influenciando-se mutuamente. A análise do espaço, portanto, exige a articulação dessas esferas, uma vez que ele, enquanto produto social, é simultaneamente revelador e conformador das relações sociais, funcionando como verdadeiro analisador da sociedade.

Em consonância e no contexto das discussões sobre a produção do espaço, Corrêa (2012) defende que ela não é resultado da “mão invisível do mercado” ou de um capital abstrato que paira acima das relações sociais. Pelo contrário, ele decorre da ação de agentes sociais concretos e históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas sociais

específicas. Esses agentes estão inseridos nas dinâmicas temporais e espaciais de cada formação socioespacial capitalista, refletindo tanto as necessidades quanto às possibilidades sociais engendradas por processos que, em muitos casos, eles próprios ajudaram a criar.

Na dinâmica da produção social do espaço urbano, são esses agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja no nível da rede urbana, seja no interior do espaço intraurbano. Assim, segundo o autor, os processos sociais e os agentes que protagonizam são inseparáveis, constituindo elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento.

Nesse movimento o espaço urbano é forjado por meio de distintas formas de uso do solo que, por sua vez, demarcam áreas específicas, como o centro da cidade, área que concentra atividades comerciais, assim como as zonas residenciais e industriais. Esse complexo conjunto de elementos refere-se de acordo com Corrêa (1989) à organização espacial fragmentada, mas ao mesmo tempo articulada, que atua como um reflexo das dinâmicas sociais e, simultaneamente, como um campo de lutas e de significados.

Corrêa (1989) afirma que o espaço urbano pode ser abordado a partir da percepção que seus habitantes ou alguns de seus segmentos têm do espaço urbano e de suas partes. Tal perspectiva tem relação direta com o que Lefebvre (2006) denomina “prática espacial”, isto é, a dimensão do espaço percebido, constituída pelas atividades cotidianas e pelos percursos que conectam os lugares da vida diária.

Os diferentes usos da terra justapostos, como centros urbanos, áreas industriais e zonas residenciais, mencionados por Corrêa (1989), são elementos que se manifestam concretamente na prática espacial e são diretamente apreendidos pelos sujeitos em suas rotinas urbanas.

A atuação de grupos sociais historicamente marginalizados na produção das favelas, concebidos por Corrêa (1989) como “agentes modeladores” do espaço urbano, bem como o processo de “progressiva urbanização da favela”, exemplificam de forma contundente a prática espacial em curso. Essas ações não apenas conformam o espaço percebido, conceituado por Lefebvre (2006), como também constituem formas de resistência à lógica da segregação socioespacial.

Convém ressaltar que a ação que os agentes empregam no espaço não é neutra, tampouco desprovida de interesses. Nesse sentido, reflete a visão dominante, configurando o que Corrêa (1989) chama de “retórica ambígua”, a qual permite a transgressão conforme os interesses do agente dominante.

Nesse sentido, percebe-se que o espaço urbano, em um primeiro momento, surge de forma fragmentada, ou seja, caracterizado pela combinação de diferentes paisagens e usos do solo. Ainda que variável, Corrêa (1993) afirma que a fragmentação do espaço urbano é inevitável, pois decorre da ação dos inúmeros agentes modeladores que produzem e consomem o espaço. Desse modo, o autor aponta que a fragmentação não ocorre de maneira permanente, pois está constantemente sendo refeita pela reprodução das relações sociais de produção, pelos conflitos, e pelas ações dos agentes modeladores, que geram mudanças de conteúdo e de forma.

Outrossim, é fundamental compreender que fragmentação e articulação são características complementares e ocorrem simultaneamente. Assim sendo, Corrêa (1993) destaca que é por meio da articulação que o espaço urbano adquire unidade, configurando-se como um conjunto articulado, cujo foco tem sido o núcleo central da cidade, que, entre outras funções, exerce a gestão das atividades. Dessa forma, a articulação pode se manifestar de inúmeras maneiras. Empiricamente, manifesta-se por meio de fluxos de veículos e de pessoas, associados à carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos cotidianos para fins comerciais, visitas e ao lazer. De modo menos visível, no capitalismo, a articulação se expressa na circulação de decisões, investimentos, mais-valia, juros e rendas, imprimindo poder e ideologia na dimensão espacial.

Uma vez compreendido como fragmentado e articulado, Corrêa (1993) aponta um terceiro momento na apreensão do espaço urbano: sua condição como reflexo da sociedade. Nesse contexto, o autor expõe que o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas marcadas pela segregação socioespacial, refletindo a estrutura social de classes, resultado do próprio capitalismo. Para além da desigualdade, que se constitui como uma característica intrínseca ao sistema, o espaço urbano é reflexo da sociedade, pois esta apresenta um dinamismo constante. Assim, o espaço urbano também é mutável e complexo, apresentando ritmos e natureza diferenciados.

Ademais, o espaço urbano também é compreendido como condicionante social. Nesse quarto momento, Corrêa (1993) reflete que esse condicionamento ocorre por meio do papel desempenhado pelas obras fixadas pela sociedade e pelas formas espaciais na reprodução das condições e relações de produção. Como esclarece o autor:

A existência de estabelecimentos industriais juntos um dos outros, e realizando entre si vendas de matérias-primas industrialmente fabricadas, constitui-se, pelas vantagens de estarem juntos, em fator que viabiliza a continuidade da produção, isto é, a reprodução das condições de produção. O mesmo papel condicionante de reprodução das

atividades terciárias de pode dizer do núcleo central da cidade e dos sub-centros terciários. (Corrêa, 1993. p. 16)

Compreende-se, portanto, que os locais de trabalho, os lugares de residência, a macro fragmentação e seus reflexos sociais desenvolvem um papel comum: o de serem focos de reprodução das condições de produção e das relações sociais, por isso, voltam a ser articulados.

Fragmentado, articulado, condicionante e reflexo social, o espaço urbano é ainda o local de diferentes grupos sociais que vivem e desenvolvem suas crenças, valores, mitos, utopias e conflitos. É mediante esse bojo de sentir e fazer no espaço que ele se configura como campo simbólico, admitindo significados e significantes que variam conforme os marcadores de classe, raça, grupo etário, entre outros. Esse quinto momento de apreensão, segundo Corrêa (1993) evidencia as formas espaciais que a sociedade desenvolve por meio de sentimentos, subjetividades atribuídos ao espaço.

Ambos os conceitos enfatizam que o espaço é vivenciado e dotado de significados pelas pessoas. As “crenças, valores, mitos, utopias e conflitos” (Corrêa, 1993, p.17) que é associado ao espaço simbólico encontram relação direta nos elementos “afetivos, imaginários e simbólicos” que compõem os espaços de representação, conforme propostos por Lefebvre (2006). A concepção de que o espaço se configura como “um espaço simbólico que tem dimensões e significados variáveis segundo as diferentes classes e grupos” (Corrêa, 1993, p.17) ressoa com a noção de Lefebvre (2006) de que o espaço vivido é moldado pelas experiências subjetivas dos habitantes e usuários.

Por fim, observa-se que, em relação aos níveis de renda monetária, a fragmentação do espaço, juntamente à consciência social, desvela os conflitos sociais, como as greves operárias e, particularmente, os movimentos sociais urbanos. Nesse sentido, Corrêa (1993) afirma que o espaço da cidade é, portanto, cenário e objeto das lutas sociais, que reivindicam o direito à cidade e à cidadania plena e igualitária para todos.

O espaço urbano se converte, portanto, em um campo de lutas, correspondente ao sexto e último momento de sua apreensão, segundo o autor. Quando Corrêa (1993) afirma que os conflitos são criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais, ele aponta para a materialização das contradições sociais no espaço. Essa projeção constitui um aspecto central do espaço vivido em Lefebvre (2006), no qual as relações sociais, incluindo aquelas marcadas por poder e dominação, são inscritas e expressas simbolicamente. A tensão entre o “lugar de lutas”, tal como definido por Corrêa

(1993), e o espaço concebido ou planejado revela, de forma clara, as contradições do espaço que Lefebvre (2006) se propõe a desvendar.

Nesse sentido, Harvey (2014), ao dissertar sobre o direito à cidade, expõe que a luta por uma vida urbana digna perpassa uma resposta à dor existencial causada por uma crise devastadora da vida cotidiana nas cidades. Trata-se de uma exigência que se transforma em ordem, diante da necessidade de enfrentar a crise urbana e de criar um meio urbano alternativo, menos alienado e mais significativo. O direito à cidade surge, portanto, como um “grito de socorro” e amparo das pessoas que são oprimidas nesse meio urbano.

Em consonância, o espaço para Lefebvre (2008) constitui o lócus no qual essas relações se manifestam, sendo permeado por conflitos, lutas e contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Mesmo quando dissimuladas ou ocultadas, tais contradições estão presentes e são estruturantes das dinâmicas. Segundo o autor, essas contradições emergem do conteúdo prático e social do espaço, particularmente daquele moldado pelo capitalismo, revelando, assim, sua dimensão política.

O espaço torna-se arena de disputas e conflitos, similar aos que ocorrem entre diferentes classes sociais. No contexto da sociedade capitalista, embora o espaço seja apresentado sob uma lógica racional, Lefebvre (2008) aponta que ele é, na prática, fragmentado, mercantilizado e comercializado em partes. Trata-se, portanto, de um espaço seletivo, acessível sobretudo àqueles que detêm o poder de consumo, o qual garante o direito à propriedade privada da terra e à sua apropriação e uso.

Para Lefebvre (2008), a fragmentação do espaço é uma consequência intrínseca da lógica de produção capitalista, que tende simultaneamente à homogeneização e à segmentação. O autor argumenta que o espaço, em sua dimensão material e concreta, é fragmentado pelas formas como as relações sociais são produzidas e reproduzidas. Ele observa que, no contexto contemporâneo, o espaço homogêneo do poder entra em contradição com o espaço fragmentado gerado pelas estratégias dos empreendedores imobiliários, os quais, em função de novas dinâmicas produtivas, redefinem constantemente o uso e a configuração do espaço urbano.

Sposito (2012), por sua vez, desenvolve a noção de fragmentação socioespacial como uma forma mais avançada e complexa de segregação urbana, estreitamente vinculada à valorização crescente da segurança em um mundo marcado por incertezas. A autora enfatiza que a fragmentação resulta da intensificação das formas de segmentação tanto da sociedade quanto do espaço urbano, configurando a cidade como um território

progressivamente fraturado. Para Sposito (2012), essa fragmentação representa um aprofundamento das desigualdades estruturais, negando possibilidades de convivência e diálogo entre os diferentes e, ao mesmo tempo, ampliando o conflito, a indiferença e a segregação.

Ambos os autores conectam a fragmentação do espaço à racionalidade do capital. Enquanto Lefebvre (2008) a compreende como produto das estratégias reprodutivas do capital e das ações de agentes promotores do espaço, notadamente o setor imobiliário, Sposito (2012) a interpreta como expressão das desigualdades imanentes à produção espacial capitalista. Ela reforça essa interlocução ao citar Lefebvre, reiterando que a metrópole tende a se apresentar como um espaço fragmentado, hierarquizado e homogêneo.

Essa fragmentação, segundo os autores, não se limita à esfera física ou morfológica da cidade. Ela emerge da contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada, e manifesta-se como uma expressão das relações de poder, da segmentação social e da negação das formas plurais de sociabilidade. Sposito (2012) exemplifica esse processo por meio da coexistência geográfica entre ricos e pobres em territórios separados por muros e sistemas de controle, o que configura uma cidade espacialmente próxima, mas socialmente apartada.

A autora também observa que a cidade contemporânea perde gradativamente sua unidade espacial, tornando-se descontínua e dispersa. Tal descontinuidade inviabiliza a convivência cotidiana e enfraquece os vínculos sociais, conformando uma cidade em que a fragmentação passa a ser não apenas uma forma urbana, mas uma condição que possibilita novos conteúdos e práticas. Além disso, Sposito (2012) critica a “visão de sobrevoo” adotada por parte do urbanismo e do planejamento, a qual desconsidera os conflitos e interesses que permeiam a produção do espaço urbano, obscurecendo a complexidade do fenômeno da fragmentação. Também alerta que certos discursos, como o do “meio ambiente”, podem ser instrumentalizados para encobrir as dinâmicas de desigualdade e segregação socioespacial. A ênfase atual nos fluxos, em detrimento dos lugares, é mais um fator que intensifica essa fragmentação.

Em síntese, tanto para Lefebvre (2008) quanto para Sposito (2012), a fragmentação do espaço é uma característica estruturante da cidade sob a égide do capitalismo. Longe de ser um mero fenômeno físico, ela constitui uma manifestação concreta das contradições sociais, políticas e econômicas que atravessam o espaço urbano. Ao nomeá-la como fragmentação “socioespacial”, Sposito (2012) avança na

análise ao destacar suas implicações sociais e políticas, para além de uma descrição morfológica da cidade, evidenciando o entrelaçamento entre formas urbanas e relações de poder.

A forma urbana brasileira passou por distintas transformações históricas, Santos (1993) aponta que a estrutura urbana era descontínua, formando uma rede fragmentada com pouca articulação entre os núcleos, ocupando grandes áreas entremeadas por vazios. A partir do final do século XIX, com o advento da mecanização da produção e do território, inicia-se uma nova etapa de urbanização impulsionada pelo desenvolvimento da agricultura comercial, como a cafeicultura paulista, e posteriormente pela industrialização.

Essa fase, segundo Santos (1993) introduziu infraestruturas como ferrovias e portos, promovendo uma polarização espacial que conferiu novas formas e funções à cidade, com a substituição progressiva do meio natural pelo meio técnico.

Já a partir dos anos 1960, Santos (1993) aponta que o território brasileiro entra na fase do meio técnico-científico-informacional, caracterizada pela crescente presença da ciência, da técnica e da informação na produção do espaço. A urbanização passa a ser estruturada pela implantação de sistemas de engenharia como rodovias, telecomunicações, redes logísticas, que conferem fluidez ao território e permitem a circulação intensificada de capital, trabalho e mercadorias. Contudo, essa lógica se territorializa de forma desigual, gerando manchas de desenvolvimento com graus variados de centralidade, o que aprofunda as desigualdades socioespaciais.

No interior das cidades, a organização urbana é marcada pelo que Santos (1993) denomina de "cidade caótica", estruturada a partir da lógica rodoviária, da carência de infraestrutura, da especulação imobiliária e da segregação socioespacial, com a periferização crescente das camadas populares. Essa configuração é intensificada pela ação do capitalismo monopolista, que direciona investimentos públicos majoritariamente à "cidade econômica" (voltada ao capital), em detrimento da "cidade social", resultando em centros valorizados e periferias desassistidas.

Quanto às funções urbanas, Santos (1993) observa uma transformação ao longo do tempo. No período colonial, prevalecia a função administrativa e o suporte às atividades agrícolas. Com a industrialização, a lógica econômica assumiu protagonismo, com cidades crescendo demograficamente e ganhando complexidade funcional. No meio técnico-científico-informacional, as metrópoles se transformam em centros relacionais e transacionais, operando como nós da rede global de informação, controle e comando. A

cidade também se torna lócus de regulação do campo, respondendo às novas demandas do setor agroindustrial com a oferta de serviços, insumos e apoio técnico, o que amplia a importância das cidades médias.

Esse processo é acompanhado pela crescente especialização urbana, onde cada cidade, independentemente do tamanho, passa a desempenhar papéis singulares no sistema urbano. O modelo corporativo de urbanização reforça esse cenário, ao subordinar a gestão urbana aos interesses das grandes empresas, agravando desigualdades e aprofundando a anarquia espacial.

Portanto, diante do exposto, compreende-se que o espaço urbano não é uma simples materialidade passiva, mas um produto social dinâmico, marcado por contradições, conflitos e múltiplas determinações. A cidade, longe de ser apenas um cenário físico ou um suporte neutro, revela-se como uma construção histórica e social, continuamente produzida e reproduzida pelas práticas dos sujeitos e pelas forças que atravessam a sociedade capitalista. Nesse contexto, a cidade deve ser entendida como resultado, meio e condição da vida social, articulando dimensões econômicas, políticas, culturais e simbólicas.

A produção do espaço urbano envolve, portanto, a ação concreta de agentes diversos: públicos, privados, coletivos e individuais, cujas práticas, interesses e estratégias moldam e remoldam continuamente a paisagem e a organização do território. Essa produção não é isenta de disputas: ao contrário, é atravessada por relações de poder, seletividade e desigualdade, que se expressam tanto na materialidade do espaço quanto nas formas de apropriação e uso. Assim, o espaço torna-se campo de lutas sociais, palco de reivindicações e instrumento de reprodução de estruturas sociais, evidenciando que sua compreensão exige um olhar atento às dinâmicas cotidianas e às múltiplas escalas que o constituem.

Ao reconhecer o espaço urbano como fragmentado, articulado, reflexo, condicionante, simbólico e conflituoso, compreende-se sua complexidade como parte integrante das contradições do modo de produção capitalista. Essa perspectiva permite não apenas identificar os mecanismos de exclusão e segregação socioespacial, mas também vislumbrar os sujeitos que resistem, criam e disputam outros usos e sentidos para o espaço.

## 2.2 Entre o asfalto e bordas: o espaço urbano e o skate de rua

É relevante esclarecer que mediante as inúmeras incertezas quanto ao surgimento do skate no mundo e sua ligação direta com o surfe californiano, é possível evidenciar as relações entre ambas as modalidades. Brandão (2014) afirma que, a partir do final da década de 1960, a maioria dos chamados “esportes californianos” passou a atrair uma quantidade significativa de jovens para sua prática, inclusive despertando o interesse de parcela expressiva da juventude brasileira.

Essa onda de esportes ganhando visibilidade entre jovens de diversas partes do mundo pode ser compreendida, historicamente, como um momento de intensas transformações comportamentais, articuladas à ascensão da juventude enquanto categoria social. Brandão (2014) destaca que tal ascensão pode ser explicada, na Europa, Estados Unidos e Brasil, por fatores como: a) o aumento do número de divórcios; b) o crescimento de famílias monoparentais; c) a ampliação da venda de anticoncepcionais. No entanto, o autor ressalta que as mudanças mais relevantes ocorreram no campo da cultura juvenil, evidenciando um profundo desequilíbrio nas relações inter geracionais.

Nesse contexto de emergência da chamada “cultura jovem”, Brandão (2014) atrai a atenção para a realidade que se configurava naquele momento histórico: uma juventude nascida sob os escombros da guerra, que passou a propor um novo *modus vivendi*, ou seja, novas formas de pensar, agir e sentir no espaço social. Como o autor enfatiza, “[...] as tragédias decorrentes da guerra trouxeram consequências que se fizeram presentes em diversas esferas da cultura, alterando percepções e possibilitando posicionamentos sociais mais diferenciados” (Brandão, 2014, p. 26).

Esses novos posicionamentos culturais podem ser observados, por exemplo, na centralidade do *rock and roll* enquanto expressão simbólica da juventude no pós-guerra. Com fortes marcas do conflito, esse gênero musical representava uma ruptura com o conservadorismo social, cultural e estético vigente. Além da música, o cinema teve papel relevante ao oferecer canais de expressão e identificação que favoreciam a liberalização dos costumes e a rebeldia juvenil. Por meio dessas práticas, os jovens reivindicavam um mundo distinto daquele regido pela guerra e pelo militarismo. Ainda segundo Brandão (2014), esse contexto permitiu o surgimento de movimentos precursores, como o ambientalismo, a antipsiquiatria, o feminismo, os movimentos LGBTQIA +, entre outros.

Para além da construção de uma nova ética cultural juvenil, marcada por esperanças e novos sonhos de liberdade, Ridenti (2005) aponta que as condições materiais de vida contribuíram para mudanças significativas nas formas de ação política e cultural,

especialmente no Brasil, na década de 1960. Conforme ressalta o autor, esse período foi marcado por uma “[...] crescente urbanização, consolidação de modos de vida e cultura das metrópoles, aumento quantitativo das classes médias e acesso crescente ao ensino superior” (Ridenti, 2005, p. 156).

Com base nesse breve retorno ao processo histórico que marca a ascensão da juventude como categoria social, pode-se afirmar que foi justamente nesse cenário de revolução cultural, contracultura e contestação ao regime militar<sup>1</sup> que diversas práticas ganharam destaque, entre elas, o skate.

A rápida difusão do skate no Brasil, à semelhança de outras práticas oriundas da Califórnia, “beneficiou-se, portanto, desse contexto que engloba o enfraquecimento dos ideais revolucionários juvenis pós-AI-5<sup>2</sup> e o aumento da influência cultural norte-americana no país” (Brandão, 2014, p. 30). Nesse mesmo sentido, Carmo (2003) observa que, durante os anos 1970, há uma intensificação da cultura urbana, com a proliferação de linguagens como o grafite, os patins e o próprio skate.

O skate, visto como uma prática que mistura lazer e aventura, emergia como um desafio ao contexto ditatorial, marcado por rígido controle social e comportamental. Oferecia aos praticantes uma alternativa para manifestarem seus desejos e subjetividades em espaços públicos.

Embora não seja possível precisar uma data exata para o surgimento do skate no Brasil ou no mundo, Brandão (2014) indica que o esporte só ganhou grande número de adeptos após 1972. Esse marco é relevante, pois corresponde ao ano em que ocorreu uma inovação tecnológica decisiva: a introdução das rodas de uretano. Antes desse avanço, as rodinhas de skate eram feitas de borracha, ferro ou argila, o que as tornava escorregadias e lentas. O uso do uretano, invenção de Frank Nasworthy (engenheiro químico de Encinitas, Califórnia/EUA), conferiu maior aderência ao solo e velocidade ao skate (Brandão, 2014, p. 34).

Compreender a história do skate implica entender sua inserção nos processos culturais mais amplos. Honorato (2004) destaca que, em meio à história emblemática

---

<sup>1</sup> Motta (2018) aponta que o regime militar foi um regime autoritário instaurado no Brasil em 1964, que se aprofundou e radicalizou ao longo dos anos, especialmente após a edição do Ato Institucional n. 5 (AI-5). Foi implantado por agentes autoritários que decidiram golpear as instituições e instalar mecanismos ditatoriais.

<sup>2</sup> De acordo com Motta (2018) o AI-5 foi um instrumento que visava, acima de tudo, punir e enquadrar setores da elite que haviam apoiado o golpe militar de 1964, mas que passaram a se mostrar “rebeldes” ou moderados em relação ao poder militar, como parlamentares, juízes e a imprensa. O ato permitia cassar mandatos, demitir servidores públicos e censurar a imprensa.

dessa prática, tanto o skate quanto outras atividades ditas “radicais” se vinculam a um processo de transformação dos comportamentos sociais, o qual denomina tecnicamente de “processo civilizador”, processo esse que se dá a longo prazo e envolve alterações profundas nas relações sociais e nos modos de vida.

A investigação histórica realizada por autores como Brandão (2014) e Honorato (2004) tem como base a análise de revistas especializadas em skate. Segundo Brandão (2014), essa abordagem permite capturar vozes e representações oriundas do próprio interior da prática, em vez de discursos externos e generalizantes. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que possibilita um contato íntimo com as expectativas, significados e fascínios dos grupos praticantes.

Dentre os registros históricos relevantes, Honorato (2004) menciona as memórias de skatistas como Marcelo e Luizito Neiva, Marcelo “Bruxa”, Alexandre e Erivaldo, que desciam as ladeiras da Maria Angélica e da Rua Cedro, no Rio de Janeiro, em 1974. Um ano depois, a *Tribo Skate 5*<sup>3</sup> documenta o possível início do processo de esportivização da modalidade no Brasil, com a realização do primeiro grande campeonato de skate, ocorrido em outubro de 1975, na Quinta da Boa Vista, também no Rio de Janeiro.

Como ressalta Honorato (2004), o processo de esportivização, entendido como a introdução de competições formais, não deve ser visto apenas como uma imposição ideológica. Ele representa também um campo de possibilidades: difusão da prática, ampliação da sociabilidade entre os praticantes, novas formas de vivenciar o corpo e novas condutas sociais.

Ainda que multifacetada e por vezes contraditória, a trajetória do skate revela uma identidade cada vez mais diversa e, ao mesmo tempo, portadora de singularidades inegociáveis. Não é o objetivo desta pesquisa aprofundar a discussão sobre a esportivização do skate ou sobre os mecanismos de controle urbano associados à construção de pistas, mas sim, como aponta Brandão (2014), refletir sobre os sentidos da prática:

Se compreendermos por esse prisma a história do skate (e quem sabe seja possível pensarmos deste modo outras práticas de deslizamentos ainda não historicizadas), talvez isso nos ajude a refletir melhor sobre muitas das transformações engendradas nesses últimos anos, em especial aquelas que dizem respeito à

---

<sup>3</sup> Tribo skate refere-se à uma revista com grande destaque para temas relacionados ao skate, que atuava em formato físico. Atualmente, a revista continua os trabalhos com o modelo digital apenas.

proliferação de culturas juvenis (tribos urbanas) e suas experiências corporais subjetivas. (Brandão, 2014, p. 205)

Dessa forma, optou-se por articular as contribuições de Honorato (2004) e Brandão (2014), ainda que partam de enfoques distintos. Enquanto o primeiro analisa a trajetória da esportivização, o segundo desenvolve uma crítica contundente a esse processo. Para Brandão (2014), muitos agentes envolvidos com o skate buscam enquadrá-lo como esporte ou conduzi-lo a esse “porto seguro”, mas tal encaminhamento jamais foi total, unânime ou linear. O skate constitui-se, sobretudo, como expressão de uma nova condição juvenil e de uma inédita utilização do corpo nos espaços urbanos.

Compreender a história dessa prática, portanto, exige reconhecer os conflitos e disputas que permeiam sua construção. O skate é, por essência, refratário a definições rígidas. Por isso, sua trajetória se desenvolve por meio de nuances, desvios e contradições.

A análise do espaço geográfico demanda a integração coerente de diversas categorias conceituais. Neste sentido, a presente proposta de investigação configura-se como uma oportunidade para sustentar-se na concepção de função e forma que, como destacado por Bernardes (2020) e Santos (1993), compreende o espaço como uma totalidade complexa e histórica, moldada ao longo do tempo pelas ações concretas de diversos grupos sociais, entre eles, os skatistas, que desafiam funções tradicionais e contribuem para a ressignificação do espaço urbano.

Desse modo, apreender os processos e fenômenos de natureza social que engendram e metamorfoseiam o espaço ao longo do tempo constitui uma tarefa intelectual desafiadora, dado que tais dinâmicas se manifestam de maneira desigual, conforme as escalas e os recortes espaço-temporais adotados nas análises. Uma leitura crítica, portanto, deve transcender a dimensão meramente econômica, articulando-se a elementos culturais, políticos, sociais, entre outros.

Nesse contexto, a partir de Oliveira e Antonello (2021), compreende-se a cidade como uma realidade fragmentada e marcada por desigualdades socioespaciais. A maneira como os diferentes sujeitos e grupos sociais ocupam e se distribuem pelo espaço é atravessada por interesses antagônicos e conflituosos. O espaço urbano, assim, apresenta-se como produto das intrincadas relações humanas, o que inspira, por exemplo, a concepção miltoniana do “território usado” (Santos e Silveira, 2006).

A paisagem urbana, sobretudo das médias e grandes cidades de países que ocupam posição periférica no capitalismo global, é marcada pela ação concreta de diferentes grupos sociais, entre os quais os socioeconomicamente desfavorecidos, como:

imigrantes, trabalhadores informais, populações em situação de rua, entre outros. Nessas condições, manifestam-se formas de sociabilidade, práticas e usos do espaço urbano que desafiam e subvertem suas funções hegemônicas.

Os processos de apropriação do espaço público nas cidades são influenciados por representações segregacionistas, que desempenham um papel mediador nos processos de territorialização dos grupos sociais (Serpa, 2019). Isso ocorre porque o desenvolvimento desigual das cidades, impulsionado pela transformação da terra em propriedade privada na qual o valor de troca frequentemente supera o valor de uso, privilegia os estratos socioeconomicamente mais abastados, em sua maioria brancos, resultado de um processo histórico de colonização violenta e escravocrata no Brasil.

Pensar os processos de apropriação, bem como as formas e funções do espaço, remete também à figura da cidade e à sua relação histórica com a utopia, elementos que há muito se encontram entrelaçados. Harvey (2006) aponta que historicamente, a cidade tem sido o local privilegiado para a materialização de visões utópicas. A própria Utopia, é apresentada como um modelo de livre organização espacial e uma forma distinta de urbanização. Outros exemplos incluem a “cidade ideal” de Fourier (um “lugar sem atração metafísica”), a “Nova Harmonia” de Robert Owen (o “lugar da perfeita comunidade de produtores”), o “sonho de cidade ideal de Le Corbusier” (um “lugar de felicidade”) e o projeto da *Broadacre City*, de Frank Lloyd Wright. Nessas concepções, a cidade é visualizada como um ambiente de harmonia e estabilidade sociais, um “lugar onde as qualidades do lugar e a ausência de atração metafísica se juntam para criar o lugar da felicidade”.

No entanto, essa relação não é exclusivamente positiva. A cidade, segundo Harvey (2006) pode ser tanto a “cidade celestial” ou “cidade eterna” quanto um “lugar do inferno” ou “amaldiçoado”. Ela pode representar uma “sociedade disciplinada”, como sugerem as ideias de Foucault (2014) sobre vigilância e controle, em que a imaginação, embora fluida, pode ser “restringida por sistemas de vigilância e controle”. Assim, a cidade se configura como uma estrutura maleável, capaz de incorporar múltiplas formas de comportamento e políticas, o que dá origem a contradições espaciais.

Harvey (2006) enfatiza que a utopia está vinculada ao livre fluxo da imaginação, o qual, embora seja inerentemente fluido, pode ser restringido por sistemas de vigilância e controle. Os skatistas, por meio de suas manobras e da apropriação criativa de escadarias, corrimãos e praças, exemplificam esse livre fluxo da imaginação que resiste a ser completamente contido pelo autoritarismo do planejamento urbano. Ao reimaginar

e reconstruir o espaço, eles transformam a cidade em um verdadeiro “laboratório experimental” para novas possibilidades de formas espaciais e de organização social.

A utopia, de acordo com Harvey (2006) ao buscar ter uma forma espacial firmemente comprometida com os processos sociais, manifesta-se naquilo que o autor denomina “utopismo espaço-temporal”. Isso implica que os ideais utópicos não são meras abstrações, mas sim construções que visam se materializar em formas espaciais concretas ao longo do tempo, operando como um “laboratório experimental” para novas possibilidades de organização social e espacial.

O autor enfatiza que a utopia deve ser compreendida como um “processo social” contínuo e dinâmico, e não como um estado final estático. Harvey (2006) propõe uma utopia dialética, que reconhece a interconexão entre espaço e tempo na construção das utopias. Isso significa que as formas utópicas, inclusive as urbanas, são estruturas maleáveis que se transformam e incorporam diferentes formas de comportamento e políticas, exigindo constante negociação e reconfiguração.

Por outro lado, a cidade aparece, segundo Harvey (2006) como figura da desordem social e do colapso moral, como na imagem de Babilônia, compondo o conjunto de sentidos metafóricos que a palavra “cidade” carrega em nosso imaginário cultural. Assim, torna-se difícil distinguir, nesse contexto, as práticas prosaicas e os discursos cotidianos que impactam a vida urbana dos sentidos grandiosos, metafóricos e simbólicos que se entrelaçam com emoções e crenças sobre a vida e a forma urbana.

Ainda, já se afirmou que “o ar da cidade liberta” (Harvey, 2006, p.208). Tal ideia ganhou força à medida que os servos escapavam dos grilhões feudais para reivindicar liberdades pessoais e políticas nas entidades legais autogeridas das cidades medievais. A associação entre a vida cidadina e as liberdades individuais, como: explorar, inventar, criar e definir novos modos de vida, possui uma longa e intrincada trajetória histórica.

É nesse âmbito que se entrelaçam, de forma particularmente simbólica, os conceitos de “cidade” e “cidadão”. No entanto, a cidade também é lugar de ansiedade e anomia. É o espaço do estranho anônimo, da subclasse, da incompreensível “alteridade” representada por imigrantes, pessoas LGBTQIA +, indivíduos de diferentes culturas ou raças. A cidade é, assim, percebida como terreno de poluição moral e corrupção, um lugar dos “condenados” que devem ser encerrados ou controlados. Dessa maneira, paradoxalmente, “cidade” e “cidadão” se tornam politicamente opostos na imaginação pública, apesar da raiz etimológica comum que os une.

A polarização entre aquilo que se compreende como imagens positivas e negativas da cidade possui, segundo Harvey (2006), uma geografia específica. Tradicionalmente, essa polarização manifesta-se por meio da separação entre o espaço sagrado e o espaço secular no interior da cidade. Posteriormente, as supostas virtudes do campo e das pequenas cidades passaram a ser contrastadas com os males atribuídos à vida urbana. Como exemplo, Harvey (2006) rememora o episódio em que o exército rural de reação foi mobilizado nos arredores de Paris, em 1871, com o objetivo de executar a violenta repressão à Comuna, resultando na carnificina que custou a vida de cerca de 30 mil membros da comunidade, fato que, entre tantos outros, contribuiu para a construção de um imaginário urbano específico.

Nenhum desses imaginários é inocente tampouco se deveria esperar que o fossem. Remontando às ideias de Robert Park, renomado sociólogo urbano, (Harvey 2006, p. 210) recupera a reflexão: “A mesma casa que edificamos é a casa que nos edifica”, ditado que remonta, segundo o autor, aos gregos. Nesse sentido, compreende-se que foi no ambiente urbano, em um mundo construído pelo próprio ser humano, que a humanidade experienciou, pela primeira vez, a vida intelectual e adquiriu as características que mais a diferenciam dos animais inferiores e do homem primitivo.

A cidade e o espaço urbano representam, de acordo com Harvey (2006), a tentativa mais coerente e, de modo geral, mais bem-sucedida, de refazer o mundo à imagem dos desejos e anseios humanos. No entanto, se é verdade que o espaço urbano é criação do homem, é igualmente verdadeiro que é neste espaço que ele está, doravante, condenado a viver. Assim, de forma indireta e sem plena consciência do caráter de sua tarefa, ao construir a cidade, o homem também reconstruiu a si mesmo.

Ainda de acordo com Harvey (2006), embora seja legítimo aspirar a intervir no processo de (re)fabricação de nós mesmos e, quem sabe, alcançar uma compreensão mais clara do caráter dessa tarefa, não se pode ignorar que estamos imersos em estruturas institucionais e ambientes construídos. Tampouco se pode fugir à dimensão da imaginação. Assim, ao contemplarmos futuros urbanos possíveis, torna-se indispensável enfrentar uma vasta gama de sentidos afetivos e simbólicos que, ao mesmo tempo em que informam, também obscurecem o entendimento do papel que nos cabe desempenhar nesse processo.

Ao produzirmos coletivamente as cidades, produzimos coletivamente, a nós mesmos, ou seja, projetamos possibilidades humanas, visões sobre quem queremos ser e,

talvez com maior pertinência, sobre quem não desejamos nos tornar. Cada ser humano, sem exceção, tem algo a pensar, dizer e fazer diante dessa construção.

Harvey (2006) enfatiza que a maneira como a imaginação, tanto individual quanto coletiva, opera é decisiva para moldar o trabalho da urbanização. Se admitimos que a sociedade é uma construção social e imaginada, então é plausível acreditar que ela também pode ser reconstruída e reimaginada.

Em consonância com essa temática, é possível rememorar Jacobs (2011), que discute alguns dilemas urbanos que atravessam tanto uma visão democrática da cidade, evidenciando a importância da diversidade, quanto uma crítica contundente ao modelo de planejamento urbano. Para a autora, o ato de andar pelas ruas, em contraposição ao deslocamento motorizado, representa um dos maiores dilemas enfrentados pelas grandes cidades. Jacobs (2011) evidencia que os planejadores urbanos cometem um equívoco ao presumirem que, ao resolver os problemas relacionados aos automóveis, automaticamente estariam resolvendo os problemas da cidade como um todo.

Ao aprofundar sua análise, Jacobs (2011) contribui de maneira significativa para a discussão urbana ao apresentar o conceito do “ballet das calçadas”, uma metáfora que ilustra a dinâmica urbana, na qual pessoas e espaços são agentes participantes desse fenômeno vivo e interdependente. Para a autora, pensar a cidade a partir desse ballet permite compreender e promover a vivacidade, a diversidade e a complexidade do espaço urbano.

Além disso, a autora traz uma importante reflexão sobre a segurança pública nas cidades, colocando o cidadão como figura central nessa discussão. Ela argumenta que muros cada vez mais altos não são sinônimo de segurança. Nas palavras da autora:

É inútil tentar esquivar-se da questão da insegurança urbana tentando tornar mais seguros outros elementos da localidade, como pátios internos ou áreas de recreação cercadas. Por definição, mais uma vez, as ruas da cidade devem não apenas resguardar a cidade de estranhos que depredam: devem também proteger os inúmeros desconhecidos pacíficos e bem-intencionados que as utilizam, garantindo também a segurança deles. Além do mais, nenhuma pessoa normal pode passar a vida numa redoma, e aí se incluem as crianças. Todos precisam usar as ruas. (Jacobs, 2011, p.36)

Assim, os aportes de Jacobs (2011) dialogam diretamente com as discussões anteriores acerca da apropriação e ressignificação do espaço urbano por grupos sociais diversos (como os skatistas de rua) que, ao reivindicarem o direito de estar, circular e interagir com a cidade, desafiam os modelos de planejamento que desconsideram a

complexidade da vida urbana. Ao valorizar a diversidade, a espontaneidade e o uso cotidiano das ruas como elementos constitutivos de uma cidade mais democrática e segura, Jacobs (2011) reforça a importância da prática socioespacial como instrumento de resistência. Sua perspectiva convida à reflexão sobre os modos de habitar e construir a cidade, apontando para uma urbanização que reconheça e incorpore os múltiplos sujeitos urbanos, suas necessidades, desejos e formas de viver o espaço. Nesse sentido, retoma-se o entendimento de que a cidade não é apenas um cenário, mas um processo em constante disputa, onde se manifestam e se confrontam diferentes projetos de sociedade.

A cultura do skate, reconhecida por sua identidade multifacetada, engloba uma variedade de modalidades, como: *street skate*, *vert skate*, *bowl rider*, *freestyle*, *longboarding e downhill*, cada uma com características e especificidades próprias. O *street skate* (skate de rua), vai além de simplesmente percorrer as vias urbanas entre pedestres e veículos, pois envolve uma interação ativa com a dinâmica urbana. Essa característica é parte da essência desta modalidade, que concebe o espaço urbano não apenas como um local de deslocamento, mas como um cenário que convida à exploração e à apropriação.

Observa-se, portanto, que a prática do skate de rua frequentemente ocorre em espaços públicos originalmente concebidos para outras finalidades, implicando em uma ressignificação espacial da forma e da função desses locais para acomodar novas práticas. Conforme salienta Machado (2017), o skate de rua é frequentemente considerado perturbador e agressivo em função das tensões decorrentes da presença dos praticantes nas cidades, resultando em acusações relacionadas aos danos ao mobiliário urbano, conflitos com pedestres e interferências no fluxo de tráfego. Essas críticas, como observa Machado (2017), são incomuns em outras modalidades do skate, especialmente aquelas realizadas em pistas específicas, como *bowl e vert*, nas quais a prática ocorre em ambiente controlado.

Nesse contexto, o skate de rua configura-se como uma prática de resistência urbana, conforme a argumenta de Machado (2017), ao enfrentar as estratégias político-urbanísticas adotadas em diversas cidades ao redor do mundo, as quais visam reprimir ou disciplinar comportamentos e interações nas ruas por parte daqueles que exploram as paisagens urbanas de maneiras inesperadas. Como resposta a essa repressão observa-se o estímulo à construção de pistas de skate destinadas à modalidade *street skate*, que reproduzem obstáculos similares aos encontrados nas ruas. Essas pistas têm ganhado destaque crescente, mas, paradoxalmente, assumem um caráter confinante, pois

delimitam um espaço específico, sujeito a regras rígidas que transformam a prática em uma atividade quase esportiva regulamentada. Essa dinâmica evidencia a imbricação entre infraestruturas técnicas e disposições sociais na cidade, estabelecendo uma relação dialógica entre o espaço urbano e aqueles que o transitam, percorrem e exploram.

Assim, a forma intrinsecamente ligada à configuração espacial que emerge das atividades realizadas no espaço, é moldada por um processo histórico que se desenvolve a partir das funções desempenhadas pelos diferentes locais (Bernardes, 2020). Essa forma é, então, apropriada e ressignificada por skatistas que se posicionam como agentes ativos no espaço urbano. Esses sujeitos vivenciam a cidade a partir de uma perspectiva singular: o “olhar skatista”, que influencia e direciona as práticas espaciais que desenvolvem. Uma vez que:

Um corrimão não serve somente para dar segurança a quem utiliza uma escada, mas também para ser deslizado com o skate. Uma escada não é apenas para se passar de um nível ao outro, mas para ser pulada. Uma escultura não é só para ser olhada e apreciada, mas ao contrário, pode servir como uma inclinação propícia para manobras. (Machado, 2014. p. 31)

A visão particular dos skatistas sobre o espaço urbano é ampla e marcada pela diversidade, o que dificulta uma síntese única e generalizadora. Entretanto, a interação entre a cultura do skate de rua, seus participantes e o espaço urbano revela uma dinâmica ativa e transformadora do espaço geográfico. A busca constante por “picos”, que são elementos urbanos que apresentam características propícias para a prática do skate, segundo Machado (2014), evidencia essa relação criativa e ressignificada com a cidade.

Além da forma, importa considerar a função, que se refere à sua utilidade de um espaço dentro de um sistema mais amplo, incorporando, segundo Santos (1993) não apenas aspectos econômicos, mas também dimensões sociais, simbólicas e políticas. Cada espaço tende a apresentar uma função predominante, ainda que se articule com outras, estabelecendo redes e relações que podem expressar dependência e hierarquia. Vale salientar que essas funções não são fixas: podem se transformar ao longo do tempo e até mesmo em diferentes momentos do dia. É o que revela o estudo de Matos e Ribeiro (1995) sobre o trabalho sexual nas ruas do Rio de Janeiro, ao evidenciar a emergência de territórios marginais noturnos.

Segundo Lefebvre (2008), o espaço não é neutro nem inofensivo; ao contrário, tem sido cada vez mais instrumentalizado, adquirindo novas formas e significados com

objetivo de se tornar estratégico. Atribuem-se ao espaço intencionalidades específicas, que o transformam em um meio para o exercício da dominação. Dessa forma, o espaço é projetado e intencionalmente moldado para atender a interesses hegemônicos.

Conforme argumenta Lefebvre (2008), o espaço é político, não podendo, portanto, ser concebido como um objeto científico apartado da ideologia ou da política. Se esse espaço aparenta possuir um caráter neutro ou indiferente em relação ao conteúdo, ou seja, “puramente” formal, é justamente porque já se encontra ocupado, ordenado e subordinado a estratégias históricas, cujos vestígios nem sempre são visíveis. O espaço, segundo o autor, é formado e modelado politicamente, ainda que a partir de elementos históricos ou naturais. Assim:

O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por que? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social. A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Essa se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. (Lefebvre, 2008, p. 62)

O conceito daquilo que se entende por urbano, de acordo com Lefebvre (2008), refere-se àquilo que se manifesta no contexto da explosão da cidade, mas que, ao mesmo tempo, permite reconsiderar, e mesmo compreender, certos aspectos anteriormente negligenciados: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade, entre outros. O urbano, segundo o autor ainda não existe plenamente; contudo, existe virtualmente, revelando-se por meio das contradições entre o habitat, as segregações e a centralidade urbana, esta última essencial à prática social. Tais contradições evidenciam a complexidade do processo urbano e manifestam uma tensão carregada de sentido.

Lefebvre (2008) aponta que, como forma, o urbano possui um nome: simultaneidade. Essa forma situa-se entre aquelas que podem ser analisadas em sua especificidade, distinguindo-se do conteúdo que abrigam. O que a forma urbana reúne e torna simultâneo pode ser extremamente diverso: objetos, pessoas, signos. O essencial é a reunião e a simultaneidade desses elementos no espaço. Nesse sentido, pode-se afirmar que o “vetor nulo”, proposto por Lefebvre (2008), é fundamental para a definição do urbano, enquanto elemento organizador da simultaneidade.

A centralidade, por sua vez, possui um movimento dialético específico. Segundo Lefebvre (2008), ela se impõe como condição da realidade urbana. Não há cidade sem

centro, seja ele comercial (que reúne produtos e mercadorias), simbólico (que agrega significações e as expressa simultaneamente) ou informacional (centros de decisão e de processamento de dados). No entanto, todo centro tende à auto destruição, seja por saturação, seja por desencadear reações daqueles que são excluídos e deslocados para as periferias.

À luz das análises apresentadas, evidencia-se que o espaço urbano, longe de ser um palco neutro ou tecnicamente definido, é uma construção histórica profundamente marcada por relações de poder. A produção do espaço, como apontam autores como Carlos (2012) e Lefebvre (2008), está imbricada na reprodução das relações sociais e revela as contradições estruturais da sociedade capitalista. No entanto, os discursos e práticas do planejamento urbano dominante frequentemente desconsideram essa complexidade, preferindo respostas funcionalistas e normativas que mascaram as desigualdades socioespaciais sob o manto da racionalidade técnica.

A cultura do skate de rua explicita, de maneira contundente, os limites e contradições do urbanismo hegemônico. Ao reapropriar elementos urbanos com finalidade diversa da originalmente prescrita, os skatistas desafiam o monopólio institucional sobre os usos legítimos do espaço, expondo o caráter seletivo e excludente da cidade planejada. A tentativa de deslocar essa prática para espaços confinados como pistas específicas, cercadas e normatizadas, ilustra não apenas uma tentativa de controle e domesticação da espontaneidade urbana, mas também um esforço contínuo de despolitização das formas de resistência inscritas na vivência cotidiana da cidade.

Nesse cenário, a crítica de Jacobs (2011) ao modelo de cidade centrado no automóvel e na segregação física e social se mostra atual e necessária. A aposta em soluções técnicas, como sistemas de vigilância e barreiras arquitetônicas, em nome da segurança, apenas reforça a fragmentação e o medo, enquanto ignora as dinâmicas vivas que efetivamente sustentam a vitalidade urbana: o encontro, a diferença, o imprevisível. A cidade viva é substituída por um espaço controlado, higienizado e, muitas vezes, estéril, um espaço funcional para o capital, mas inóspito para grande parte de seus habitantes.

Assim, torna-se imperativo reconhecer que práticas como o skate de rua não são desvios, mas expressões legítimas de apropriação do espaço e, sobretudo, denúncias vivas das insuficiências e violências do planejamento urbano contemporâneo. Esses sujeitos urbanos não apenas revelam as contradições da cidade, mas também constroem outras formas de viver, imaginar e produzir o urbano. Ignorar essas experiências significa

manter-se preso a uma concepção elitista e autoritária de cidade, incompatível com o direito à cidade enquanto construção coletiva, plural e politicamente situada.

### **3. O Skate e a Subversão do Espaço Urbano**

#### **3.1 O olhar skatista e a resignificação urbana**

O skate configura-se, segundo Saraví (2012), como uma prática cultural e corporal por meio da qual os jovens conquistam visibilidade social, constituindo-se em um espaço de enunciação, manifestação e produção de significados. A identidade skatista, conforme o autor, não é rigidamente determinada por gostos musicais ou estilos de vestimenta, mas sim pela paixão e pela constância na prática. Um dos entrevistados por Saraví (2012) afirma que não há nada em comum entre os praticantes além do ato de andar de skate, uma vez que aspectos como música, vestuário, crenças, tendências e objetivos são diversos. Tal constatação evidencia a multiplicidade que permeia o universo do skate, o qual transcende a modalidade esportiva e se projeta nos próprios corpos que a praticam.

Nesse sentido, para além da concepção de corpos apenas como praticantes, Brandão (2006) introduz a noção de “corpos deslizantes”, conceito fundamental para compreender a relação entre os skatistas, seus corpos e o espaço urbano. Os corpos dos skatistas são descritos em termos de possibilidades e limitações, à medida que exploram o que podem ou não fazer para evitar lesões e, ao mesmo tempo, ocupar os espaços públicos de maneira criativa e não convencional.

Além disso, Brandão (2006) evidencia outra faceta, referida como “corpos disciplinados”. O skate, especialmente na modalidade *street*, entra em conflito com a concepção de cidade como um “organismo funcional” que busca “manter a ordem e a disciplina”. Nesse contexto, os skatistas são frequentemente classificados como “arruaceiros, agitadores ou baderneiros”. A prática de criar territórios e reinventar o espaço urbano confronta diretamente o pensamento ordenador da vida urbana.

Um episódio emblemático dessa tensão dialética ocorreu em 1988, quando o então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, proibiu a prática do skate nas ruas da cidade. Essa repressão, abordada por Brandão (2006) foi replicada em outros municípios, como em Itu, em 1998, onde skatistas foram multados e tiveram seus equipamentos apreendidos. Cartas<sup>4</sup> de leitores publicados em revistas especializadas a partir de 1999 revelam a persistência da repressão e do estigma. Termos como “marginal”, “vagabundo” e relatos

---

<sup>4</sup> Brandão (2006) em sua pesquisa sobre a história e desenvolvimento do skate nos Estados Unidos, partindo para a discussão da prática em território nacional, utiliza-se, portanto, de uma série de revistas, cartas, depoimentos e fotografias de skate.

sobre o uso da força policial aparecem de forma recorrente. Os skatistas, assim, tornam-se alvo de preconceito por parte de vizinhos, familiares e autoridades, revelando uma tentativa sistemática de marginalização social e espacial dessa prática cultural.

Os casos trazidos anteriormente, não são isolados, tampouco fazem parte de uma visão de época remota, a qual não se repete nos dias atuais. Um episódio relevante que evidencia o skate enquanto prática frequentemente alvo de proibições é relatado por Machado (2022), quando expõe que em janeiro de 2013, na recém reformada Praça Roosevelt, em São Paulo, guardas municipais agrediram skatistas por utilizarem um banco como obstáculo para suas manobras. O episódio evidenciou, nas palavras do autor, “o conflito pelos usos dos espaços urbanos que cotidianamente acontece na metrópole paulistana” (Machado, 2022, p. 284).

O caso gerou discussões públicas e motivou uma reunião mediada pela Prefeitura de São Paulo, a qual culminou na construção de uma pista de skate no local. No entanto, segundo Machado (2022), a resolução privilegiou lógicas esportivas que prezavam por regulamentações espaciais e corporais, de modo que a ótica cidadina dos skatistas foi minimizada. Apesar das intervenções institucionais, os praticantes continuaram utilizando toda a extensão da Praça Roosevelt, baseando-se em suas vivências urbanas e reafirmando sua cidadinidades<sup>5</sup>. Essa persistência evidencia, segundo o autor, tanto a ineficácia das tentativas de controle quanto a potência da apropriação cotidiana do espaço urbano por meio da prática do skate.

Em meio a essas discussões, Machado (2022) traz a luz, outras discussões relevantes no âmbito político, que influenciam diretamente no skate, tais como a gestão do prefeito Fernando Haddad (2013–2016), que juntamente com agentes legislativos em âmbitos municipal e estadual, observou-se uma orientação política que privilegiou a dimensão esportiva do skate em detrimento de sua expressão cidadina, conforme argumenta o autor.

No âmbito municipal, o autor cita o vereador Eduardo Tuma (PSDB), que instituiu a “Frente Parlamentar para Defesa e Incentivo da Prática da Modalidade Esportiva de Skate na Cidade de São Paulo”, justificando sua criação pela “carência de locais ‘apropriados’ que faz com que determinados espaços urbanos sejam ‘invadidos’ pelos praticantes”.

---

<sup>5</sup> De acordo com Agier (2011) a cidadinidade é considerada como uma maneira de “fazer-cidade”, envolvendo processos e situações que levam em consideração a criatividade e as táticas dos cidadãos.

A proposta apontava, segundo Machado (2022), para a necessidade de o Estado fomentar a prática esportiva, destinando recursos públicos “para que a população tenha acesso à prática de esportes”, a fim de “conter a ‘invasão’ de locais que não foram planejados para tal propósito” (Machado, 2022, p. 286). A solução sugerida consistia na construção e reforma de pistas de skate públicas. Em nível estadual (São Paulo), o deputado Gilson de Souza (DEM) criou a “Frente Parlamentar em Defesa e Apoio aos Skatistas e Praticantes de Esportes Radicais”, cujo “alvo primordial seria, explicitamente, tirar os jovens das ruas e inseri-los em locais adequados a fim de transformá-los em atletas”, promovendo, assim, “qualidade de vida”, “saúde” e “espírito esportivo” (Machado, 2022, p. 289).

Além dessas frentes parlamentares, Machado (2022) indica outros dispositivos legais que foram propostos. O vereador George Hato (PMDB) apresentou o Projeto de Lei nº 543/2013, que previa a instalação de câmeras de monitoramento em pistas de skate, proposta posteriormente vetada pelo prefeito devido à ausência de evidências que comprovem a periculosidade desses espaços. George Hato também propôs o PL nº 726/2013, que buscava incluir o skate como conteúdo na disciplina de Educação Física, ressaltando sua “incontroversa relevância” para as novas gerações, bem como o ensino de “técnicas corretas para a prática do referido esporte com o intuito de prevenir lesões e apresentar aos praticantes os valores inerentes desse tão relevante movimento cultural” (p. 288). Em 2016, Machado (2022) aponta que o mesmo vereador propôs o PL nº 1/2016, que visava exigir a homologação da Confederação Brasileira de Skate (CBSk) ou da Federação Paulista de Skate (FPS) para qualquer projeto de construção ou reforma de pistas, como forma de evitar “desperdícios de verbas públicas” em estruturas de má qualidade.

Como culminância desse processo institucional de esportivização, Machado (2022) destaca a construção do Centro de Esportes Radicais, inaugurado em 2016 com um investimento de R\$13,4 milhões, a partir de promessa da gestão Haddad. Segundo a Secretaria Municipal de Esportes, o objetivo era “incentivar o aperfeiçoamento técnico dos praticantes – considerados pela secretaria supracitada como ‘atletas’ –, tendo em vista as suas participações em competições nacionais e internacionais” (Machado, 2022, p. 291). Contudo, o Centro também representa, conforme aponta Machado (2022), “a preocupação com a segurança e com o comportamento dos frequentadores os quais devem seguir também as regras que lhes são impostas” (Machado, 2022, p. 292), o que contrasta fortemente com a liberdade característica da prática do skate de rua.

A contextualização do âmbito político se faz necessária para compreender que apesar dos esforços institucionais voltados à esportivização do skate, a prática de rua segue sendo marginalizada e frequentemente associada a comportamentos desviantes. Skatistas continuam a ser percebidos como agentes “perturbadores e agressivos” (Machado, 2022, p. 293), e sua presença no espaço urbano é alvo de críticas que os acusam de causar danos ao patrimônio e representar riscos aos pedestres. Embora as pistas de skate representem uma alternativa formalizada, muitos praticantes as veem como “ruas artificiais”, incapazes de substituir a experiência singular proporcionada pelo contato direto com a cidade.

A busca por “picos” — locais espontaneamente apropriados para a prática — e os “rolês” pelas ruas constituem dimensões centrais da experiência do skate de rua, uma vez que possibilitam aos praticantes enxergarem na materialidade da cidade possibilidades surpreendentes de usos e explorar nos mínimos detalhes, elementos triviais, aquilo que poucos notam, que Machado (2022) chama de “as sobras do urbano”. Tanto skatistas profissionais quanto amadores ressaltam a importância da circulação e da constante descoberta de novos territórios urbanos. Como afirma Filipe Maia, em entrevista para Machado (2022) ser skatista de rua exige circular, conhecer lugares e pessoas diferentes, pois estar preso a uma rotina significaria não compreender a essência dessa prática.

A prática do skate, portanto, extrapola a lógica do deslocamento funcional ou disciplinado, configurando-se como um gesto de apropriação criativa da cidade. Nesse sentido, o autor aponta que ela não apenas tensiona os mecanismos de controle urbano e as barreiras espaciais impostas à circulação, como também potencializa a inserção na cidade e o alargamento de redes de sociabilidades, evidenciando sua potência como prática urbana emancipatória e relacional.

Essa dimensão sensível e cotidiana do skate de rua é reiterada por outros depoimentos reunidos por Machado (2022), como o de Murilo Romão, que valoriza a imprevisibilidade e o dinamismo dos espaços públicos ao destacar “a atmosfera da rua, coisa acontecendo sem ser skate” (Machado, 2022, p. 296). Já Caíque Rodrigues, outro entrevistado do autor, reforça a origem e a essência dessa prática urbana ao afirmar que “a essência está na rua. Foi assim que tudo nasceu. A gente que é skatista vê a cidade de uma maneira diferente” (Machado, 2022, p.296). Tais enunciados evidenciam como a rua não é apenas um cenário para o skate, mas um espaço ativo de significação, encontro e experimentação, no qual os praticantes estabelecem outras formas de relação com a cidade.

Assim, o skate de rua revela-se como uma prática urbana insurgente, capaz de reconfigurar o olhar sobre a cidade, ressignificar seus espaços e desafiar os modos hegemônicos de ordenamento urbano. Esse entendimento dialoga com as análises de Saraví (2012), ao expor a realidade vivida por skatistas na cidade de La Plata, na Argentina, onde a prática é atravessada por rejeições simbólicas e materiais que dificultam sua legitimação social, especialmente entre os adultos. O autor indica que com frequência, os skatistas são desvalorizados, sendo sua atividade considerada perigosa, improdutiva ou até mesmo nociva. Em vez de serem reconhecidos como sujeitos em busca de lazer, são frequentemente interpelados com frases como “vão trabalhar”, o que revela, segundo o autor, o enquadramento moral adulto que associa o skate à ociosidade ou à delinquência.

Essa percepção é reforçada pela falta de apoio familiar, segundo Saraví (2012) muitos pais e responsáveis veem a prática como inútil ou arriscada, o que gera, entre os jovens, sentimentos de desânimo, resignação ou resistência silenciosa. Tal cenário é agravado por processos de estigmatização e preconceito promovidos tanto pela mídia quanto pelo imaginário social dominante, que frequentemente relacionam os skatistas ao uso de drogas ou à violência urbana, mesmo quando os próprios praticantes não se identificam com tais práticas nem com discursos de destruição da cidade.

Essa representação negativa, enraizada no olhar adulto, constrói os skatistas como “seres em perigo” ou como parte de uma suposta “patologia social”, negando-lhes agência sobre seus corpos, desejos e modos de existência. Além disso, Saraví (2012) aponta que o convívio nos espaços públicos frequentemente gera conflitos com moradores e autoridades: vizinhos reclamam de “ruídos incômodos” e supostos “danos ao patrimônio cultural”, enquanto as interações com guardas municipais e policiais costumam ser marcadas por repressão, ameaças e até abordagens armadas. Saraví (2012) ressalta que embora a busca por visibilidade seja parte da estratégia política dos skatistas para o reconhecimento de sua prática, essa mesma visibilidade muitas vezes os coloca no centro de disputas sobre os usos legítimos do espaço urbano, sendo retratados como elementos perturbadores da ordem pública.

O autor adota a noção de "espaços" no plural, indicando que esses não são únicos nem homogêneos, podendo ser vividos, sentidos e apropriados de múltiplas formas pelos sujeitos urbanos. Essa concepção é baseada nas contribuições de Santos (1990), que de acordo com o autor, entende o espaço como uma construção histórica e social, e de De Certeau (2010), que incorpora a dimensão do movimento ao considerar vetores de

direção, velocidades e temporalidades como constitutivos do espaço urbano. Assim, o espaço é concebido como “lugar praticado” e como um “cruzamento de mobilidades”, sendo animado pelas práticas e deslocamentos que nele se desenrolam.

Para além de um espaço enquanto construção histórica e social, é possível rememorar Santos (2009) quando expõe que no contexto da lógica capitalista, o espaço, inclusive o urbano, transforma-se na mercadoria universal por excelência. Frações do território passam a ser tratadas como bens negociáveis, cuja definição e valor são atribuídos a posteriori, conforme os interesses do capital.

Sua utilização efetiva, portanto, torna-se seletiva, sendo frequentemente reservada àqueles que dispõem de capital específico. Nesse processo, Santos (2009) afirma que o espaço é instrumentalizado como veículo do capital e torna-se um poderoso instrumento de reprodução das desigualdades sociais, aprofundando as disparidades entre classes. A nova configuração da acumulação capitalista intensifica, segundo o autor, essas assimetrias ao agravar as diferenças tecnológicas e organizacionais entre os territórios, acelerando a concentração econômica e espacial e promovendo um crescimento geograficamente desigual, orientado pela lógica monopolista. Paradoxalmente, embora as cidades se expandam fisicamente, a distância social entre os indivíduos tende a se intensificar.

Harvey (2006) aponta que o desenvolvimento geograficamente desigual é um produto intrínseco e inevitável da lógica da acumulação de capital. A própria forma como a produção organiza o espaço social não é neutra, gerando, conseqüentemente, arranjos espaciais marcados por desigualdades.

Harvey (2006) busca, assim, resgatar e revalorizar essa perspectiva, afirmando que as transformações espaciais e os desenvolvimentos geográficos desiguais constituem aspectos vitais da acumulação do capital e da dinâmica da luta de classes. O desenvolvimento desigual se expressa em relações de poder e em espacialidades diferenciadas no interior do sistema capitalista global, em que regiões e territórios assumem funções distintas. O autor descreve esse “mosaico geográfico” como estando sempre em movimento em toda e qualquer escala, indicando tratar-se de um processo dinâmico e contínuo, e não de um estado final estático.

Nesse sentido, os sujeitos, de acordo com Santos (2009) mesmo “amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas”, encontram-se isolados, o que evidencia a contradição entre proximidade física e distanciamento social. O espaço, que deveria unir os homens por meio do trabalho coletivo, também os separa, contribuindo para a

fragmentação e a atomização da vida urbana. Diante desse cenário, o autor aponta para a urgência da reconstrução de um espaço urbano que não reproduza desigualdades ou distâncias, mas que seja orientado por princípios de justiça social e solidariedade. Para tanto, é necessário, segundo Santos (2009) que o espaço volte a desempenhar sua função agregadora, unindo os sujeitos em suas práticas cotidianas e no processo produtivo, e não mais os segregando em função da lógica capitalista de acumulação.

A cidade, portanto, não é um simples cenário neutro, mas uma dimensão constitutiva e constituinte das práticas dos skatistas, que nela se inscrevem e a ressignificam continuamente. O foco de Saraví (2012) recai sobre as “práticas microbianas singulares e plurais” que emergem no cotidiano urbano, deslocando o olhar da cidade como categoria abstrata para a cidade vivida, expressa nas práticas concretas que a atravessam. O urbano, por sua vez, molda os corpos que nele circulam, ao mesmo tempo em que os condiciona, estabelecendo limites, ritmos e possibilidades para as práticas corporais.

Nesse contexto, o espaço público é compreendido, segundo o autor, como uma categoria ambígua: designa, ao mesmo tempo, lugares materiais e esferas de ação coletiva, carregando consigo uma dimensão política que é constitutiva da vida urbana. Não se trata apenas de um espaço aberto, mas de um campo de disputa, onde sua produção está atravessada por desigualdades, exclusões e conflitos. Os skatistas, segundo Saraví (2012), apropriam-se dos espaços públicos, transformando-os e ressignificando-os a partir de suas práticas. Elementos arquitetônicos não planejados para o skate, como: rampas, bordas de bancos, fontes, escadas e paredes baixas, tornam-se, para esses sujeitos, obstáculos desejáveis e atrativos.

Essa dinâmica revela uma lógica de “reutilização espacial constante”, em que objetos como bancos deixam de ser meramente assentos e passam a ser plataformas de salto e experimentação técnica. Além disso, Saraví (2012) indica que os skatistas recorrem a elementos móveis, como: caixotes, tábuas, vigas de ferro ou rampas improvisadas com pallets, para modificar os espaços e adicionar instabilidade e imprevisibilidade às suas práticas, ampliando, assim, os modos de habitar e produzir o urbano. Tais possibilidades e ressignificações são descritas também por Machado (2014), às colocando como uma forma da cidade ganhar novos contornos mediante a circulação desses indivíduos pelos distintos espaços.

Em resumo, a ressignificação do espaço urbano pelos skatistas configura-se como uma manifestação cultural ativa, na qual os jovens, por meio de práticas corporais,

atribuem novos significados a elementos arquitetônicos, transformam e se apropriam do ambiente construído. Esse processo gera novas formas de sociabilidade, expressão e visibilidade, que se inserem na cultura urbana local e, ao mesmo tempo, a influenciam.

### **3.2 Cultura urbana e insurgente: o skate de rua como prática subversiva**

Embora muitas vezes dividido entre a dimensão cidadina ou esportiva, torna-se inegável que o skate advém de uma cultura contestadora e irreverente, para isso, Bauman (2007) define que o conceito de cultura, tal como se consolidou a partir do século XVIII, emerge como um instrumento voltado à gestão do pensamento e do comportamento humanos, com o propósito declarado de “aperfeiçoar” os indivíduos por meio da educação e da formação. No entanto, desde sua origem, a cultura carrega em sua essência uma dimensão assimétrica, marcada pela oposição entre os “gestores” e os “gerenciados”, os “conhecedores” e os “ignorantes”, os “refinados” e os “primitivos”.

Para os sujeitos que ocupam essa posição subordinada, Bauman (2007) expõe que a cultura pode ser percebida como uma forma de repressão, o que lhe confere uma qualidade paradoxal: embora elaborada como um dispositivo de elevação, ela também é percebida como instrumento de dominação. Nesse sentido, a cultura se apresenta como força crítica frente à administração, pois representa a afirmação do particular contra as pressões homogeneizadoras do geral. Segundo o autor, Adorno (1994), ao discutir essa tensão, afirma que a cultura implica um “impulso irrevogavelmente crítico” (Bauman, 2007, p.73) dirigido ao status quo e suas instituições.

A cultura, segundo Bauman (2007), não se resume à funcionalidade ou à adaptação à ordem existente. Em sua essência, ela aspira a algo que transcende a realidade imediata, resistindo à lógica da utilidade e à demanda por produtividade constante. De acordo com o autor, Arendt (1990) reforça esse entendimento ao argumentar que a cultura persegue a beleza, uma qualidade que escapa à racionalidade causal e não serve a nenhuma finalidade objetiva previamente definida. O valor de um objeto cultural, nesse contexto, reside justamente em sua capacidade de sobreviver ao uso que o originou, opondo-se à efemeridade que caracteriza o mundo do consumo. Tal concepção contrasta frontalmente com visões estabilizadoras da cultura, que a reduzem a um instrumento de manutenção da ordem social.

Apesar dessa tensão, o autor reconhece a existência de uma relação de interdependência entre cultura e administração. Embora a cultura seja danificada quando excessivamente planejada e controlada, ela também corre o risco de desaparecer ou

tornar-se irrelevante caso permaneça completamente isolada. Os criadores culturais necessitam dos meios de divulgação e circulação proporcionados pela estrutura administrativa para que suas obras alcancem algum grau de visibilidade e influência. O conflito, nesse caso, não está apenas na oposição entre controle e liberdade, mas na disputa por definir quem deve liderar os processos de transformação social e em qual direção esses processos devem se desenvolver.

Na modernidade líquida, tal como caracterizada por Bauman (2007), os contornos dessa rebeldia cultural sofrem novos desafios. A “revolução gerencial” deslocou o foco da regulação normativa para a sedução, substituindo o controle pela lógica do consumo volátil.

Nesse cenário, os gestores culturais, agora convertidos em produtores de mercado, não desejam mais domesticar os comportamentos, mas estimular sujeitos fluidos, experimentais e constantemente insatisfeitos, sempre em busca de novidades. O resultado, conforme ressalta Bauman (2007) é a consolidação de uma “cultura do desengajamento, da descontinuidade e do esquecimento”, marcada pela obsolescência programada e pela recusa à permanência. Diante do “ocaso da durabilidade, da perpetuidade e do infinito”, a cultura, tal como historicamente concebida, encontra-se ameaçada. Subjugada à lógica do mercado, sua vitalidade é agora mensurada não pela qualidade intrínseca, mas por métricas de visibilidade e desempenho comercial. A questão que se coloca, portanto, é se a cultura, enquanto portadora de valores críticos e transcendentais, poderá sobreviver à lógica que a reduz à mercadoria descartável.

A contextualização acerca da cultura se faz relevante, uma vez que skate, cultura e espaço urbano se mesclam. Nessa perspectiva, Böes e Amaral (2018) afirmam que as representações do espaço urbano não apenas refletem as dinâmicas da vida em sociedade, como também contribuem para moldá-las, revelando as disputas simbólicas e materiais que atravessam a cidade. O processo de modernização, por sua vez, é entendido como um fenômeno complexo que reconfigura as relações espaciais e intensifica os confrontos culturais entre o global e o local.

Longe de ser um agente de homogeneização cultural, os autores apontam que a modernidade urbana deve ser vista como um campo de interpenetração e hibridização de práticas, saberes e visões de mundo, resultando em uma “polifonia cultural” que dá origem a múltiplas modernidades em constante transformação. Nesse contexto, as culturas urbanas desempenham um papel fundamental na ressignificação dos espaços,

contribuindo para a atribuição de sentidos e significados que escapam às racionalidades técnicas e às normativas institucionais.

A capacidade de certos grupos de “profanar” os usos regulares do espaço, isto é, de subverter suas funções oficiais e utilitárias, constitui, segundo Böes e Amaral (2018) uma forma potente de visibilizar desigualdades, denunciar as falhas das políticas públicas e desafiar a distribuição hegemônica do espaço urbano. Assim, a cultura torna-se não apenas elemento interpretativo, mas também força transformadora no tecido da cidade.

A prática do skate urbano pode ser compreendida como uma forma de profanação dos usos convencionais do espaço público, ao desestabilizar sentidos cristalizados e restituí-los ao uso comum.

Segundo Narciso (2009), o espaço público é um conceito complexo, multifacetado e dinâmico, que não comporta definições únicas ou redutoras. A autora o compreende como lugar de sociabilidade, encontro e ação política, sendo simultaneamente um espaço físico e simbólico, acessível a todos, onde se formulam opiniões públicas por meio do confronto de discursos diversos. É considerado elemento essencial da cidade, estruturando a malha urbana e contribuindo para a construção de identidades coletivas. No entanto, as transformações contemporâneas, como a crescente privatização, a especulação imobiliária, a gentrificação e os novos padrões de urbanização, comprometem seu caráter democrático, tornando ambígua a distinção entre público e privado. Assim, o espaço público, embora fundamental para a vida urbana e democrática, encontra-se sob constante tensão diante das dinâmicas econômicas, sociais e políticas que o reconfiguram.

Nesse contexto, Böes e Amaral (2018) explicam que profanar significa romper com a lógica que sacraliza determinados espaços em nome do capital, da ordem ou da funcionalidade, abrindo caminho para novos significados e apropriações. Trata-se, portanto, de libertar os espaços urbanos das fórmulas estanques que delimitam suas funções e usos, rompendo com a mercantilização e os rótulos impostos pelo planejamento urbano hegemônico.

Narciso (2009) aponta que a apropriação do espaço é um processo dinâmico e recíproco, no qual o sujeito transforma um espaço que inicialmente não lhe pertencia em algo próprio, moldando-o conforme suas necessidades e desejos. Essa interação entre indivíduo e espaço é essencial para a constituição da identidade, pois, ao apropriar-se de um lugar, o sujeito também constrói parte de sua própria identidade.

A forma e o desenho dos espaços públicos influenciam, segundo a autora, diretamente esse processo, já que determinadas configurações espaciais favorecem o reconhecimento e a identificação. É por meio da apropriação que o espaço adquire valor simbólico e se transforma em lugar, carregado de significado e identidade. No entanto, esse processo é constantemente ameaçado por políticas urbanas excludentes, pela mercantilização do espaço urbano e pela homogeneização imposta por lógicas capitalistas, que geram o fenômeno dos “não-lugares”, como shopping centers e áreas padronizadas, desprovidas de identidade e relações sociais.

Ao destituir os usos pré-determinados e habitar o espaço com práticas transgressoras, o skate viabiliza o surgimento de novas subjetividades, questionando as formas consagradas de vida urbana e resistindo às interações sociais mediadas exclusivamente pela lógica do consumo e da troca. Böes e Amaral (2018) afirmam que a profanação operada pelo skate constitui uma manifestação cultural e política, que se inscreve em um urbanismo vitalista: um modo de circular, explorar e reinventar a cidade a partir da experiência sensível dos corpos em movimento. Ao perturbar o ritmo da rotina mercantilizada, essa prática, de acordo com os autores, se configura como resistência à hegemonia cultural, à imposição de condutas e ao controle social dos espaços públicos. Mais do que um esporte, o skate afirma-se como linguagem artística e gesto poético que desorganiza as dinâmicas urbanas normativas, transformando a cidade em um espaço de sociabilidade, expressão e liberdade.

Nesse processo, ocorre uma ressignificação dos espaços urbanos, na medida em que práticas historicamente marginalizadas ou consideradas ilícitas passam a adquirir sentidos culturais e afetivos não previstos pelas racionalidades institucionais. A profanação, nesse caso, atua como meio de reinvenção do espaço público, ao permitir que os praticantes atribuam novos significados aos lugares por meio de experiências corporais e coletivas.

A ressignificação, segundo Böes e Amaral (2018) acontece quando fluxos variados: afetivos, culturais, subjetivos, desestabilizam a ordem estabelecida, instaurando modos inéditos de estar e conviver na cidade. Esses encontros escapam a qualquer relação simétrica previamente definida e dão testemunho de uma radical humanidade que precede e excede os sentidos racionalmente impostos ao espaço. Em suma, a profanação operada pelos skatistas rompe com os modelos normativos de uso do espaço público e, a partir dessa transgressão, permite ressignificá-lo, atribuindo-lhe novos sentidos ligados à sociabilidade, à liberdade e à potência criadora dos corpos urbanos.

A prática do skate ultrapassa a dimensão do deslocamento físico e afirma-se como uma prática cultural dotada de significados próprios, por meio da qual os sujeitos constroem novas formas de apropriação e interpretação do espaço urbano. Brandão (2006) analisa as representações que os skatistas produzem a respeito da cidade, observando como seus gestos e percursos cotidianos contribuem para a ressignificação simbólica dos espaços públicos.

Inserido no contexto da pós-modernidade, o skate emerge em um momento de intensas transformações socioculturais, sendo marcado, segundo Brandão (2006) pela ascensão da juventude como agente político e pela consolidação da contracultura como força contestatória das normas estabelecidas. Nesse cenário, as práticas espaciais dos skatistas dialogam com modos alternativos de vida e subjetivação, expressos, de acordo com Brandão (2006), no lema do surfista Timothy Leary “drop in, turn in and drop out”, que sintetiza o desejo de romper com o sistema e experimentar outras formas de estar no mundo.

A apropriação subversiva do espaço pelo skate encontra expressão, conforme Brandão (2006) paradigmática no caso dos “Z-Boys” de Dogtown<sup>6</sup>, grupo de jovens que revolucionou a prática ao incorporar movimentos do surf à dinâmica do skate, sobretudo a partir da utilização de piscinas californianas esvaziadas durante a seca dos anos 1970. Aquelas piscinas, com suas curvas e transições semelhantes às ondas do mar, deixaram de ser apenas estruturas arquitetônicas voltadas ao lazer aquático e passaram, segundo o autor, a funcionar como pistas improvisadas para manobras radicais, inaugurando a modalidade vertical.

Trata-se de um exemplo emblemático de ressignificação, em que os skatistas atribuem novos sentidos a objetos urbanos originalmente concebidos para outras funções, reconfigurando-os por meio da prática corporal. Esse gesto, de acordo com Brandão (2006) se intensificou com a popularização do *street skate* na década de 1980, quando elementos como escadas, corrimãos, bancos e muretas, produtos típicos da arquitetura funcionalista, passaram a ser explorados como obstáculos técnicos e superfícies de criação, revelando uma leitura alternativa da cidade.

O espaço urbano, nas palavras de Brandão (2006), é convertido em texto: um corpo urbano passível de ser lido, questionado, manipulado e reinterpretado de forma múltipla e criativa. Os skatistas projetam sobre seus elementos constitutivos e

---

<sup>6</sup> Brandão (2006) faz referência ao filme intitulado “Dogtown and Z-boys – Onde tudo começou”, importante obra cinematográfica que conta a história do skate e sua relação com o surf californiano.

funcionalidades que extrapolam seus sentidos originais, transformando a cidade em campo de experimentação estética, política e sensorial.

Ainda, Brandão (2006) evidencia que a emergência do movimento cultural *punk* nesse mesmo período intensifica essa dimensão transgressora da prática. Com sua estética agressiva, discurso anárquico e crítica às convenções sociais, o punk influenciou diretamente a atitude dos skatistas diante do espaço urbano. Essa associação, mediante os escritos do autor, fortaleceu uma postura de resistência ao autoritarismo e à normatividade, expressa na recusa às “etiquetas sociais” e no desejo de criar uma espécie de “anarquia urbana”, conforme apontado pela revista *Yeah!*. A cidade, então, é vivenciada como um campo de batalha simbólico, e o skate torna-se, nas palavras de Brandão (2006) a arma com a qual os sujeitos afirmam sua presença e desafiam as hierarquias espaciais.

Contudo, esse processo de ressignificação frequentemente gera conflitos. As práticas dos skatistas, ao tensionarem os usos hegemônicos do espaço público, são muitas vezes interpretadas como atos de transgressão, sendo os praticantes rotulados como “vadios”, “marginais” ou “desordeiros”. Brandão (2006) aponta que o confronto com autoridades e com setores da sociedade evidencia os limites do direito à cidade e a persistência de uma gestão urbana que privilegia a ordem, o consumo e a normatividade em detrimento da diversidade de usos e vivências. A resistência dos skatistas, portanto, não reside apenas na ocupação física dos espaços, mas na produção de outras formas de sociabilidade, percepção e pertencimento, que desafiam a lógica dominante e reivindicam o urbano como lugar de expressão, liberdade e criação coletiva.

Portanto, com base nas reflexões desenvolvidas, pode-se concluir que o skate de rua se configura como uma prática cultural profundamente enraizada nas dinâmicas urbanas, seja pela ressignificação dos espaços ou por meio da resistência cotidiana. Muito distante de apenas uma atividade esportiva, o skate se revela como linguagem social, política e cultural, que reinterpreta e subverte. Nesse sentido, ao olhar skatista é atribuído um poder transformador, pois é capaz de produzir outras leituras do espaço e insurgir contra a normatividade.

#### **4. Skate de rua e a identidade territorial**

#### **4.1 Território e territorialidade: Processos constitutivos e relações de poder**

Conforme compreende-se a história da construção dos conceitos geográficos, observa-se que apenas na década de 1950 o espaço geográfico surge como conceito-chave. O conceito de território, por sua vez, tampouco assume centralidade na chamada nova geografia, sendo abordado de maneira renovada em obras como a de Gottmann (1973). Nessa perspectiva, o território é compreendido sucintamente como uma dimensão político-administrativo que ultrapassa o Estado-nação, articulando elementos materiais e simbólicos. Ainda assim, observa-se, posteriormente, uma ampliação significativa dessa abordagem.

Diante disso, Saquet (2007) aponta que somente a partir da década de 1960, em articulação com o materialismo histórico-dialético, intensifica-se a utilização dos conceitos de território e territorialidade. Na década de 1970, segundo o autor, surge uma preocupação mais sistemática com esses conceitos, que passam a ser abordados a partir de três possíveis vertentes.

Com o objetivo de organizar e contextualizar as definições de território de forma mais clara, elaborou-se um quadro-síntese (Quadro 1) em ordem cronológica, contendo os autores, suas respectivas concepções de território, os elementos centrais de cada abordagem e os principais destaques metodológicos. Essa sistematização contribui para a compreensão das diferentes perspectivas teóricas e suas implicações no campo da Geografia.

#### **Quadro 1 - Síntese do conceito de território**

Autor	Concepção de Território	Elementos Centrais	Destaques Metodológicos
Dematteis (1970)	Território como construção social desigual.	Relações horizontais, características naturais, relações territoriais complexas.	Ênfase na combinação entre natureza e sociedade em múltiplas escalas.
Gottmann (1973)	Território como expressão da dominação social e da organização política.	Centralidade, soberania, jurisdição, mobilidade populacional, tecnologia.	Território é uma construção político-ideológica e concreta, moldada pela reorganização da sociedade.
Raffestin (1993)	Território como espaço modificado pelo trabalho, mediado por relações de poder.	Territorialidades múltiplas; dominação e controle; atores sociais diversos (Estado, empresas, indivíduos).	Sistema territorial como resultado de dinâmicas políticas, econômicas e culturais; território como produto social.
Sack (1986)	Território como expressão geográfica do poder.	Territorialidade como estratégia de controle; autoridade pode ser externa; nem toda área é território.	Destaca a atuação do Estado e das relações de poder na delimitação e controle de áreas.
Ratzel (1990)	Território como base do Estado-Nação, com enfoque naturalista.	Solo como elemento fundamental; abordagem positivista (observação, comparação); território como ambiente e extensão do Estado.	Tentativa de integrar cultura, economia e geopolítica, sem superação da visão naturalista.
Quaini (2003)	Território vinculado à prática investigativa em geografia.	Relações sociais entre pesquisadores e instituições.	Metodologia baseada na análise histórica e crítica da produção geográfica; uso de entrevistas, reconstrução de trajetórias e categorias.

**Fonte:** Saquet (2007) **Organizado:** A autora (2025).

No quadro 1 é possível visualizar as distintas compreensões de território elaboradas por diversos autores ao longo do tempo, com base nas sistematizações apresentadas por Saquet (2007). Essa organização permite comparar as diferentes concepções e identificar as principais vertentes teóricas, evidenciando suas particularidades e evoluções no debate geográfico.

A primeira vertente, fundamentada nos estudos de Gottmann (1973), evidencia que a organização política é central para a definição de território. O conceito está ligado aos processos tecnológicos, à mobilidade populacional e à soberania no contexto internacional. Para Saquet (2007), Gottmann (1973) destaca que o território não deve ser compreendido como algo puramente físico ou inanimado, mas como uma área marcada por um elemento de centralidade, seja uma autoridade que exerce soberania sobre pessoas, seja o uso de determinado local. O território constitui, portanto, uma expressão geográfica da dominação social sobre uma área específica, apresentando um caráter concreto, material e político-ideológico.

Ainda dentro dessa primeira vertente, Saquet (2007) incorpora a perspectiva de Sack (1986), a qual reafirma elementos da abordagem de Gottmann (1973), ao destacar a dimensão política e o papel das fronteiras na organização e influência sobre a sociedade. Sack (1986) compreende a territorialidade como a tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar e controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações por meio da delimitação e do controle de uma área. Para ele, a territorialidade é uma expressão geográfica do exercício do poder sobre um espaço, sendo esse espaço o território, embora nem toda área possa ser considerada território. O território, nesse sentido, deriva de estratégias de domínio e controle sobre uma área delimitada, especialmente por meio da atuação do Estado.

A segunda vertente, conforme os escritos de Saquet (2007), é a mais conhecida e difundida no Brasil. Essa abordagem segue as argumentações de autores como Deleuze e Guattari (1976), que compreendem o território a partir de noções como fluxos, conexões, articulações, codificação, decodificação e poder. Os autores desenvolvem uma análise profunda sobre a reprodução do capital, destacando o desejo como um elemento intrínseco a essa lógica.

Inserido nessa vertente Raffestin (1993) enfatiza o caráter político do território, apresentando uma concepção que se diferencia da proposta de Sack (1986). Para Raffestin(1993), o território é um espaço transformado pelo trabalho, no qual se revelam relações de poder e dominação. Isso implica a cristalização de territorialidades no espaço,

a partir das atividades cotidianas. Esses processos, segundo o autor, são constituídos por atores sociais que produzem tessituras mais ou menos delimitáveis, as quais se inscrevem nas dinâmicas políticas, econômicas e culturais.

Raffestin (1993) compreende o território como uma construção humana dinâmica, indissociável das relações de poder, e não como uma entidade natural ou estática. Para o autor, "espaço" e "território" não são sinônimos: o espaço é um dado preexistente, uma espécie de "matéria-prima" dotada de valor de uso, anterior à ação humana; já o território resulta da apropriação do espaço por atores sociais: indivíduos, empresas ou Estados, que, ao projetarem trabalho (entendido como energia informada) sobre ele, o territorializam.

Essa produção territorial, segundo o autor, está intrinsecamente associada ao poder, evidenciado inclusive nas representações espaciais, como a cartografia moderna, que opera como instrumento de controle através de uma sintaxe euclidiana baseada em pontos, linhas e superfícies.

O território, enquanto sistema, de acordo com Raffestin (1993) se estrutura a partir de três elementos: as tessituras (malhas que delimitam superfícies e definem a escala de exercício do poder), as nodosidades (pontos de aglomeração e centros de poder, como cidades) e as redes (linhas de conexão e circulação que organizam a hierarquia espacial). Tais elementos formam sistemas geográficos hierarquizados que viabilizam o controle, a coesão e a organização territorial.

Raffestin (1993) também destaca a relevância da natureza como componente constitutivo do território, enfatizando o uso e a transformação dos recursos naturais como instrumentos de poder. Posteriormente, em 1984, o autor aprofunda sua análise ao tratar do processo de TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização), compreendido como resultante de dinâmicas econômicas, nas quais o mercado atua como lugar de emissão de símbolos e sinais. A territorialização, nesse contexto, é concebida como um processo relacional, de perda e reconstrução de vínculos sociais, que sustenta uma abordagem transescalar e dinâmica do território e da territorialidade.

A terceira vertente, conforme aponta Saquet (2007) embora menos conhecida no Brasil, tem ganhado destaque nos debates contemporâneos. Sua principal contribuição advém de Dematteis (1964), que compreende o território como produto das relações sociais estabelecidas no âmbito familiar, nas comunidades rurais e entre agentes urbanos. Trata-se de uma concepção historicamente condicionada, marcada por aspectos econômicos, políticos e culturais.

Para o autor, o território é uma construção social que integra desigualdades, características naturais e relações horizontais e verticais, resultando em uma complexa teia de interações territoriais. Além disso, Dematteis (1964) enfatiza o papel ativo dos sujeitos sociais na reorganização do território. Posteriormente, o autor aprofunda sua análise sobre a história da geografia, ressaltando que os territórios são constituídos pelas sociedades em sua relação com a terra, afirmando que não há território sem uma trama de relações sociais. Por fim, reconhece a fluidez do tempo histórico, bem como os processos de mudança, os conflitos, as formas de dominação e as relações transescalares que atravessam e reorganizam os territórios.

Vagaggini e Dematteis (1976) indicam que fluxos e redes constituem elementos centrais nos estudos geográficos, articulando-se ao processo histórico e às relações sociais. Para esses autores, o território é entendido como espaço usado, apropriado e controlado, configurado pelas relações sociais de produção.

Bagnasco (1977), por sua vez, compreende o território como uma área dotada de características econômicas, políticas e culturais específicas, onde agentes sociais mantêm relações tanto internas quanto externas, especialmente impulsionadas pela dinâmica mercantil. Sua abordagem integra simultaneamente os aspectos políticos e culturais na constituição dos territórios e em suas articulações, com ênfase nas dimensões econômica e política. O autor concebe o território como conexão, resultado e condição da dinâmica socioespacial, fundamentando-se em elementos das concepções teórico-metodológicas de A. Gramsci e M. Weber.

Quaini (2003) propõe procedimentos voltados à pesquisa em Geografia, destacando a importância de compreender a complexidade das relações sociais entre os pesquisadores e os contextos históricos e epistemológicos em que suas obras são produzidas. Em publicações posteriores, o autor reforça que o estudo de um indivíduo, de uma comunidade, de um lugar ou de um pensamento deve considerar os aspectos do movimento conjuntural associados ao processo histórico.

De modo geral, Quaini (2003) argumenta que o território é uma construção social, apropriado e produzido por meio de práticas inscritas em campos de poder e relações socioespaciais. O território, segundo o autor, é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades, manifestando-se na vida cotidiana e na intersecção entre os tempos histórico e coexistente, ou seja, em uma perspectiva multiescalar. Nele se articulam dimensões econômicas, políticas, culturais e da natureza exterior ao homem (E-P-C-N).

O conceito de territorialidade, nesse contexto, expressa a unidade entre materialidade e imaterialidade.

Saquet (2007) além de contextualizar o histórico do território, utiliza do processo migratório para explicar o TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização). O autor exemplifica os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização por meio da experiência migratória de milhares de italianos no final do século XIX. A desterritorialização desses sujeitos ocorreu em razão de fatores econômicos, políticos e culturais que os forçaram a deixar suas terras de origem.

Durante o deslocamento migratório, esses imigrantes experienciaram situações, ações e reações diversas, constituindo uma territorialidade específica, marcada inclusive por eventos trágicos, como a morte de muitos durante a travessia. Tal contexto revela, de acordo com Saquet (2007) que a territorialidade não é estática, mas se configura em movimento, manifestando-se mesmo em condições transitórias.

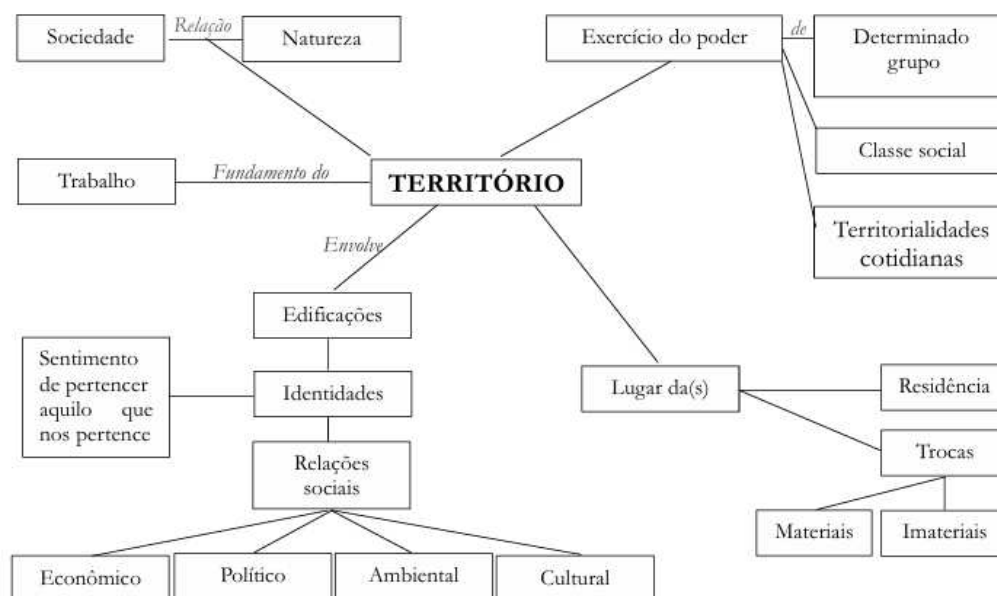
Apesar das transformações vivenciadas, observou-se certa continuidade em determinados aspectos de suas vidas. O vínculo com parentes e amigos que permaneceram na Itália evidencia que não houve um rompimento total com as origens. Conforme destaca o autor, “o velho é recriado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade” (Saquet, 2007, p.71).

O autor aponta que a forma de vida que os italianos traziam de sua terra natal influenciou diretamente o ritmo e as características da construção territorial nos locais de chegada. Esses sujeitos sociais, segundo Saquet (2007), participaram da edificação de templos, escolas, cidades e estradas, bem como do desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais. A articulação entre seus saberes prévios e as experiências dos moradores locais gerou um processo de desenvolvimento simultaneamente histórico e multiescalar.

Em síntese, Saquet (2007) utiliza essa experiência migratória como um exemplo concreto da articulação contínua entre os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Tais processos são apresentados pelo autor, como interdependentes e concomitantes, e neles a natureza exterior ao homem é um dos componentes centrais. A mobilidade e a capacidade de reproduzir formas de vida em novos contextos evidenciam a unidade entre materialidade e imaterialidade que caracteriza a territorialidade.

O fluxograma (Figura 1) apresentado abaixo, organizado por Oliveira (2021) é relevante para compreender o conceito de território, evidenciando que é nesse espaço que o homem transforma a natureza por meio do trabalho e estabelece relações sociais de poder com outros atores, as quais podem resultar em cooperação ou conflito. É no território que se realizam trocas materiais e imateriais e se constrói a identidade, entendida como o sentimento de pertencimento àquilo que também nos pertence: o território.

**Figura 1** - Fluxograma síntese da concepção de Território



**Fonte:** Oliveira (2021, p. 21)

A territorialidade, por sua vez, refere-se à forma como o território é vivido e apropriado por indivíduos e coletividades, articulando-se às estratégias dos atores que operam com energia, informação e códigos específicos. Nesse sentido, o território é simultaneamente produto e meio de produção social. Por fim, Raffestin (1993) associa a crise do território e de suas malhas a uma crise mais profunda nas relações sociais, revelando a fragilidade dos sistemas de poder que o sustentam. Ainda:

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre

os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (Raffestin, 1993, p. 158)

No mesmo sentido, Cunha (2022) afirma que a territorialidade, por sua vez, manifesta-se quando o espaço é apropriado como meio de exercer poder, influenciar e controlar pessoas, objetos ou relações sociais. Segundo o autor, a territorialidade consiste em uma tentativa, por parte de um indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações por meio da delimitação e da afirmação de controle sobre uma área geográfica.

Para Cunha (2022), a territorialidade deve envolver, em primeiro lugar, uma forma de classificação espacial, ou seja, o uso de uma área para categorizar e apropriar determinados elementos. Em segundo lugar, deve incluir uma forma de comunicação, seja por marcas físicas ou sinais simbólicos, que indiquem posse, direção ou exclusão em relação a determinado espaço. Por fim, de acordo com o autor, a territorialidade implica uma tentativa de controlar o acesso à área em questão, influenciando as interações internas e externas a partir de mecanismos de inclusão ou exclusão.

As diferentes fases que constroem e desconstroem os lugares territorializam, desterritorializam e reterritorializam os espaços, concretizando processos que produzem identidades e apropriações materiais e imateriais em distintos níveis de dominação territorial. A análise desses processos permite identificar as particularidades intrínsecas dos sujeitos e atores sociais que operam sobre o território. Desse modo, Cunha (2022) afirma que é possível compreender as temporalidades manifestadas nos territórios, sempre relacionadas à ação contínua e dinâmica dos sujeitos que os criam e recriam.

#### **4.2 Do corpo-território ao corpo skatista: aproximações possíveis**

O conceito de corpo-território, conforme trazido por Antonello e Oliveira (2022), compreende o corpo como uma dimensão material indissociável da existência humana, imersa em complexas e dinâmicas relações de poder. Pensar o corpo como território, segundo os autores, implica reconhecer que ele não é apenas biológico, mas um espaço onde se inscrevem práticas sociais, disputas simbólicas e políticas de controle.

Essas relações de poder interferem, conforme expõe os autores, diretamente na forma como o espaço é apropriado pelos sujeitos que compõem uma determinada sociedade, evidenciando assim, a dimensão política do corpo-território, cuja capacidade de produzir relações sociais e espacialidades o insere como elemento central na

constituição da ordem espacial. Nessa perspectiva, controlar os corpos equivale a controlar os territórios e a gestão da própria espacialidade.

Antonello e Oliveira (2022) organizam análise com base nos escritos de Foucault (2014) como autor central para a compreensão do corpo como alvo privilegiado de processos históricos e socioculturais, voltados à sua disciplinarização, controle e docilização. De acordo com os autores, para Foucault (2014) o corpo torna-se uma força útil somente quando se mostra, simultaneamente, produtivo e submisso. Isso se dá por meio de dispositivos que limitam os deslocamentos, traçam fronteiras e moldam comportamentos, consolidando o que ele denomina de “sociedade disciplinar”, baseada na vigilância, na normatização e na regulação dos corpos. Essa lógica se expressa em instituições como escolas, fábricas, conventos e quartéis, onde técnicas disciplinares moldam movimentos, gestos e atitudes, compondo o que Foucault (2014) denominou "microfísica do poder" uma rede de coerções que atua diretamente sobre o corpo, manipulando-o para torná-lo obediente e funcional.

Ao tratar o corpo como território, estabelece-se um elo entre práticas discursivas e espaciais, a qual Antonello e Oliveira (2022) evidenciam que o poder não apenas se exerce sobre os corpos, mas também os molda espacialmente. No entanto, ainda que sejam alvo de investidas disciplinadoras, os corpos-territórios detêm uma potência subversiva, que se expressa na criação de espaços diferenciais, produzidos segundo outras lógicas e valores. A resistência, nesse sentido, não é exterior ao poder, mas imanente a ele, sendo inseparável das forças que buscam domar os corpos. Exemplos dessas práticas subversivas, trazida pelos autores, incluem a territorialização de corpos dissidentes, como travestis que atuam em territórios de prostituição, desafiando o planejamento urbano normativo.

Em síntese, a noção de corpo-território, com base no pensamento foucaultiano, permite compreender o papel da materialidade e da subjetividade dos sujeitos nas relações de poder que organizam o espaço. Ao mesmo tempo em que os corpos são atravessados por práticas de disciplina, controle e coerção, eles também constituem espaços de insurgência e recriação, capazes de tensionar as estratégias hegemônicas de dominação e propor novos modos de existência e territorialização.

Ao dedicar a análise sobre essa problemática, Haesbaert (2021) expõe que o conceito de corpo-território entende o corpo como o primeiro território de luta e a base elementar da colonialidade do poder, sendo um espaço vivo e histórico que carrega feridas, memórias, saberes, desejos e sonhos individuais e coletivos. Essa perspectiva,

que se consolida a partir das geografias feministas nos anos 1990, reconhece o corpo não apenas como estando no espaço, mas como espaço em si, marcado e transformado pela cultura.

Sua origem se vincula às epistemologias latino-americanas e caribenhas, especialmente entre mulheres de povos originários e pesquisadoras feministas e ecofeministas, que o adotam como metodologia de vida e resistência. Nessa visão, a corporeidade é simultaneamente alvo de dominação e potência de resistência, o que exige a valorização de sua dimensão de gênero, historicamente associada a restrições impostas às mulheres.

Nesse sentido, Haesbaert (2021) dialoga com Foucault (2014), ao tratar o corpo como campo político investido por relações de poder, e com Deleuze e Guattari (1997), ao abordar a territorialização corporal. A proposta do corpo-território é inseparável da defesa da vida e da existência, contrapondo-se à concepção eurocêntrica do território centrada em aspectos jurídico-políticos. Nessa abordagem, o comunitário é central, permitindo compreender o território em múltiplas escalas, da intimidade do corpo às dimensões coletivas, como a família, a praça ou o território indígena.

A noção de “r-existência”, articula-se como forma de viver e resistir a partir de um lugar geográfico e epistêmico próprio. Haesbaert (2021) propõe ainda a distinção analítica entre corpo-território e território-corpo (da terra): enquanto o primeiro enfoca o corpo como território de luta, o segundo compreende a terra como corpo, num prolongamento ontológico entre natureza e existência humana. Assim, o corpo-território emerge como uma realidade concreta e como campo de disputa, onde a r-existência se materializa na defesa da vida e na construção de um mundo plural, o pluriverso.

Em consonância, Brandão (2012) ao revelar os estudos acerca da “História do corpo” ressalta ser necessário a compreensão de que o corpo, seus usos e representações, não constitui um dado natural, fixo e imutável, mas sim uma construção cultural e histórica. Essa construção, conforme salienta o autor, se transforma ao longo do tempo, conforme os contextos sociais, políticos e simbólicos que moldam sua presença no mundo. Nessa perspectiva, o corpo pode ser compreendido como um “documento”, no sentido de que carrega em si múltiplas histórias, não há uma única narrativa sobre o corpo, mas diversas, atravessadas por diferentes valores, normas e significados atribuídos em distintos períodos e sociedades.

A concepção do corpo, seu lugar na sociedade e sua presença tanto no imaginário quanto na realidade sofreram modificações em todas as formações sociais conhecidas,

sendo, portanto, um campo fértil para a investigação das práticas culturais e das estruturas de poder.

Brandão (2012) expõe que esse olhar sobre o corpo foi legitimado por correntes historiográficas mais recentes, destacando-se a contribuição de três autores fundamentais para a consolidação do corpo como categoria analítica nas Ciências Humanas e Sociais: Mauss (1950), Elias (1994) e Foucault (2014).

Segundo o autor, Mauss (1950), introduziu, por volta de 1926, o conceito de "técnicas corporais", no qual evidenciou que a sociedade impõe aos indivíduos modos culturalmente determinados de usar seus corpos. Para ele, o corpo é um produto da cultura e não um dado biológico neutro. A maneira como se anda, se senta, se nada ou se suporta a dor é aprendida e varia de sociedade para sociedade, sendo expressão direta das normas sociais e da organização simbólica do grupo. O corpo, portanto, é moldado pelas práticas sociais e revela os limites da dor, da resistência e da excitação próprios de cada formação cultural.

Brandão (2012) aponta que Elias (1994), por sua vez, trouxe significativa contribuição com sua obra "O Processo Civilizador". O autor alemão inseriu, conforme organizado por Brandão (2012) funções corporais consideradas banais, como comer, beber ou cuspir, no escopo da análise histórica e sociológica. Ele demonstrou que tais práticas passaram por um processo de refinamento ao longo da história, especialmente na sociedade ocidental, como parte de um processo mais amplo de autocontrole, contenção emocional e normatização das condutas. Esse processo civilizador, segundo o autor, envolveu não apenas mudanças nas práticas visíveis, mas também a internalização de regras de conduta, revelando o corpo como espaço de regulação social e moral.

Por fim, Brandão (2012) evidencia que os escritos de Foucault, tornaram evidente sua preocupação com o corpo a partir da publicação de "Vigiar e Punir". Nessa obra, Foucault (2014) analisou como os dispositivos de poder incidem sobre os corpos individuais, moldando comportamentos, hábitos e subjetividades. Ele evidenciou uma "dupla articulação": por um lado, o poder atua diretamente sobre o corpo, disciplinando-o; por outro, o saber contribui para legitimar tais práticas, tornando-as aceitáveis e naturalizadas. Essa articulação entre saber e poder permitiu compreender o corpo como uma construção histórica, sendo constantemente regulado por discursos e práticas sociais.

A prática do skate envolve intrinsecamente uma relação com o corpo, Brandão (2012) aponta tanto para a dimensão simbólica (como corpo performático) quanto em sua materialidade (como corpo de carne e osso), vulnerável a lesões. Ou seja, skatistas

frequentemente se machucam, mas seguem praticando em razão da emoção e do prazer que a atividade proporciona.

Além disso, o autor ressalta o risco enquanto um elemento central que potencializa a excitação inerente à prática do skate. A busca por sensações de vertigem e risco controlado caracteriza as chamadas atividades de "deslizamento" ou "glisse", desenvolvidas a partir do final da década de 1970.

Brandão (2012) aponta que Le Breton (2009), ao estudar práticas corporais de risco, propõe que o êxito nessas atividades representa um "rito ordálico contemporâneo". Nesse rito metafórico, o praticante de uma atividade considerada "radical" busca, ao enfrentar manobras arriscadas, uma forma de transcendência pessoal, um "viver mais", atribuindo sentido e valor existencial à própria experiência. Uma reportagem sobre o "túnel da morte", contida na revista Pop de 1975 nos Estados Unidos, exemplifica essa representação simbólica do skate como um "jogo da morte", no qual o skatista experimenta controle, superação do medo e coragem diante do risco extremo.

A vertigem, nesse contexto, é ressignificada como fonte de prazer. Trata-se, segundo Brandão (2012), de uma construção social contemporânea que passou a ganhar destaque na cultura de massas. De acordo com o autor, Caillois (1990) já identificava as atividades de risco como jogos de vertigem, concebidos para provocar situações de êxtase extremo. Essas experiências são descritas como tentativas de desestabilizar a percepção e infligir um "voluptuoso pânico" ao corpo. Embora historicamente associada a algo negativo, a vertigem, a partir do final do século XX, passou a ter conotação positiva, tornando-se uma noção sedutora.

As manobras radicais do skate podem ser compreendidas, conforme exposto por Brandão (2012) como metáforas de desejos amplificadas, como a busca pela intensidade do presente, uma "experiência imortal", em meio à fluidez e incerteza da chamada modernidade líquida. Essa busca por prazeres intensos e pela superação dos limites, dos medos e dos receios corporais, constitui uma característica essencial do skatismo radical. Tais práticas corporais, segundo o autor, funcionam como possíveis mecanismos compensatórios diante de uma nova condição juvenil, marcada pelo "desmoronamento das ideologias" e pela "opacificação das visões de futuro"

Brandão (2012), ao abordar a "História do Corpo", afirma que o corpo, seus usos e representações, não é um dado imutável da natureza, mas uma construção cultural e histórica, sujeita a transformações ao longo do tempo. Antonello e Oliveira (2022) reforçam essa ideia ao destacar que o corpo foi alvo de diferentes interpretações ao longo

da história, passando de uma visão estritamente biológica para outra que contempla a dimensão sociocultural, interpretando-o como um produto das relações sociais nas quais está inserido.

Nesse sentido, Harvey (2006) também argumenta que o corpo é um produto de processos contínuos, não um dado natural fixo, sendo “medida de todas as coisas” e, sobretudo, um “corpo político”. Para ele, o corpo é o *locus* irreduzível da determinação de todos os valores, significados e significâncias. Nesse contexto, o corpo também é compreendido como objeto de disciplinamento e controle.

Brandão (2012), ao recorrer aos estudos de Elias e Dunning (1992), mostra como o “processo civilizador” implicou no refinamento das condutas e no autocontrole nas relações sociais, afetando inclusive as funções corporais. Citando Foucault (2014), uma das principais referências no campo, evidencia a “dupla articulação do poder sobre o corpo do indivíduo e do saber com o poder”, o que permite compreender que tanto os sujeitos quanto seus corpos são construções históricas.

Diante disso, Antonello e Oliveira (2022), amparando-se em Foucault (2014), afirmam que o corpo é alvo de processos socioculturais e históricos, projetados para a sua disciplinarização e efetivação do controle e docilização. A organização do espaço, nesse sentido, é concebida como estratégia de controle e disciplinamento dos corpos. Harvey (2006), por sua vez, descreve o corpo como uma “estratégia de acumulação” do capital, na qual o trabalhador é submetido a dispositivos de disciplinamento e à organização do tempo e do espaço com vistas à otimização da produção. O capital, portanto, visa transformar a força de trabalho (o corpo) em algo útil e dócil, por meio de processos de vigilância e normatização.

Contudo, o corpo também se configura como local de subversão e resistência. Brandão (2012) evidencia que, embora o risco e a vertigem fossem considerados expressões de “insensatez” em outros períodos históricos, na contemporaneidade o “gosto pelo risco” torna-se um valor socialmente apreciado.

A prática do skate, nesse sentido, simboliza essa busca por excitação e por prazeres intensos, sobretudo nas manobras mais radicais, como o “*Ollie*” e a chamada “*radical end game*” no túnel da Califórnia. Tais ações demonstram a superação do medo e a construção de um “valor existencial para si”, sendo o skate compreendido como um “mecanismo compensatório” diante do “desmoronamento das ideologias” e da “opacificação das visões de futuro”.

Antonello e Oliveira (2022) reforçam que, mesmo em contextos de dominação, os corpos-territórios possuem uma força subversiva expressiva, manifestada na criação de “espaços diferenciais” que desafiam as normas estabelecidas. A resistência se efetiva, nesse caso, por meio da tomada de consciência sobre o próprio corpo e da reivindicação de sua autonomia, ainda que isso implique romper com as normas morais vigentes. Harvey (2006) também reconhece que, mesmo diante das formas de controle promovidas pelo capital, o corpo mantém sua capacidade de agência, sendo um lugar de disputa, força e transformação.

A relação convergente entre Brandão (2012) e Antonello e Oliveira (2022), com o suporte teórico de Harvey (2006), reside na compreensão profunda e multidimensional do corpo como um território político e dinâmico. Essa perspectiva é fundamental para a análise das relações sociais e espaciais na contemporaneidade. Um ponto central de convergência entre os textos está na utilização da leitura foucaultiana do corpo, que se desdobra como lente comum para compreender sua constituição histórica e social. Tal abordagem destaca o papel do poder na organização e gestão dos corpos e, conseqüentemente, dos territórios.

A ideia de que o corpo é simultaneamente objeto de poder disciplinador e sujeito de resistência aparece com força nos escritos dos autores. De acordo com o que se compreende de Foucault (2014), o corpo só se torna força útil se for também um corpo submisso, mas, por outro lado, onde há poder, há também a potência da insubmissão. Brandão (2012) exemplifica essa tensão ao mostrar que o corpo do skatista, embora envolvido em práticas que exigem disciplina e controle, rompe com os usos tradicionais do espaço urbano, ressignificando-o em nome da liberdade, da identidade e da emoção. Antonello e Oliveira (2022) desenvolvem o conceito de corpo-território como base material das relações de poder, deixando claro que o controle dos corpos corresponde ao controle dos espaços e, portanto, dos territórios. A força subversiva desses corpos-territórios se manifesta na produção de espaços de dissidência que desafiam as normas morais, políticas e urbanas. Harvey (2006), nesse mesmo eixo, reafirma o corpo como lócus de agência, luta e criação.

Por fim, torna-se evidente que o corpo não apenas ocupa o espaço, mas o produz e é produzido por ele. A organização espacial, além de ferramenta de controle, também constitui a arena na qual se materializam disputas por autonomia e identidade. A busca por experiências intensas, como a vertigem no skate, se relaciona à construção de identidades juvenis em uma sociedade marcada pela fluidez e pela fragmentação de

valores. Assim, a forma como os corpos se apropriam e subvertem o espaço está intimamente ligada à produção do território, compreendido como espaço de relações, significações e resistência. Em síntese, a convergência entre os autores reside na abordagem do corpo como território político e dinâmico, espaço de disputa entre disciplinamento e resistência.

### 4.3 Juventudes e práticas territoriais

Pensar as juventudes enquanto categoria implica compreender que a mesma não deve ser caracterizada com base em faixa etária ou fases da vida, mas sim, compreendendo-a como uma construção social. Bourdieu (1980) ressalta que tratar os jovens como uma unidade social homogênea, isto é, como um grupo dotado de interesses comuns, constitui uma manipulação evidente. É no interior desse contexto que Tommasi (2017) procura explorar sobre o que se entende por juventude e qual sua relação com a cultura.

Para isso, a autora inicia sua discussão ao questionar e romper com a cristalização de algumas características que os colocam na “típica condição juvenil”, frequentemente associada a rebeldia, ao sonho e ao imediatismo. Para além disso, destaca que, nas sociedades contemporâneas, os jovens se tornam alvo de intensas projeções, sendo representados como “o futuro da nação”, expectativa formulada por adultos que depositam neles a esperança de um futuro melhor.

Por outro lado, Tommasi (2017) expõe que o mercado investe recursos para edificar uma “imagem jovem”, incorporando valores, estilos e comportamentos juvenis com fins comerciais, especialmente no campo da moda. Esse fenômeno pode ser observado em culturas *underground*<sup>7</sup> juvenis como, por exemplo, o vestuário despojado, a calça larga, capuz, bonés e camisetas dos skatistas. Isso se evidencia, por exemplo, quando marcas de luxo como a Gucci incorporam o skate em campanhas fotográficas ou quando a Carolina Herrera lança um perfume em formato de skate. Ou seja, a apropriação da cultura jovem pelo mercado visa produzir uma semiótica juvenil capaz de gerar desejo e consumo.

Em outro momento, Tommasi (2017) indica que a juventude pode ser vista como uma condição potencialmente problemática, frequentemente associada ao desvio e à

---

<sup>7</sup> Traduzido do inglês, *underground* significa “subterrâneo”, no entanto, culturalmente essa expressão carrega significados como: alternativo, independente, marginal.

delinquência, percepção reforçada pelas representações midiáticas que vinculam jovens pobres e de periferia à violência. Nesse sentido, Feixa (1999) defende a importância de trabalhar a categoria “culturas juvenis” em detrimento de “tribos urbana” termo carregado de estigmas relacionados à irracionalidade e à violência. Para o autor, as culturas juvenis são um fenômeno essencialmente urbano, pois é no espaço urbano que encontram espaços e tempos propícios para desenvolvimento de seus fluxos e ritmos.

Tommasi (2017) destaca ainda que os grupos juvenis produzem territórios por meio da cultura. As práticas artísticas e culturais constituem importantes meios de expressão, formação e socialização. O skate se insere nessa lógica: é por meio da ocupação dos espaços, do estar na rua e do sentimento momentâneo de pertencimento que esses jovens afirmam suas identidades. As atividades, segundo a autora, oferecem a possibilidade de experimentar formas autônomas de vida, organização e convivência.

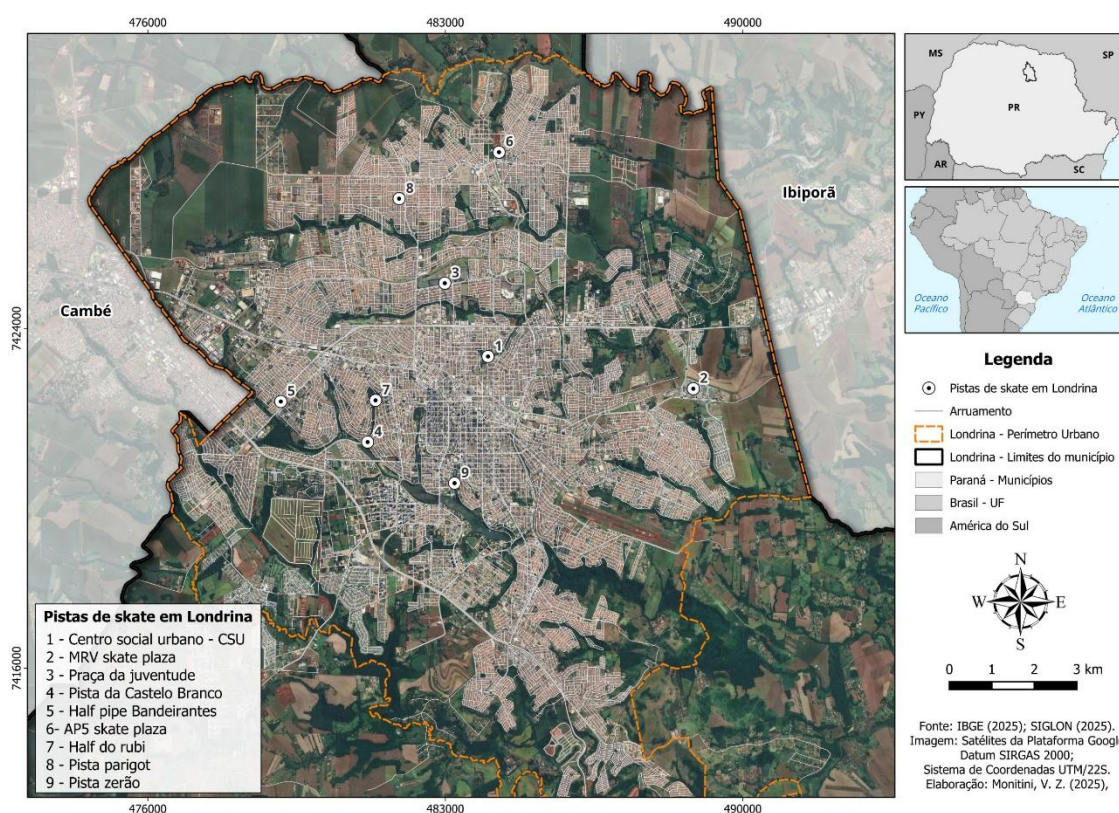
Feixa (1999) aponta uma relação íntima entre as culturas juvenis e o espaço urbano, seja pela descoberta, uso, apropriação ou ressignificação, sendo essas, marcas importantes da atuação dos grupos juvenis nas cidades. Assim, grupos juvenis produzem seus territórios, marcando-os por meio de signos e traços específicos. Uma esquina, uma rua, praça ou mureta tornam-se territórios que, durante algumas horas do dia, assumem novos contornos pela presença de práticas culturais de grupos juvenis. O exemplo do autor, dialoga com o skate de rua, que possui fluxos e ritmos próprios dentro do espaço urbano e procura deixar sua identidade nesses espaços.

Para aproximar ainda mais o debate entre culturas juvenis, espaço urbano e território, Turra Neto (2011) propõe uma perspectiva ancorada na Geografia, ressaltando que trabalhar o espaço exige explorar todas as possibilidades abertas por sua consideração crítica. Para o autor, a cidade não deve ser entendida apenas como contexto da vivência juvenil, mas como um campo de possibilidades que condiciona e orienta tal vivência. Ao investigar a história do hip-hop em Guarapuava (PR), Turra Neto enfatiza que o skate foi uma referência significativa no início do movimento na cidade. Ao correlacionar essas culturas juvenis, observa-se semelhanças nos mecanismos e ideais identitários de ambas.

Turra Neto (2011), analisando o movimento hip-hop, identifica que ruas e quadras públicas funcionaram como “terminais de conexão”, espaços nos quais trajetórias individuais ou coletivas se encontravam. A autora exemplifica afirmando que as pistas de skate do centro também desempenharam esse papel.

Carrano (2002) destaca que é por meio dos encontros nesses “terminais de conexão” que amizades e parcerias são constituídas e que uma ampla rede de sociabilidade se forma. Diante disso, é pertinente aproximar essa noção das pistas de skate enquanto potenciais terminais de conexão para skatistas de rua. Ainda que muitas vezes sejam vistas como espaços disciplinadores, que determinam onde o skatista deve estar, as pistas podem atuar como locais de encontro e sociabilidade entre praticantes. Nesse sentido, a Figura (3) mapeia as pistas de Londrina (PR) a fim de visualizar esses terminais de conexão na cidade.

**Figura 2 - Terminais de conexão em Londrina, PR**



**Fonte:** A autora, 2025

Assim como Turra Neto (2011) mapeou os terminais de conexão do hip-hop em Guarapuava, buscou-se realizar exercício semelhante em Londrina, dada a proximidade temática. São nessas pistas que as redes de sociabilidade são tecidas e que permitem a articulação com redes mais amplas, compostas por diferentes contextos que convergem para um mesmo terminal de conexão.

A análise apresentada evidencia que as juventudes não podem ser reduzidas a classificações etárias ou a estereótipos cristalizados, mas devem ser compreendidas como construções sociais dinâmicas que se manifestam de modo complexo nos espaços

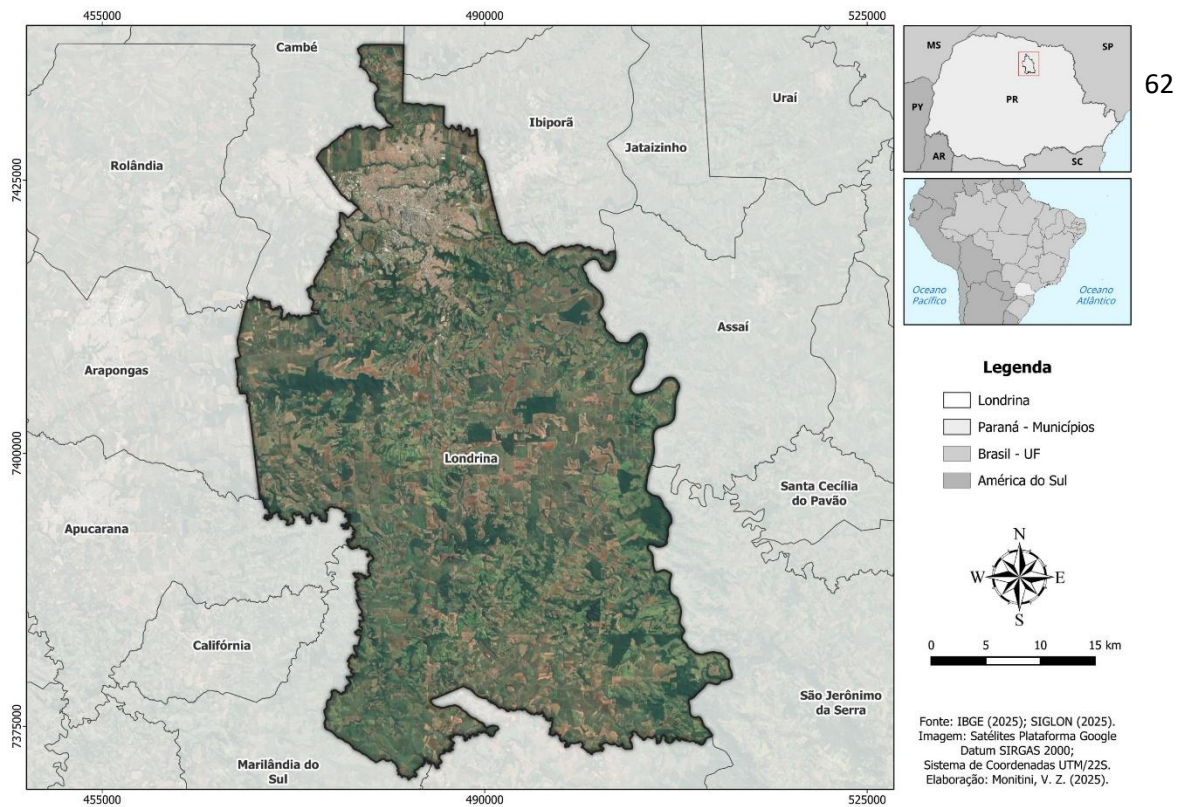
urbanos. Ao articular as ideias dos autores, observa-se que as práticas culturais juvenis, entre elas o skate, constituem importantes vetores de produção territorial, construção de identidades e sociabilidades. O mercado, ao cooptar signos e estéticas associadas ao ser jovem, tensiona esse processo ao transformar expressões culturais em mercadorias, operando uma semiótica voltada ao consumo. Ainda assim, mesmo diante das apropriações hegemônicas, as culturas juvenis mantêm sua potência criativa ao reinventar modos de existir na cidade e produzir sentidos que escapam à lógica estritamente mercadológica.

Nesse contexto, o skate aparece como uma prática central para compreender como jovens se relacionam com o espaço urbano, produzindo territórios marcados por fluxos, ritmos e códigos próprios. As pistas, ruas e praças transformam-se em verdadeiros terminais de conexão, nos quais redes de sociabilidade são tecidas e trajetórias individuais e coletivas se entrelaçam. O mapeamento realizado em Londrina reforça essa dimensão territorial ao evidenciar que os espaços de prática do skate funcionam como pontos de articulação social e cultural. Compreender as juventudes por meio do skate permite captar de forma privilegiada a interação entre cultura, espaço urbano e identidade, destacando a relevância dessas práticas na produção de territórios vivos, plurais e em constante movimento.

#### **4.4 Londrina e o espaço urbano: reflexões possíveis**

De acordo com o IBGE (2022), Londrina classifica-se como uma cidade média, localizada no norte do estado do Paraná (figura 3), com população estimada em 555.965 habitantes. Sua gênese remonta a 1929, sendo elevada à condição de sede municipal em 1934. Fresca (2020) aponta a relevância da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), responsável por sua implantação, cujo objetivo era a formação de um núcleo urbano a ser ocupado pelo mercado consumidor, representado, à época, por ex-colonos do café, imigrantes ou não, majoritariamente oriundos do estado de São Paulo.

**Figura 3** – Mapa de Localização da cidade de Londrina (PR)



**Fonte:** A autora, 2025.

Com o passar das décadas, Fresca (2020) destaca que a cidade passou a ser marcada por dinâmicas espaciais, sociais, políticas e econômicas que complexificaram sua malha urbana, promovendo uma expansão exponencial. A autora evidencia que Londrina rapidamente ultrapassou o plano inicial, em função da dinâmica da pequena produção mercantil, ainda que fortemente liderada pela cafeicultura e pelos negócios com a terra. O café, segundo a autora, foi elemento central no desenvolvimento da cidade, que chegou a ser considerada a capital mundial do café.

Desde os primeiros momentos de sua formação, Londrina já evidenciava uma marcante diferenciação entre classes sociais, conforme destaca Amorim (2011). A valorização dos lotes variava de acordo com a localização, favorecendo de forma recorrente os grupos de maior poder aquisitivo e consolidando um processo de segregação socioespacial que se mantém presente na configuração urbana da cidade. Nesse contexto, a ferrovia, implantada ainda nos anos iniciais de constituição do núcleo urbano, desempenhou papel central como elemento estruturador dessa diferenciação. Ao sul da linha férrea concentrou-se a ocupação inicial, onde se estabeleceram o centro principal, os serviços públicos e os primeiros bairros destinados às classes de alta renda. Em contraste, ao norte da ferrovia instalaram-se predominantemente as camadas populares, além do comércio atacadista e de pequenos estabelecimentos industriais, sobretudo nas décadas seguintes.

O autor destaca que na década de 1960, em decorrência do intenso processo de êxodo rural, Londrina passou a absorver um expressivo contingente populacional, o que contribuiu para o aprofundamento das transformações em sua estrutura urbana e para o agravamento da segregação socioespacial. A expansão de periferias marcadas pela precariedade e o aumento dos assentamentos urbanos tornaram evidentes tanto a incapacidade de planejamento urbano o que remete a persistência do déficit habitacional no município.

Bertini e Antonello (2024) compreendem o crescimento das porções periféricas não como um desdobramento natural ou espontâneo da expansão urbana, mas como resultado de um processo histórico e socialmente produzido, orientado fundamentalmente pela lógica de acumulação capitalista, pela especulação imobiliária e pela atuação ativa do Estado por meio de políticas habitacionais de caráter segregacionista. Para as autoras, a periferação constitui uma estratégia estrutural de produção do espaço urbano, profundamente vinculada às dinâmicas de valorização da terra e à reprodução das desigualdades socioespaciais.

Nesse sentido, o avanço da cidade atende prioritariamente aos interesses dos agentes capitalistas dominantes. A ampliação do perímetro urbano e a localização periférica dos conjuntos habitacionais contribuem para a manutenção de vazios urbanos nas áreas centrais e dotadas de infraestrutura, os quais são retidos estrategicamente à espera de valorização futura. Esse mecanismo de espera especulativa força a cidade a se expandir horizontalmente, encarece o solo urbano e empurra sistematicamente a população de baixa renda para áreas cada vez mais distantes, reforçando um padrão excludente de urbanização.

As autoras também destacam o papel central das políticas públicas nesse processo, afastando qualquer compreensão do Estado como ente neutro. Ao contrário, argumentam que o Estado atua como agente institucionalizador da segregação socioespacial, uma vez que, ao longo de diferentes períodos históricos, programas habitacionais, como: o Banco Nacional da Habitação (BNH), Minha Casa Minha Vida, e passando pela criação das Áreas de Expansão Urbana de Interesse Social (AEU-IS), reproduziram a lógica de implantação de moradias populares em locais periféricos, distantes e carentes de equipamentos urbanos. Essa atuação estatal consolida um modelo de cidade fragmentada, no qual o acesso aos benefícios urbanos é distribuído de forma desigual.

Bertini e Antonello (2024) compreendem a periferação contemporânea como continuidade histórica de práticas higienistas e políticas de “desfavelamento” iniciadas em meados do século XX. Desde a década de 1950, a lógica predominante tem sido a de “limpar” as áreas valorizadas da cidade, removendo a população pobre para conjuntos habitacionais distantes, sob discursos de progresso, modernização e ordenamento urbano. Embora os programas habitacionais tenham se modificado ao longo do tempo em termos de nomenclatura e formato, as autoras concluem que o padrão de expulsão das populações de baixa renda para a periferia permanece inalterado, consolidando uma cidade profundamente desigual.

Na década de 1970, a expansão urbana de Londrina direcionou-se majoritariamente para o setor norte da cidade. Esse processo foi conduzido pelo poder público local, que buscou implantar conjuntos habitacionais e loteamentos destinados à população de baixo poder aquisitivo, majoritariamente negra, localizados em áreas distantes do centro urbano e separados da malha consolidada por extensos vazios urbanos (Fresca, 2020). Nesse contexto, a zona norte passou a ser caracterizada pela predominância de habitações populares, conjuntos habitacionais, loteamentos de iniciativa privada e assentamentos urbanos, tendo a expressão “Cinco Conjuntos” como símbolo representativo dessa zona urbana.

A partir da década de 1980, Londrina manteve um processo contínuo de expansão territorial, acompanhado por transformações significativas em sua estrutura urbana. Entre essas mudanças, destaca-se a consolidação inicial do centro principal como área privilegiada de moradia da população com maiores rendimentos e, posteriormente, ao longo da década de 1990, sua reconfiguração como espaço predominantemente destinado a atividades comerciais voltadas a grupos de menor poder aquisitivo. Nesse mesmo período, observa-se a entrada de novos agentes promotores do mercado imobiliário, a implantação do Shopping Center Catuaí e a valorização de seu entorno, que passou a concentrar edifícios e condomínios residenciais de alto padrão (Fresca, 2020).

Nos anos 2000, intensificaram-se a expansão de loteamentos privados e populares, a construção de novos centros comerciais, como o Boulevard Londrina Shopping e o Londrina Norte Shopping, e o processo de verticalização urbana. Essas dinâmicas contribuíram para a redefinição dos espaços urbanos e para a constituição de um subcentro na zona norte da cidade, tendo a Avenida Saul Elkind como principal referência estruturadora. Atualmente, Londrina apresenta uma configuração espacial marcada por

lógicas complexas de diferenciação entre zonas, sobretudo no que diz respeito às classes sociais (Silva, 2001). O crescimento urbano da cidade esteve historicamente associado à produção de segregação socioespacial; contudo, argumenta-se que tal processo também se expressa por meio de uma dimensão racial, elemento fundamental para a compreensão das desigualdades urbanas contemporâneas.

Atualmente, segundo Montini, Oliveira e Antonello (2024), a atuação de grandes construtoras e incorporadoras tem promovido mudanças significativas na paisagem urbana de Londrina, que se apresenta cada vez mais marcada pela verticalização. A Gleba Palhano, bairro de alto padrão localizado na região central da cidade, constitui um caso representativo dessa dinâmica, evidenciando a forte presença do mercado imobiliário por meio de lançamentos recorrentes de empreendimentos de médio e alto padrão.

Em contraste, conforme ressaltado pelos autores, observa-se um aumento expressivo no número de famílias vivendo em áreas irregulares, como fundos de vale situados às margens de rios urbanos, especialmente no período posterior à pandemia, totalizando cerca de 3.500 famílias. Esse cenário evidencia a urgência da implementação de políticas habitacionais nos âmbitos municipal, estadual e federal, como os programas de regularização fundiária. Tais iniciativas possibilitariam ao poder público municipal a oferta de infraestrutura básica, como pavimentação, energia elétrica e coleta de resíduos, em parte dessas ocupações e assentamentos.

Para além dessa realidade, o estudo realizado por Marques (2022) a respeito das práticas espaciais juvenis em Londrina, evidencia que a cultura Hip Hop em Londrina constitui-se em estreita relação com o processo histórico de formação urbana da cidade, marcado por profundas desigualdades socioespaciais e raciais. Surgida nas periferias empobrecidas e construída majoritariamente pela juventude negra, essa cultura acompanha a lógica de expansão urbana que afastou populações negras e de baixa renda das áreas centrais, convertendo-se em expressão territorial de resistência, identidade e denúncia do racismo estrutural presente na organização da cidade.

Ao mesmo tempo, a incorporação do Hip Hop e outras culturas transgressoras, como o skate de rua, pela cidade ocorre de forma ambígua e conflituosa. Embora haja reconhecimentos institucionais pontuais, a presença dessa cultura no espaço público central segue sendo tensionada, revelando os limites do direito à cidade para as juventudes periféricas. Assim, o Hip Hop, segundo a autora, inscreve no espaço urbano londrinense

as contradições de sua formação histórica, evidenciando que sua aceitação permanece seletiva e condicionada pelas dinâmicas de segregação que estruturam a cidade.

Nesse sentido, as reflexões apresentadas por Marques (2022) oferecem um importante marco interpretativo para compreender não apenas as práticas espaciais vinculadas à cultura Hip Hop em Londrina, mas também outras expressões juvenis que se constituem na e pela cidade, como o skate de rua. Assim como o Hip Hop, o skate emerge como prática urbana historicamente associada a grupos juvenis que experienciam cotidianamente as desigualdades socioespaciais e os mecanismos de controle sobre o uso do espaço público. Embora apresente especificidades próprias, o skate compartilha com essas culturas transgressoras uma relação ambígua com a cidade, marcada simultaneamente por processos de visibilidade, apropriação e reconhecimento pontual, e por práticas de repressão, estigmatização e contenção. Dessa forma, a análise das entrevistas realizadas com skatistas em Londrina, apresentada na seção seguinte, permite aprofundar a compreensão de como essas juventudes produzem territorialidades, ressignificam o espaço urbano e negociam sua permanência nos locais centrais da cidade, evidenciando, a partir de suas narrativas, os limites e contradições no contexto londrinense.

#### **4.5 Vozes do skate de rua: vivência, território e espaço urbano**

As entrevistas realizadas com skatistas de rua no município de Londrina está ancorada no pressuposto de que as narrativas dos sujeitos constituem um recurso analítico central para a compreensão das dinâmicas de apropriação, uso e ressignificação do espaço urbano. Parte-se do entendimento de que as experiências vividas, quando sistematizadas e interpretadas de forma rigorosa, permitem acessar dimensões do urbano que não se revelam apenas por meio de dados estatísticos ou análises estruturais, especialmente aquelas relacionadas ao cotidiano, às práticas culturais e às disputas simbólicas e materiais pelo direito à cidade.

O corpo empírico desta pesquisa é composto por dez entrevistas realizadas com skatistas residentes em Londrina, sendo nove homens, com idades entre 25 e 51 anos, e uma mulher de 28 anos. A escolha dos entrevistados considerou a diversidade de trajetórias, tempos de envolvimento com o skate e formas de inserção na cena local, buscando contemplar diferentes experiências da prática no espaço urbano. As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro semiestruturado, o que possibilitou, por um lado,

a garantia de comparabilidade entre os relatos e, por outro, a abertura necessária para que os entrevistados elaborassem livremente suas narrativas, destacando aspectos considerados por eles relevantes em suas vivências enquanto skatistas de rua.

A produção dos dados ocorreu tanto de maneira presencial quanto por meio de plataformas digitais, como Google Meet, conforme a preferência expressa pelos próprios participantes, respeitando-se, em todos os casos, os princípios éticos que orientam a pesquisa científica com seres humanos. Todas as entrevistas foram gravadas mediante consentimento livre e esclarecido dos entrevistados e com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, inscrito no parecer de número 7.348.655, assegurando a confidencialidade das informações e o direito dos participantes quanto ao uso de seus depoimentos.

Após a realização das entrevistas, o material foi integralmente transcrito, preservando-se a fidelidade às falas, de modo a garantir a consistência analítica do corpo empírico. O conjunto das entrevistas foi analisado à luz da metodologia de análise de conteúdo, sistematizada por Bardin (2016), procedimento que permitiu a organização, codificação e categorização dos discursos a partir de unidades de sentido recorrentes. Essa abordagem possibilitou identificar temas, regularidades e tensões presentes nas narrativas, bem como apreender os significados atribuídos pelos skatistas às suas práticas, aos espaços por eles ocupados e às relações estabelecidas com a cidade.

A análise não se restringe, portanto, à descrição dos relatos, mas busca interpretar os discursos em articulação com os processos socioespaciais mais amplos que estruturam Londrina, tais como a segregação socioespacial, os mecanismos de controle do espaço público e as disputas em torno de usos considerados legítimos ou ilegítimos do urbano.

Ao conferir centralidade às vozes dos skatistas, esta análise busca evidenciar de que maneira o skate se inscreve no cotidiano urbano londrinense como prática de lazer, forma de expressão cultural, elemento de construção identitária e estratégia de produção de territorialidades juvenis. As falas dos entrevistados revelam, simultaneamente, os sentidos positivos atribuídos ao skate como: pertencimento, sociabilidade e reconhecimento e as tensões vivenciadas no espaço urbano, marcadas por processos de estigmatização, vigilância e constante negociação do direito à cidade. Nesse sentido, as entrevistas constituem um material empírico fundamental para compreender como os skatistas produzem, experienciam e disputam o espaço urbano, tornando visíveis práticas e sujeitos historicamente marginalizados nos projetos hegemônicos de cidade.

Para Bardin (2016) a Análise de Conteúdo pode ser compreendida a partir de um conjunto de princípios metodológicos que lhe conferem especificidade científica e rigor analítico. Conforme sistematizado pela autora, trata-se de um conjunto de técnicas destinadas à análise das comunicações, baseado em procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Esses procedimentos têm como finalidade a produção de indicadores, quantitativos ou qualitativos, que possibilitam a inferência de conhecimentos acerca das condições de produção, circulação e recepção das mensagens analisadas. Nesse sentido, o foco da análise não recai apenas sobre o texto em si, mas sobre o contexto social, histórico e simbólico no qual ele é produzido, considerando quem enuncia, em que circunstâncias e com quais finalidades.

O elemento central que distingue a Análise de Conteúdo de uma leitura meramente descritiva ou de uma análise linguística estrita é o procedimento inferencial. A autora aponta que enquanto a linguística se dedica ao estudo da língua como um sistema de possibilidades formais, a Análise de Conteúdo volta-se para a palavra em uso, isto é, para a comunicação efetivamente realizada em contextos concretos. A partir das características observáveis do texto como recorrências temáticas, escolhas lexicais, silêncios e formas de organização discursiva, busca-se inferir sentidos latentes, intenções do emissor e elementos do contexto sociopolítico mais amplo no qual a mensagem está inserida. Assim, a inferência permite ultrapassar o nível manifesto do discurso, alcançando dimensões subjacentes que não se apresentam de forma imediata.

Outro aspecto fundamental da Análise de Conteúdo reside na tentativa de superação da subjetividade inerente à leitura comum. A interpretação espontânea tende a ser atravessada por projeções individuais, valores prévios e preconceitos do leitor. O método proposto por Bardin (2016) visa, portanto, equilibrar dois princípios aparentemente tensionados: o rigor da objetividade e a fecundidade da interpretação. O primeiro busca garantir que a análise seja conduzida por regras claras e replicáveis, de modo que diferentes analistas possam alcançar resultados semelhantes. O segundo reconhece que toda interpretação envolve um grau de subjetividade, mas que esta deve ser controlada metodologicamente, orientada por categorias analíticas consistentes e procedimentos sistemáticos.

No que se refere às finalidades da Análise de Conteúdo, Bardin (2016) identifica duas funções principais. A função heurística está associada a uma abordagem exploratória, na qual o método é empregado para descobrir regularidades, levantar

hipóteses e ampliar a compreensão sobre determinado fenômeno a partir do material empírico. Já a função de administração da prova diz respeito à verificação de hipóteses previamente formuladas, atuando como um dispositivo de validação teórica por meio da confrontação entre pressupostos analíticos e dados empíricos. Em ambos os casos, a Análise de Conteúdo se apresenta como um instrumento metodológico capaz de articular teoria e empiria de forma rigorosa.

Para tornar mais inteligível esse procedimento, Bardin (2016) recorre ao exemplo do analista como um detetive ou arqueólogo. O texto bruto pode ser comparado a uma cena de crime ou a um sítio arqueológico, no qual os sentidos não são imediatamente evidentes. Enquanto a leitura comum se assemelha a uma observação superficial, baseada em impressões rápidas, a Análise de Conteúdo corresponde ao trabalho pericial: coleta sistemática dos indícios discursivos, sua codificação e categorização, seguidas de um processo interpretativo que permite reconstruir, de forma cientificamente fundamentada, os significados, intenções e contextos subjacentes às mensagens. Desse modo, pistas aparentemente dispersas são transformadas em evidências analíticas, conferindo consistência e validade científica às interpretações produzidas.

De acordo com a autora, para a transformação de materiais empíricos brutos em dados analíticos cientificamente válidos, a Análise de Conteúdo estrutura-se a partir de um procedimento metodológico rigoroso, organizado em três polos cronológicos fundamentais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, que compreende as etapas de inferência e interpretação. Essas fases não devem ser entendidas como compartimentos estanques, mas como momentos articulados de um mesmo processo analítico, orientado pela sistematicidade e pelo controle interpretativo.

Bardin (2016) aponta que a pré-análise corresponde à fase de organização do material empírico e de preparação da análise propriamente dita. Embora envolva impressões iniciais e intuições do pesquisador, seu objetivo central é conferir ordenamento e coerência ao percurso analítico, culminando na construção de um plano de trabalho consistente. Essa etapa inicia-se pela leitura flutuante, que consiste em um primeiro contato com os documentos selecionados, realizado de maneira aberta e não estruturada, permitindo que o pesquisador se familiarize com o conteúdo e identifique direções preliminares de interpretação. Em seguida, procede-se à constituição do corpus, entendido como o conjunto de documentos que será submetido à análise.

Para garantir a validade científica do estudo, a autora aponta que a seleção do corpus deve obedecer a critérios rigorosos, dentre os quais se destacam a exaustividade, que pressupõe a inclusão de todos os materiais pertinentes ao campo definido; a representatividade, especialmente quando se trabalha com amostras; a homogeneidade, assegurando que os documentos compartilhem critérios comuns de seleção; e a pertinência, isto é, sua adequação aos objetivos da pesquisa. Ainda nessa fase, são formuladas hipóteses e objetivos analíticos, que funcionam como orientadores do processo interpretativo, bem como são definidos os indicadores e recortes iniciais que permitirão a análise sistemática do material.

A exploração do material constitui a fase operacional da Análise de Conteúdo, na qual são aplicadas, de forma sistemática, as decisões tomadas na etapa anterior. Trata-se de um momento caracterizado pelo trabalho minucioso de codificação, decomposição e organização do material empírico.

A codificação, de acordo com Bardin (2016) consiste na transformação dos dados brutos por meio de recortes, agregações e enumerações, permitindo a construção de uma representação analítica do conteúdo. Nessa etapa, definem-se as unidades de análise, distinguindo-se a unidade de registro, elemento básico de significação a ser codificado, como palavras, temas, acontecimentos ou personagens, e a unidade de contexto, entendida como o segmento discursivo mais amplo que possibilita a correta compreensão da unidade de registro.

A categorização, por sua vez, consiste na classificação dos elementos codificados em categorias analíticas, construídas a partir de critérios de diferenciação e reagrupamento. Um sistema categorial consistente deve atender a princípios como exclusividade mútua, homogeneidade interna, pertinência teórica, objetividade e capacidade explicativa.

A etapa final do processo analítico corresponde ao tratamento dos resultados, à inferência e à interpretação. Nesse momento, os dados codificados são organizados e sintetizados de modo a evidenciar regularidades, recorrências e tendências, podendo, quando pertinente, ser mobilizados procedimentos quantitativos auxiliares, como frequências ou percentuais. A inferência constitui o núcleo interpretativo da Análise de Conteúdo, uma vez que implica a passagem controlada da descrição dos dados para a produção de sentidos, permitindo deduzir informações sobre os emissores, os contextos de produção e as condições sociais mais amplas que atravessam as mensagens analisadas.

Por fim, a interpretação articula os resultados obtidos ao referencial teórico que orienta a pesquisa, possibilitando a construção de explicações consistentes e a confirmação ou refutação das hipóteses inicialmente formuladas.

Com o objetivo de sistematizar e interpretar o material empírico obtido nesta investigação, os dados provenientes das entrevistas foram organizados em quadros analíticos, elaborados a partir dos procedimentos da Análise de Conteúdo. Esses quadros (Quadro 2 ao Quadro 9) reúnem categorias, unidades de contexto e unidades de registro que emergiram dos discursos dos sujeitos, permitindo identificar recorrências temáticas e sentidos atribuídos à prática do skate de rua no cotidiano urbano.

Nesse sentido, o quadro 2 reúne os principais elementos extraídos das entrevistas a partir da pergunta disparadora que buscou compreender como os sujeitos se identificam com a cultura do skate de rua e quais valores são reconhecidos como centrais nessa experiência. A sistematização das falas permitiu agrupar os conteúdos em unidades de registro e categorias analíticas, evidenciando padrões discursivos relacionados à vivência cotidiana do skate. As categorias apresentadas expressam dimensões distintas, porém complementares, da relação dos praticantes com a prática, enquanto as frequências indicam a recorrência com que esses sentidos aparecem nos relatos. Os excertos selecionados funcionam como exemplificação empírica das categorias.

**Quadro 2** – Categorias analíticas sobre identificação com a cultura do skate de rua

<b>Pergunta disparadora: Como você se identifica com a cultura do skate de rua e quais são os valores mais importantes para você nessa comunidade?</b>					
<b>Unidade de contexto</b>	<b>Unidade de registro</b>	<b>Categoria</b>	<b>Frequência de ocorrência</b>		<b>Trecho das respostas</b>
			<b>Absoluta</b>	<b>Percentual</b>	
Identificação com a cultura do skate de rua	Relações sociais estabelecidas por meio do skate	Sociabilidade	8	80%	<i>“...foi o skate que me abriu portas para conhecer as pessoas...”</i>

e valores associados à prática	Facilidade de acesso e uso do espaço urbano	Acessibilidade	5	50%	<p>“...O fato de eu andar de street, eu acho que talvez seja o acesso que o skate de rua propõe para o usuário, eu não tenho que me deslocar necessariamente até uma pista...”</p> <p>“... Eu acho que isso, aliado à facilidade de você simplesmente sair de casa remando, foi que mais me encantou...”</p>
--------------------------------	---	----------------	---	-----	--

Fonte: Estudo de Campo, 2025.

A leitura do quadro 2 permite compreender que a identificação dos sujeitos com a cultura do skate de rua está profundamente associada à produção do espaço vivido, nos termos propostos por Lefebvre (2006). As falas evidenciam que o skate não se restringe a uma prática esportiva ou recreativa, mas se constitui como experiência cotidiana capaz de transformar o espaço urbano em lugar de encontro, reconhecimento e pertencimento. A centralidade da sociabilidade nos discursos indica que o espaço é vivido para além de sua materialidade e de suas funções previamente concebidas, sendo apropriado a partir das relações sociais que nele se constroem. Assim, o skate de rua opera como mediador da experiência urbana, produzindo sentidos que emergem do uso cotidiano e do envolvimento corporal dos sujeitos com a cidade.

A perspectiva de Gehl (2013) acerca da sociabilidade urbana oferece importantes contribuições para a compreensão do skate de rua enquanto prática produtora de encontros e relações no espaço urbano. Ao considerar a cidade como um lugar de ver, ouvir e falar, Gehl (2013) enfatiza que mesmo formas sutis de contato social são fundamentais para a vitalidade urbana. O skate de rua se insere precisamente nesse registro, uma vez que sua prática promove, inicialmente, contatos passivos, como a observação dos movimentos, a escuta dos sons produzidos pelo corpo e pelo skate e a presença compartilhada em praças, calçadas, escadarias e mobiliários urbanos. Esses contatos, embora muitas vezes silenciosos ou efêmeros, contribuem para a produção de

uma paisagem urbana viva e dinâmica, tornando visível a presença dos skatistas no espaço urbano.

A partir desses contatos passivos, o skate de rua frequentemente desencadeia interações mais diretas, configurando contatos ativos, conforme descrito por Gehl (2013). Cumprimentos, trocas de informações sobre manobras, conversas informais e a formação de redes de sociabilidade emergem da permanência prolongada dos skatistas nos espaços públicos. A repetição da prática em determinados locais favorece o reconhecimento mútuo entre praticantes, transeuntes e moradores do entorno, transformando espaços ordinários em pontos de encontro e referência. Assim, o skate atua como um catalisador de sociabilidades urbanas, ampliando as possibilidades de interação para além do grupo dos próprios skatistas.

A relação entre o skate de rua e o desenho urbano também se mostra evidente à luz das contribuições de Gehl (2013). Espaços concebidos ou apropriados na escala do pedestre, com boa qualidade ambiental, mobiliário acessível e possibilidades de permanência, tendem a ser mais favoráveis tanto à prática do skate quanto à sociabilidade que dela decorre. Bancos, muretas, corrimãos e escadarias, frequentemente apropriados pelos skatistas, funcionam como elementos que estimulam a permanência no espaço público e criam o que Gehl (2013) denomina “paisagens para conversas”. Nesses contextos, o skate não apenas utiliza o espaço, mas o ressignifica, atribuindo novos usos e sentidos a elementos urbanos originalmente pensados para outras finalidades.

Por fim, ao considerar a dimensão democrática da sociabilidade urbana destacada por Gehl (2013), o skate de rua pode ser compreendido como uma prática que amplia a diversidade de usos e usuários do espaço público. Ao ocupar praças e áreas centrais, os skatistas contribuem para a convivência entre diferentes grupos sociais, produzindo visibilidade para juventudes frequentemente marginalizadas nos projetos hegemônicos de cidade. Mesmo quando os encontros se dão de forma indireta ou conflituosa, a presença do skate no espaço urbano reafirma o espaço público como lugar de coexistência, negociação e disputa, reforçando seu papel na construção de uma cidade mais viva e plural.

Nesse momento, o quadro 3 apresenta a sistematização das respostas à pergunta disparadora sobre como os sujeitos enxergam a relação entre o skate e a cidade, organizadas a partir das unidades de contexto, unidades de registro e categorias analíticas definidas pela Análise de Conteúdo. As categorias evidenciadas: indissociabilidade e

ressignificação, revelam recorrências significativas nos discursos, indicando formas predominantes de compreensão dessa relação. A frequência associada a cada categoria permite identificar a intensidade com que determinados sentidos emergem nas falas, enquanto os trechos selecionados ilustram qualitativamente os significados atribuídos pelos entrevistados. Desse modo, o quadro oferece uma visão sintética das principais dimensões analíticas que estruturam a percepção dos sujeitos sobre a integração entre a prática do skate e o espaço urbano, constituindo a base empírica para as análises interpretativas desenvolvidas na sequência. A partir dessa síntese, torna-se possível aprofundar a análise sobre como os entrevistados concebem a cidade não apenas como cenário, mas como elemento ativo e constitutivo da prática do skate.

**Quadro 3** – Categorias analíticas sobre a relação entre o skate e cidade

<b>Pergunta disparadora: Como você enxerga a relação entre o skate e a cidade?</b>					
<b>Unidade de contexto</b>	<b>Unidade de registro</b>	<b>Categoria</b>	<b>Frequência de ocorrência</b>		<b>Trecho das respostas</b>
			<b>Absoluta</b>	<b>Percent.</b>	
Relação entre skate e cidade	Integração entre a prática do skate e o espaço urbano	Indissociabilidade	5	50%	<p>“...O modo que eu acho que o skate se relaciona com o cenário urbano é basicamente fusão mesmo”; “O skate faz parte do cenário urbano...”</p> <p>“...é uma união muito grande entre a cidade e o skate...”</p>
	Reinterpretação e apropriação criativa do espaço urbano	Ressignificação	8	80%	<p>“...a gente coloca uma borda em alguma parte que não tem, a gente passa vela em um corrimão que não tem vela nenhuma, ou então em uma mureta que é seca, a gente faz com que a cidade seja o nosso parque...”</p>

**Fonte:** Estudo de campo, 2025.

A fala de um dos entrevistados sintetiza de modo exemplar essa articulação ao afirmar que “*uma coisa se alimenta da outra*”, indicando uma relação contínua e dialética entre a prática do skate e a cidade. Ao relatar que, mesmo caminhando para o trabalho, passa a observar a paisagem urbana em busca de locais “*que possivelmente dá para andar*

*de skate*”, um dos entrevistados explicita a internalização de um olhar específico sobre o urbano, permanentemente atento às potencialidades ocultas do espaço.

Essa percepção cotidiana dialoga diretamente com a noção de “cidade-texto” proposta por Brandão (2006), na medida em que o skatista desenvolve uma leitura própria da arquitetura e do mobiliário urbano, reinterpretando funções e atribuindo novos sentidos a elementos concebidos para outros usos. O relato evidencia que essa leitura não se restringe ao momento da prática, mas atravessa a experiência urbana como um todo, moldando a forma como o sujeito se desloca, observa e se relaciona com a cidade. Nesse sentido, o skate constitui não apenas uma atividade pontual, mas um modo específico de estar no urbano, no qual o corpo e o olhar operam como mediadores centrais da experiência espacial.

Ao mesmo tempo, a fala de outro entrevistado, afirmando que os espaços públicos “*não são só para você estar transitando*” e que podem ser “*reinterpretados de diversas maneiras a partir do skate*” aproxima-se da concepção de Saraví (2012), fundamentada em Michel de Certeau, segundo a qual o espaço é produzido pela prática. O entrevistado reconhece que o uso cotidiano e corporal transforma o lugar funcional em espaço praticado, reforçando a ideia de que a cidade é continuamente (re)produzida pelas ações dos sujeitos. Quando acrescenta que “*o skate ocupando esses espaços também molda esses espaços*”, a narrativa aponta para uma dimensão material e simbólica da apropriação: não se trata apenas de usar a cidade de outra forma, mas de intervir nos significados, nas dinâmicas e, por vezes, na própria configuração desses espaços.

Assim, a incorporação dessa fala sobre a experiência vivida permite compreender o skate como uma prática que opera em múltiplos níveis: perceptivo, corporal, simbólico e político. Tal como indicam Saraví (2012) e Brandão (2006), o skate transforma a cidade em campo de experimentação, disputa e criação, ao mesmo tempo em que produz sujeitos capazes de enxergar o urbano para além de suas funções normativas. A experiência narrada pelo entrevistado evidencia que essa relação é mútua e processual: a cidade alimenta o skate ao oferecer superfícies, obstáculos e possibilidades, enquanto o skate, por sua vez, redefine os usos, os sentidos e as formas de viver o espaço urbano.

Bões (2017) compreende a relação entre skate e espaço urbano como uma prática eminentemente crítica, marcada pela insurgência e pelo contra-uso da cidade. Para o autor, o skate extrapola as dimensões do esporte e do lazer, constituindo-se como uma forma de apropriação simbólica e material que tensiona as funções previamente atribuídas

à arquitetura e às normas que regulam o uso do espaço urbano. Ao ignorar ou subverter os usos convencionais de elementos como corrimãos, bancos e escadarias, os skatistas produzem um deslocamento de sentido que reconfigura a cidade enquanto experiência vivida, instaurando novas possibilidades de pertencimento e comunicação com o urbano.

Essa ressignificação é mediada por um olhar skatista específico, capaz de identificar potencialidades onde o planejamento urbano reconhece apenas circulação, controle ou abandono. A arquitetura, nesse contexto, deixa de ser um limite funcional e passa a operar como desafio, suporte estético e matéria-prima para a prática. Bões (2017) descreve esse processo como uma espécie de “destruição criativa”, na qual o desgaste físico dos equipamentos urbanos não representa apenas conflito, mas também a introdução de arte, movimento e vida em espaços marcados pela monotonia e pela rigidez normativa. Assim, o skate contribui para qualificar o espaço urbano como efetivamente público, ao romper com a lógica da passividade e do uso estritamente regulado.

Nesse sentido, a análise de Bões (2017) que remete ao foco desta pesquisa é a que interpreta o skate como uma crítica direta à cidade mercantilizada, segregada e excessivamente normatizada. Ao circular entre diferentes zonas da cidade e ocupar espaços não previstos para o consumo ou para a prática esportiva institucionalizada, os skatistas desafiam os limites simbólicos e materiais impostos ao espaço público. Por conseguinte, as tentativas de confinamento do skate em pistas específicas ou sua criminalização desconsideram sua essência enquanto prática errante e exploratória. Para o autor, o skate humaniza a cidade ao introduzir o conflito, a arte e a imprevisibilidade, transformando a arquitetura funcional em um campo vivo de experimentação cultural, social e política.

No que se refere aos espaços residuais e às práticas associadas ao DIY (Do it yourself, traduzido do inglês para “faça você mesmo”), a interpretação de Bões (2017) encontra forte ressonância nas narrativas dos entrevistados desta investigação, que explicitam como a apropriação criativa do urbano opera no plano sensível e imaginativo. Ao transformar áreas abandonadas, estruturas inacabadas ou equipamentos urbanos descartados pelo planejamento em locais de prática e convivência, os skatistas não apenas produzem novos usos, mas instauram outra relação com a cidade, menos funcional e mais lúdica.

Essa dimensão é claramente expressa por um dos entrevistados ao afirmar que “*as coisas têm outro significado, muito mais divertido*”, indicando que o skate possibilita

*“levar a vida muito mais leve”* ao deslocar o olhar do uso estritamente visual e utilitário para um exercício constante de imaginação. Elementos banais da paisagem urbana, como escadas, corrimãos e bancos, deixam de ser percebidos apenas como suportes de circulação ou descanso e passam a ser reinterpretados como potenciais obstáculos, trajetórias e desafios. Segundo o relato, enquanto *“as pessoas simplesmente passam por uma escada, sobe e desce”*, o skatista projeta sobre esses objetos outras possibilidades de ação, rompendo com a monotonia do cotidiano urbano e produzindo uma experiência que *“sai um pouco daquela realidade chata e monótona”*. Assim, a prática do skate, especialmente quando vinculada ao DIY (Do it yourself), revela-se como um modo de ativação criativa dos espaços, no qual a imaginação, o corpo e o espaço se articulam para ressignificar áreas negligenciadas e reinscrevê-las na vida urbana como lugares de sociabilidade, experimentação e resistência simbólica.

Dessa forma, a análise do Quadro 3 evidencia que a relação entre skate e cidade, tal como percebida pelos entrevistados, constitui um processo contínuo de apropriação, ressignificação e disputa do espaço urbano, no qual o skatista emerge como sujeito ativo na produção da vida urbana. As narrativas dialogam diretamente com as contribuições de Saraví (2012), Brandão (2006) e Böes (2017) ao demonstrar que o skate transforma o local funcional em espaço praticado, subverte os usos previstos pela arquitetura e institui contra-usos que tensionam as normas e racionalidades do urbanismo moderno. Ao mobilizar um olhar diferenciado, alimentado pela imaginação e pela experiência corporal, os skatistas passam a ler a cidade como um texto aberto, no qual escadas, bancos, corrimãos e vazios urbanos deixam de ser elementos neutros e passam a integrar um repertório lúdico, estético e político.

A valorização de espaços residuais e a prática do DIY reforçam essa lógica ao revelar que a cidade não é um cenário acabado, mas um campo de possibilidades em constante reinvenção. Nesse sentido, o skate não apenas ocupa o espaço urbano, mas o molda simbolicamente, conferindo-lhe novos sentidos e funções, ao mesmo tempo em que questiona a cidade mercantilizada, segregada e excessivamente normatizada. O Quadro 5, portanto, sintetiza como o skate se firma como prática cultural insurgente, capaz de produzir sociabilidade, visibilidade e pertencimento, reinscrevendo o direito à cidade a partir do corpo, da imaginação e do uso criativo do urbano.

O quadro 4 apresenta a organização das respostas à pergunta disparadora que buscou compreender como os sujeitos se sentem ao praticar skate em espaços públicos e

como percebem as reações das pessoas diante de sua presença. A sistematização do material empírico evidenciou duas categorias centrais: tensão socioespacial e sentimento de liberdade, que emergem de forma recorrente nos discursos, revelando a complexidade da vivência do skate no espaço público. As frequências associadas a essas categorias indicam que a prática é atravessada simultaneamente por experiências de conflito, estranhamento e rejeição, bem como por sensações intensas de autonomia e realização pessoal. Os trechos selecionados ilustram essa ambivalência, oferecendo subsídios para a análise das relações entre corpo, espaço público e disputas em torno do uso legítimo da cidade.

**Quadro 4** – Categorias analíticas sobre a prática em locais públicos

<b>Pergunta disparadora: Como você se sente ao praticar skate em lugares públicos e como as pessoas reagem com a sua presença</b>					
Unidade de contexto	Unidade de registro	Categoria	Frequência de ocorrência		Trecho das respostas
			Absoluta	Percent.	
Vivência do skate em espaços públicos	Relações sociais ambíguas à presença do skatista	Tensão socioespacial	8	80%	<i>“...parece que é sempre os dois extremos: ou a pessoa para pra ver, porque ela gostou muito, ou a pessoa chega xingando, mandando embora...”</i>
	Sensações subjetivas associadas à prática	Sentimento de liberdade	6	60%	<i>“... Eu me sinto em uma liberdade extrema, que assim, até hoje eu não encontrei em nenhum outro lugar.”</i>

**Fonte:** Estudo de campo, 2025.

Percebe-se na fala dos entrevistados que a tensão socioespacial é recorrente, o sentimento ambíguo da sociedade perante ao novo uso que é realizado pelos skatistas promove o que Böes (2017) chama de “mixfobia” ou ainda, o medo do contato com o diferente, impulsionando a arquitetura hostil e a segregação, a fim de separar classes sociais e grupos culturais. Nessa perspectiva, o skate rompe com as barreiras aos circular entre o centro e a periferia, ignorando as fronteiras imaginárias que são impostas, gerando atrito e tensões.

Em outro relato, um dos entrevistados define a sensação como: *“Eu tenho também um pouco do sentimento de ser um vândalo, por que querendo ou não, as pessoas olham o skate, muitas vezes, como vandalismo. Então, andar na borda de um prédio e acabar estragando ela, isso é um vandalismo para as pessoas e que pra gente é totalmente comum”* (Pesquisa de campo, 2025).

A fala do entrevistado, ao expressar o sentimento de ser percebido como “vândalo” em função da prática do skate de rua, pode ser diretamente relacionada às interpretações propostas por Machado (2021) acerca da tensão socioespacial que estrutura a relação entre skate, cidade e governança urbana. Conforme argumenta o autor, essa tensão não se reduz a conflitos pontuais ou episódios isolados de repressão, mas constitui um elemento permanente e estratégico da cidade neoliberal, que ora repele, ora instrumentaliza a presença dos skatistas, conforme os interesses simbólicos e econômicos associados a cada espaço. O reconhecimento, por parte do próprio praticante, de que sua prática é socialmente enquadrada como vandalismo revela a internalização desse conflito e evidencia o embate entre diferentes racionalidades urbanas.

Ao afirmar que “*andar na borda de um prédio e acabar estragando ela*” é interpretado como vandalismo “*para as pessoas*”, mas é “*totalmente comum*” para os skatistas, o entrevistado explicita a disputa pelos usos e significados do espaço urbano descrita por Machado (2021). De um lado, prevalece a lógica do planejamento urbano empresarial, orientada pela ordem, pela conservação estética e pela funcionalidade mercantil dos espaços; de outro, a cidadinidade skatista, caracterizada pela apropriação criativa e transgressora dos objetos urbanos, que são ressignificados como suportes da prática. Essa oposição revela como o skate de rua tensiona os ordenamentos urbanos ao subverter funções previamente estabelecidas e ao desafiar normas implícitas de circulação e permanência.

A fala expressa o processo de estigmatização apontado por Machado (2021), no qual os skatistas são frequentemente enquadrados como sujeitos indesejáveis, especialmente em áreas valorizadas da cidade. Nesses contextos, a prática é associada à degradação, ao risco e à desordem, justificando ações de controle, expulsão ou vigilância. O sentimento de ser visto como vândalo, portanto, não emerge apenas da interação imediata com outros usuários do espaço, mas reflete um enquadramento mais amplo, produzido pela governança urbana neoliberal, que define quais corpos e práticas são considerados legítimos em determinados territórios.

Nesse sentido, o relato do entrevistado materializa, no plano da experiência vivida, a ambivalência descrita por Machado (2021), segundo a qual a cidade tolera ou rejeita o skate de forma seletiva. Ao mesmo tempo em que a prática é criminalizada em espaços de alta valorização simbólica e econômica, ela pode ser aceita ou instrumentalizada em áreas consideradas degradadas, funcionando como elemento de

“revitalização” ou de controle social. Assim, a percepção de vandalismo associada ao skate não é apenas um julgamento moral, mas um mecanismo de regulação espacial que expressa as contradições de uma cidade tratada como mercadoria.

Dessa forma, a fala analisada reforça a compreensão de que a tensão socioespacial é constitutiva da prática do skate de rua, conforme argumenta Machado (2021). O sentimento ambíguo de pertencimento e rejeição vivido pelos skatistas evidência como a apropriação cotidiana do espaço urbano repolitiza o cotidiano e expõe os limites do direito à cidade. Ao ressignificar objetos e usos urbanos, o skate de rua desafia os enquadramentos normativos da governança urbana e revela que o espaço público, longe de ser neutro, é atravessado por disputas contínuas em torno de quem pode usar, permanecer e atribuir sentido à cidade.

Ainda, a respeito do sentimento de liberdade evidenciado por 60% do entrevistados, a mesma pode ser explicada baseada na análise de Machado (2012) quando expõe que a noção de liberdade associada à prática do skate de rua é compreendida como uma forma de escapar, ainda que momentaneamente, às imposições do planejamento urbano oficial e às funções previamente estabelecidas para os espaços da cidade. Essa liberdade se manifesta, primeiramente, no modo como os skatistas olham e interpretam a cidade. Trata-se de uma liberdade cognitiva e sensível, pela qual a arquitetura urbana é ressignificada: bancos deixam de ser apenas locais de descanso, escadas deixam de ser meros dispositivos de circulação, e passam a ser apropriados como “picos” de desafio, lazer e experimentação corporal. Ao dialogar com Michel de Certeau, Machado (2012) entende essa prática como uma liberdade de caráter tático, na medida em que as formas de uso do espaço escapam à planificação urbanística e às racionalidades que buscam ordenar e prever os comportamentos no espaço urbano.

Essa liberdade encontra na rua sua expressão mais intensa, em oposição às pistas de skate institucionalizadas. Embora reconheça a existência desses equipamentos, Machado (2012) destaca que, para muitos praticantes, é na rua que se “anda de skate de verdade”. A liberdade, nesse sentido, está associada à imprevisibilidade do espaço urbano, à busca por obstáculos reais e à possibilidade de transformar a cidade inteira em campo de prática. Diferentemente das pistas, entendidas como espaços confinados e artificializados, a rua oferece a experiência do imprevisto, do risco e da descoberta, reforçando a recusa ao confinamento espacial imposto pela governança urbana.

Além de individual, essa liberdade assume um caráter coletivo e político. Machado (2012) mostra que eventos como o *Go Skateboarding Day* explicitam a dimensão pública e reivindicatória da prática, quando grupos de skatistas ocupam vias centrais da cidade e afirmam, por meio de palavras de ordem como “a rua é nós”, o direito de viver e usar a cidade para além das lógicas do trânsito, da propriedade privada e da mercantilização do espaço. Nesses momentos, a liberdade do skate de rua se converte em afirmação do direito à cidade, evidenciando que o espaço urbano pertence àqueles que o percorrem, experimentam e ressignificam no cotidiano.

Contudo, Machado (2012) chama atenção para o caráter paradoxal dessa liberdade, exemplificado pela competição intitulada “Skate Livre”, realizada na Praça Roosevelt em um contexto de conflitos com a Guarda Civil. Embora o nome remeta à ideia de liberdade, o evento tinha como objetivo disciplinar a prática, conscientizar os skatistas sobre normas de convivência e evitar a superlotação do espaço. Esse episódio revela que, do ponto de vista da governança urbana, a liberdade do skatista é constantemente tensionada e mediada, sendo aceita apenas quando enquadrada por regras que evitem a desordem e garantam a manutenção da ordem urbana.

Dessa forma, a liberdade associada ao skate de rua, conforme analisada por Machado (2012), não se restringe somente a um sentimento subjetivo, mas configura-se como prática concreta de disputa pelo espaço urbano. Transformar um banco em obstáculo pode ser, para o skatista, um exercício legítimo de liberdade criativa e de produção da cidade vivida; para gestores públicos e outros usuários, no entanto, esse mesmo gesto pode ser interpretado como depredação, privatização do espaço público ou ameaça à ordem. É justamente nessa fricção entre cidade planejada e cidade vivida que a liberdade do skate se cristaliza, produzindo vitalidade urbana, mas também alimentando a tensão socioespacial que atravessa a relação entre prática, espaço público e poder.

O quadro 5 apresenta a sistematização das respostas à pergunta disparadora que buscou identificar os principais conflitos enfrentados pelos sujeitos ao utilizar os espaços públicos para a prática do skate de rua, bem como as formas adotadas para lidar com essas situações. A organização do material revelou a presença de conflitos de natureza distinta, envolvendo tanto a intervenção de agentes do Estado quanto tensões cotidianas com moradores e outros usuários do espaço urbano. Paralelamente, o quadro clarificou as estratégias de enfrentamento baseadas, majoritariamente, em posturas conciliatórias e não confrontantes, indicando formas de negociação e adaptação dos praticantes diante das

disputas pelo uso legítimo da cidade. As frequências associadas às categorias permitem visualizar a recorrência desses conflitos e estratégias, enquanto os trechos das entrevistas ilustram as experiências vividas pelos skatistas.

**Quadro 5** – Categorias analíticas a respeito dos conflitos que enfrentam ao utilizar os espaços públicos

Pergunta disparadora: Quais os principais conflitos que você enfrenta ao utilizar esses espaços e como você lida com essas situações					
Unidade de contexto	Unidade de registro	Categoria	Frequência de ocorrência		Trecho das respostas
			Absoluta	Percent.	
Conflitos vivenciados na prática do skate de rua	Intervenção e repressão por agentes do Estado	Conflito policial	4	40%	<i>“... Eu tava andando na gleba, na frente de um prédio, ele saiu de carro, quase atropelou meu amigo e desceu do carro colocando a arma na nossa cabeça...”</i>
	Conflitos cotidianos com moradores e usuários do entorno	Conflito social	4	40%	<i>“... Na frente da casa da pessoa, as 10h da manhã e a pessoa sai para reclamar do barulho...”</i>
Estratégias de enfrentamento dos conflitos	Adoção de posturas conciliatórias e não confrontantes	Resolução pacífica	7	70%	<i>“... não vou na truculência, tento ir embora e passar uma visão positiva para a pessoa, pra ela ter uma visão que o skatista não é aquilo que ela pensa, entendeu?”</i>

**Fonte:** Estudo de campo, 2025.

Em outro relato, um dos entrevistados afirma: “(...)O conflito que a gente passa é esse: a polícia, que muitas vezes oprime a gente por estar andando de skate, e eles mesmo dizem que a gente está vandalizando a propriedade e enfim, muitas vezes até de forma truculenta” (Pesquisa de campo, 2025). A fala do entrevistado, ao relatar a repressão policial sofrida durante a prática do skate de rua, pode ser compreendida de forma ainda mais aprofundada quando articulada às reflexões de Gehl (2013) e Jacobs (2011) sobre espaço público, segurança e democracia urbana. Quando o sujeito afirma que a polícia oprime os skatistas, classificando a prática como vandalismo e recorrendo, muitas vezes, à truculência, evidencia-se um modelo de gestão do espaço urbano baseado na repressão e no controle institucional, em detrimento da convivência cotidiana e da autorregulação social. Tal situação confirma a crítica de Gehl (2013) ao entendimento de segurança como resultado da militarização do espaço, indicando que a presença ostensiva

da polícia não fortalece a vida urbana, mas revela o enfraquecimento do espaço público como arena democrática de uso livre e encontro.

Sob a perspectiva de Gehl (2013), o espaço público deveria funcionar como uma interface aberta e acessível, capaz de acolher diferentes práticas e grupos sociais, garantindo a reunião espontânea como indicador de liberdade. A repressão policial descrita pelo entrevistado revela o oposto desse ideal: a rua deixa de ser um fórum democrático e passa a ser tratada como território de vigilância e exclusão, no qual determinadas práticas corporais e culturais são enquadradas como ameaça à ordem. Esse processo aproxima-se da lógica histórica apontada pelo autor ao analisar intervenções urbanas que, como no caso dos bulevares de Haussmann em Paris, utilizaram o desenho da cidade para facilitar o controle da população e impedir formas de contestação e apropriação coletiva do espaço.

Essa leitura se aprofunda quando articulada às contribuições de Jacobs (2011), para quem a segurança e a ordem nos espaços públicos não dependem fundamentalmente da polícia, mas de uma rede difusa de controles sociais informais exercidos pelas próprias pessoas no cotidiano. Jacobs (2011) argumenta que ruas e calçadas seguras são aquelas marcadas pela presença constante de pessoas, pela diversidade de usos e pelos chamados “olhos da rua”, isto é, pela vigilância natural exercida por moradores, comerciantes e transeuntes. Nesse sentido, a repressão policial ao skate de rua pode ser interpretada como um sintoma do fracasso dessa vigilância espontânea, substituída por mecanismos formais de controle que rompem com a vitalidade urbana.

Ao classificar a prática do skate como vandalismo, a atuação policial ignora justamente os princípios apontados pela autora: a movimentação contínua nas calçadas, a diversidade de usos e a presença ativa de pessoas são elementos que fortalecem a segurança urbana. A presença dos skatistas, longe de representar uma ameaça intrínseca, poderia contribuir para a vitalidade do espaço público, ampliando o número de usuários e, conseqüentemente, os “olhos” sobre a rua. No entanto, ao invés de reconhecer essa potencialidade, a governança urbana opta por estratégias repressivas que esvaziam o espaço e reforçam a lógica da “cidade fortaleza”, criticada tanto por Gehl (2013) quanto por Jacobs (2011).

Assim, a experiência narrada pelo entrevistado revela uma contradição central da cidade contemporânea: enquanto autores defendem que a segurança emerge da convivência, da diversidade e da apropriação cotidiana do espaço público, a prática

institucional descrita reforça a vigilância armada e a criminalização de usos não normativos. A repressão ao skate de rua, portanto, não apenas limita o direito à cidade dos praticantes, mas também enfraquece os próprios mecanismos de segurança urbana baseados na vida pública ativa. Nesse contexto, o conflito vivido pelos skatistas expressa um modelo de cidade que privilegia o controle sobre a convivência e transforma o espaço público em instrumento de exclusão, em oposição à ideia de cidade viva, democrática e socialmente regulada defendida pelos autores.

Por sua vez, o quadro 6 apresenta a sistematização das respostas à pergunta disparadora que buscou compreender quais critérios orientam a escolha dos locais para a prática do skate de rua. A organização do material empírico evidencia que essa escolha se fundamenta em uma leitura atenta e criteriosa do espaço urbano, na qual os sujeitos entrevistados consideram simultaneamente aspectos físicos, técnicos e simbólicos do ambiente. As categorias identificadas revelam a centralidade das condições materiais do mobiliário urbano e do solo, bem como a presença de uma dimensão estética que também influencia a decisão sobre onde praticar. As frequências associadas a cada categoria permitem visualizar a recorrência desses critérios nos discursos, enquanto os trechos selecionados ilustram a forma como os praticantes percebem e interpretam a cidade a partir de suas experiências corporais e sensoriais.

**Quadro 6** – Categoria analítica a respeito dos critérios utilizados para escolha do local da prática

<b>Pergunta disparadora: Quais os critérios que você utiliza para escolher os locais onde vai andar de skate?</b>					
<b>Unidade de contexto</b>	<b>Unidade de registro</b>	<b>Categoria</b>	<b>Frequência de ocorrência</b>		<b>Trecho das respostas</b>
			<b>Absoluta</b>	<b>Percent.</b>	
Escolha de locais para prática do skate de rua	Condições físicas do espaço urbano	Adequação do mobiliário urbano	7	70%	<i>“...descer uma escadinha, corrimão que é baixo eu também gosto...”</i>
	Características do solo e relevo	Qualidade da superfície	5	50%	<i>“...quanto mais fácil de escorregar, quanto mais liso o chão, quanto mais plano...”</i>

	Dimensão estética e simbólica do espaço	Estética urbana	2	30%	<i>“A parada visual me interessa também, então, tipo, a cor que tem em volta, como que fica aquilo na câmera, na lente, o que tem em cima, então, tem essa coisa um pouco estética, assim...”</i>
--	---	-----------------	---	-----	---

**Fonte:** Estudo de campo, 2025.

A escolha dos locais para a prática do skate de rua, conforme sistematizada no quadro 8, pode ser compreendida a partir da noção de espaço vivido, tal como desenvolvida por Lefebvre (2008). Para o autor, o espaço não constitui um objeto neutro ou puramente epistemológico, mas é inseparável da prática social que o produz e o transforma. Nesse sentido, os critérios mobilizados pelos sujeitos como: a adequação do mobiliário urbano, a qualidade da superfície e a dimensão estética do espaço, revelam que a cidade é apreendida a partir da experiência cotidiana, sensível e corporal, distanciando-se das concepções abstratas que tratam o espaço como forma pura ou como simples suporte das ações humanas.

A predominância dos aspectos relacionados às condições físicas do espaço urbano evidencia a centralidade da prática espacial, entendida por Lefebvre (2006) como o conjunto de ações e usos cotidianos que organizam e dão materialidade ao espaço. Ao avaliar escadas, corrimãos, superfícies lisas e desníveis, os skatistas demonstram uma leitura empírica da cidade, na qual o espaço é reconhecido como produto social e como meio indispensável à reprodução das relações sociais. Essa leitura reforça a crítica lefebvriana às concepções que reduzem o espaço a um instrumento técnico ou a um recipiente vazio, pois evidencia que sua materialidade é constantemente ativada e ressignificada pelas práticas sociais.

Essa forma de apropriação do espaço urbano também dialoga com a compreensão de Corrêa (2012), segundo a qual a produção do espaço resulta da atuação de agentes sociais concretos, historicamente situados, dotados de interesses, estratégias e práticas específicas. Os skatistas, ao selecionarem determinados fragmentos da cidade para a prática, atuam como agentes modeladores do espaço urbano, ainda que em uma escala cotidiana e não institucionalizada. A escolha dos locais reflete, portanto, a inserção desses sujeitos nas dinâmicas da cidade capitalista, marcada por uma organização espacial fragmentada, mas ao mesmo tempo articulada (Corrêa, 1989).

A presença da categoria estética urbana, ainda que com menor recorrência, evidencia que a escolha dos locais não se restringe à funcionalidade técnica do espaço. A

paisagem, a composição visual e os elementos simbólicos do ambiente também influenciam a prática, especialmente quando associados à produção de imagens e registros audiovisuais. Essa dimensão pode ser relacionada aos espaços de representação definidos por Lefebvre (2006), nos quais o espaço vivido se constitui como campo simbólico, carregado de sentidos afetivos, culturais e estéticos. Nessa perspectiva, o espaço urbano não é apenas utilizado, mas também significado e narrado, integrando valores e imaginários próprios da cultura do skate.

Sob a ótica de Corrêa (1993), essa apropriação seletiva do espaço evidencia a coexistência de fragmentação e articulação como características fundamentais do espaço urbano. Os locais escolhidos para a prática do skate inserem-se em uma cidade marcada por usos do solo diferenciados e por hierarquias socioespaciais, mas por possibilidades de uso que escapam às funções dominantes. Ao acionar esses fragmentos, os skatistas rearticulam o espaço urbano, produzindo novos conteúdos e significados que coexistem, em tensão, com as lógicas hegemônicas de ordenamento e controle.

Dessa forma, o material (fala dos entrevistados) do quadro 6 revela que a escolha dos locais para a prática do skate de rua constitui um momento privilegiado da produção do espaço vivido, no qual se articulam prática social, materialidade e simbolização. Essa escolha expressa a atuação de sujeitos que, ao mesmo tempo em que se inserem nas estruturas fragmentadas da cidade capitalista, produzem leituras próprias do espaço urbano, transformando-o em campo de uso, experimentação e significado. Assim, o skate de rua evidencia o espaço urbano como produto social dinâmico, simultaneamente reflexo e condicionante das relações sociais, conforme proposto pelos autores.

Nesse contexto, a fim de compreender não somente como os skatistas escolhem seus locais de prática, o material do quadro 7 busca explorar quais os fatores que levam os sujeitos a abandonarem determinados espaços, gerando duas categorias principais: Controle e repressão institucional e saturação social do espaço. A análise do conteúdo desse quadro parte da compreensão de que o abandono de determinados espaços e a busca por novos locais não decorrem de escolhas espontâneas ou meramente individuais, mas de processos socioespaciais que limitam a permanência dos skatistas no espaço urbano. As categorias controle e repressão institucional (60%) e saturação social do espaço (50%) evidenciam que a permanência nos locais de prática é constantemente tensionada por mecanismos formais e informais de controle, que atuam sobre os corpos, os usos e as temporalidades da cidade.

**Quadro 7** – Categorias analíticas a respeito dos fatores que levam os skatistas a abandonarem os locais

<b>Pergunta disparadora: Quais fatores que levam você a abandonar determinados espaços e buscar novos locais para andar?</b>					
<b>Unidade de contexto</b>	<b>Unidade de registro</b>	<b>Categoria</b>	<b>Frequência de ocorrência</b>		<b>Trecho das respostas</b>
			<b>Absoluta</b>	<b>Percent.</b>	
Permanência nos locais de prática	Presença policial e atuação de seguranças privados	Controle e repressão institucional 1	6	60%	<i>“... lugares que tem segurança que antes não tinha...”</i>
	Exposição excessiva	Saturação social do espaço	5	50%	<i>“...quando já tem muita manobra no lugar...”</i>

**Fonte:** Estudo de campo, 2025.

A presença policial e a atuação de seguranças privados revelam a centralidade das instituições na regulação do espaço urbano, indicando que determinados usos passam a ser considerados ilegítimos à medida que o espaço se valoriza ou se torna alvo de maior vigilância. O abandono desses locais não se dá, portanto, por esgotamento da prática, mas como resposta a um ambiente de repressão que inviabiliza a permanência. Já a categoria saturação social do espaço aponta para limites impostos não apenas pelo controle institucional, mas também pela intensificação do uso do espaço, seja pela presença excessiva de outros usuários, seja pela repetição das práticas, o que altera a dinâmica social e simbólica do lugar.

A análise evidencia que esses fatores produzem uma mobilidade forçada, na qual os skatistas são continuamente deslocados, reconfigurando seus circuitos de prática. Esse movimento revela a instabilidade das territorialidades construídas pelo skate de rua, que são constantemente desfeitas e refeitas em função das disputas pelo uso do espaço urbano.

Os fatores que levam os praticantes de skate de rua a abandonar determinados espaços e a buscar novos locais, conforme evidenciado no quadro 7, permitem compreender a prática a partir de uma perspectiva territorial, na qual o espaço urbano é continuamente apropriado, disputado e reconfigurado. A presença policial e a atuação de seguranças privados, identificadas como elementos centrais do abandono dos locais de prática, revelam mecanismos institucionais de controle que operam sobre o território, definindo usos legítimos e restringindo a permanência de determinados grupos sociais. Esses dispositivos evidenciam que o território não se constitui apenas como suporte físico, mas como espaço apropriado e regulado por relações de poder, conforme discutido por Raffestin (1993), para quem o território resulta da projeção do trabalho, da energia e da informação sobre o espaço, mediada por estratégias de dominação e controle.

Nesse sentido, a territorialidade construída pelos skatistas a partir do uso reiterado do espaço, marcada pela prática cotidiana, pela criação de vínculos simbólicos e pela atribuição de significados, entra em conflito com territorialidades hegemônicas associadas ao Estado, ao capital e aos interesses de segurança e valorização urbana. A repressão institucional atua, portanto, como força desterritorializante, rompendo a continuidade dessas territorialidades e impondo limites à permanência dos praticantes. Tal processo confirma a compreensão de Sack (1986) e Cunha (2022), segundo a qual a territorialidade se expressa como estratégia de controle de pessoas, objetos e relações sociais por meio da delimitação e da regulação do acesso a determinadas áreas.

A dinâmica observada no conteúdo do quadro 7 pode ser interpretada à luz da proposta de Saquet (2007), ao evidenciar que a territorialidade não é fixa nem estável, mas se constitui em movimento, por meio de processos simultâneos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. O abandono dos espaços de prática não representa uma ruptura total com a territorialidade skatista, mas um deslocamento forçado que leva à reconstrução de vínculos em novos fragmentos da cidade. Assim como nos processos migratórios analisados por Saquet (2007), observa-se a coexistência de descontinuidade e permanência: ao mesmo tempo em que os sujeitos perdem o acesso a determinados territórios, mantêm práticas, valores e formas de apropriação que são recriadas em outros contextos espaciais.

A categoria saturação social do espaço reforça essa leitura ao indicar que a intensificação do uso e da visibilidade de determinados locais também contribui para a ruptura das territorialidades construídas. A saturação altera as relações sociais e

simbólicas que sustentavam a prática, produzindo novas formas de conflito e inviabilizando a continuidade do uso. Esse processo revela que o território é atravessado por múltiplos agentes e interesses, configurando-se como espaço fragmentado e articulado, conforme apontado por Corrêa (1993). A mobilidade constante dos skatistas evidencia essa fragmentação, ao mesmo tempo em que demonstra a capacidade de articulação desses sujeitos, que conectam diferentes partes da cidade por meio de seus percursos e práticas.

Dessa forma, o conteúdo do quadro 7 revela que o skate de rua produz territorialidades móveis, provisórias e constantemente tensionadas, que se afirmam no uso cotidiano do espaço, mas são sistematicamente desestabilizadas por estratégias institucionais de controle. Esses processos explicitam o território como campo de lutas, no qual se confrontam projetos distintos de cidade e de uso do espaço urbano. A prática do skate, ao territorializar, desterritorializar e reterritorializar continuamente o espaço, evidencia a dimensão política da vida cotidiana e reafirma o território como produto social dinâmico, simultaneamente material e simbólico, reflexo e condicionante das relações sociais, conforme proposto pelos autores.

Em consonância com as reflexões de Gehl (2013), observa-se que fatores que inibem a sociabilidade urbana, como o excesso de ruído, a priorização do automóvel e as estratégias de controle e vigilância do espaço público, incidem diretamente sobre a prática do skate de rua. A repressão institucional, a instalação de dispositivos de arquitetura hostil e a normatização excessiva dos usos do espaço limitam não apenas as possibilidades de encontro, mas também a permanência dos skatistas nos espaços urbanos. Tais mecanismos evidenciam que o espaço público é atravessado por disputas que definem quais corpos, práticas e formas de sociabilidade são consideradas legítimas na cidade contemporânea. Essa leitura é corroborada pelas falas dos entrevistados, que identificam na materialidade urbana estratégias explícitas de expulsão e controle, como: *“O aspecto também da alteração, quando tem aquela arquitetura... como é que se fala? Uma arquitetura expulsiva, sabe? Porque, às vezes, a galera coloca uns pinos, assim, na borda pra morador de rua não conseguir dormir, sabe?”* (Pesquisa de campo, 2025) a referência à presença de “arquitetura expulsiva”, exemplificada pela instalação de pinos em bordas e superfícies com o objetivo de impedir a permanência de pessoas em situação de rua. Esses dispositivos, ao mesmo tempo em que restringem determinados grupos

sociais, afetam também práticas como o skate, revelando como a gestão do espaço urbano opera por meio da exclusão e da seletividade dos usos.

O Quadro 8 sistematiza as respostas dos skatistas entrevistados acerca das formas pelas quais os locais de prática do skate de rua são demarcados e reconhecidos entre os próprios praticantes. A partir da pergunta disparadora, observa-se que o registro desses espaços ocorre predominantemente por meio de estratégias informais, ancoradas no uso de recursos digitais, na circulação de informações entre pares e, em menor medida, na ausência deliberada de qualquer forma de marcação. As categorias apresentadas evidenciam diferentes modos de reconhecimento dos locais de prática, indicando que a identificação dos *spots* não depende de sinalizações formais ou institucionais, mas de processos comunicacionais, relacionais e situados no cotidiano dos skatistas. Desse modo, o quadro oferece uma síntese dos mecanismos pelos quais esses sujeitos constroem referências espaciais próprias na cidade.

**Quadro 8** – Categorias analíticas a respeito da demarcação dos locais de prática

<b>Pergunta disparadora: Como você demarca o local de vocês e como os outros skatistas reconhecem esse local?</b>					
<b>Unidade de contexto</b>	<b>Unidade de registro</b>	<b>Categoria</b>	<b>Frequência de ocorrência</b>		<b>Trecho das respostas</b>
			<b>Absoluta</b>	<b>Percent.</b>	
Registro dos locais de prática	Uso de recursos digitais e visuais	Mapeamento informal	7	70%	<i>“Fotografia”; “Marco no Google Maps”</i>
	Circulação de informação entre pares	Compartilhamento em redes	4	40%	<i>“Compartilho em grupos”</i>
	Ausência de marcação formal	Não demarcação	2	20%	<i>“Não demarco”</i>

**Fonte:** Estudo de campo, 2025.

A leitura do Quadro 8, permite compreender que a demarcação dos locais de prática do skate se insere em uma lógica de uso e apropriação do espaço urbano, tal como formulada por Lefebvre (2006). Ao recorrerem a formas informais de mapeamento e reconhecimento dos *“picos”*, os skatistas privilegiam o valor de uso da cidade em detrimento do valor de troca, produzindo territorialidades que não se baseiam na propriedade, na fixação ou na institucionalização, mas na experiência cotidiana, na circulação e na prática corporal. Essa forma de demarcação evidencia que o território do

skate não é um espaço estável ou formalmente reconhecido, mas um território vivido, continuamente produzido e refeito pela ação dos sujeitos.

Essa dinâmica dialoga diretamente com a noção de espaço praticado proposta por Saraví (2012), que, ao mobilizar as categorias de Magnani, demonstra como os skatistas organizam a cidade a partir de pedaços, trajetos e circuitos, e não segundo divisões administrativas ou funcionais. Os *spots* operam como *pedaços*, isto é, pontos de encontro reconhecidos coletivamente, nos quais se constroem sociabilidades densas e sentidos de pertencimento.

O uso de fotografias, vídeos e marcações em plataformas digitais, evidenciado na categoria “Mapeamento informal”, revela a construção de uma cartografia própria, viva e relacional, que se atualiza conforme a prática e a circulação dos corpos no espaço urbano. Tal cartografia corresponde ao que Saraví (2012) define como circuito, uma rede que articula não apenas os locais de prática física, mas também trajetos de deslocamento, lojas especializadas, casas de amigos e ambientes virtuais. Trata-se de uma territorialidade descontínua no plano físico, mas socialmente coesa, reconhecida sobretudo pelos usuários habituais da prática.

Ao mesmo tempo, a circulação dessas informações em redes informais entre pares, destacada na categoria “Compartilhamento em redes”, aproxima-se da leitura de Brandão (2014) sobre a cidade enquanto texto aberto à interpretação. Os skatistas não apenas reconhecem os espaços de prática, mas os leem, comunicam e reinterpretam coletivamente, produzindo sentidos compartilhados sobre a cidade. O reconhecimento de um *spot* não decorre de sua função original, mas da capacidade dos praticantes de enxergar potencialidades onde o urbanismo funcionalista identifica apenas circulação, repouso ou neutralidade. Nesse processo, o urbano é permanentemente relido e reinscrito a partir do corpo em movimento.

Por sua vez, a presença da categoria “Não demarcação” reforça a leitura proposta por Böes (2017) acerca do contra-uso e da resistência à normatização do espaço urbano. A recusa em registrar ou formalizar determinados locais pode ser interpretada como uma estratégia de preservação da autonomia da prática, evitando processos de controle, vigilância ou institucionalização. Nesse sentido, a não demarcação não representa ausência de territorialidade, mas uma forma específica de produzi-la, baseada na fluidez, na impermanência e no reconhecimento entre pares.

Nesse contexto, o conteúdo do Quadro 8 esclareceu que os territórios do skate são produzidos por meio de práticas informais, comunicacionais e corporais, que tensionam as lógicas hegemônicas de ordenamento da cidade. A demarcação dos espaços ocorre menos pela fixação material e mais pela experiência compartilhada, pela circulação e pela leitura sensível do urbano. Tal dinâmica reafirma o skate como prática que produz territorialidades móveis, insurgentes e negociadas, revelando o espaço urbano como campo de disputa simbólica, social e política, no qual o direito à cidade se materializa no uso cotidiano e na experiência vivida.

A partir dessa compreensão, torna-se fundamental avançar na identificação dos espaços concretos que materializam essas territorialidades produzidas pelo skate de rua no contexto urbano de Londrina. Assim, na sequência, o quadro 9 reúne os locais indicados pelos entrevistados como mais relevantes para a prática do skate de rua, explicitando as categorias analíticas associadas a esses espaços e a recorrência de suas menções. Em articulação a esse levantamento, a figura 4 com o mapeamento dos locais citados, objetivando visualizar a distribuição espacial desses territórios na malha urbana, permitindo compreender sua concentração, dispersão e relação com áreas centrais, eixos de circulação e espaços públicos de maior visibilidade.

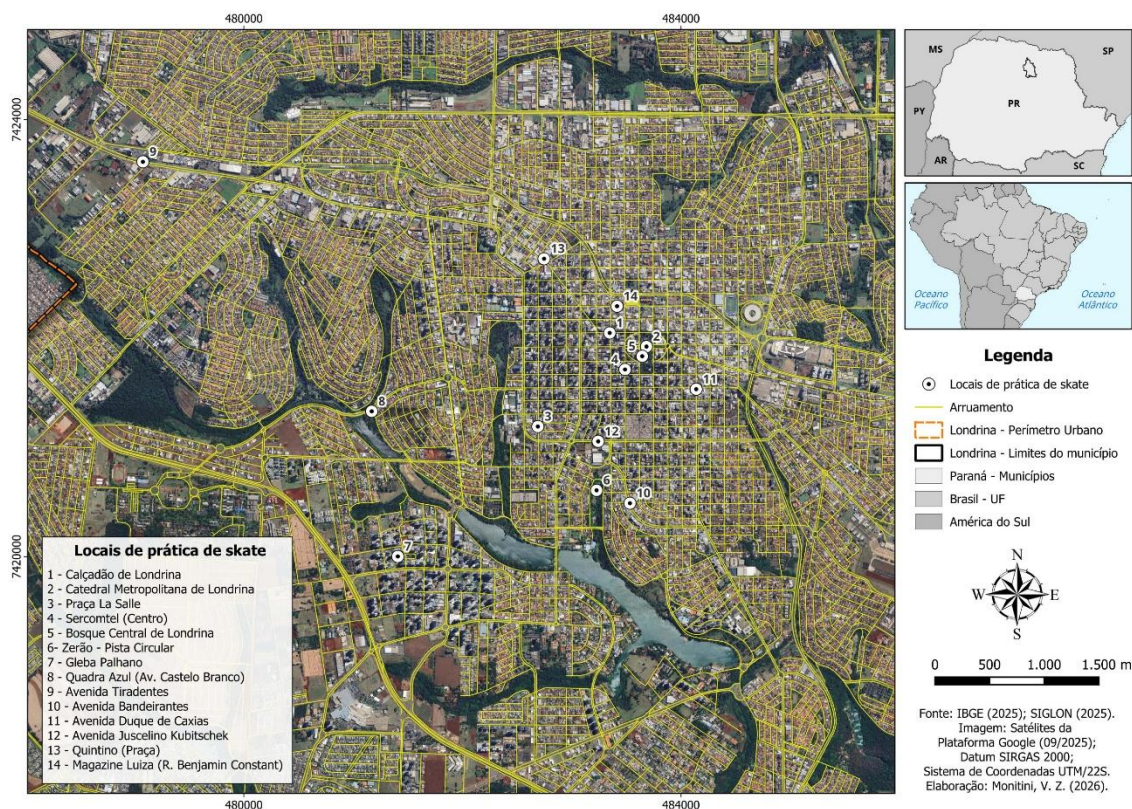
**Quadro 9** – Categorias analíticas a respeito dos locais mais utilizados para a prática

<b>Pergunta disparadora: Quais os locais de Londrina que você considera mais importante para a prática do skate e por quê?</b>					
<b>Unidade de contexto</b>	<b>Unidade de registro</b>	<b>Categoria</b>	<b>Frequência de ocorrência</b>		<b>Trecho das respostas</b>
			<b>Absoluta</b>	<b>Percentual</b>	
Locais de prática do skate de rua	Espaços públicos centrais	Centralidade urbana	10	100%	<i>Catedral, bosque, calçada, região central, praça UNIFIL</i>
	Espaços comerciais e áreas apropriadas	Ressignificação do mobiliário urbano	9	90	<i>Sercontel e Magazine e Luiza/ Zerão e quadra castelo Branco</i>
	Bairros residenciais	Apropriação de espaços não destinados ao lazer	1	10	<i>“Gleba Palhano”</i>
	Vias urbanas, avenidas e eixos de circulação	Expansão territorial da prática	7	70	<i>“Avenida Bandeirantes”; “Avenida Tiradentes” “Duque de Caxias” Avenida Juscelino Kubitscheck” Quintino</i>

**Fonte:** Estudo de campo, 2025.

O quadro 9 evidencia que os locais considerados mais importantes para a prática do skate de rua em Londrina concentram-se majoritariamente em espaços públicos centrais, comerciais e em eixos estruturantes da circulação urbana. A totalidade dos entrevistados (100%) aponta espaços públicos centrais como fundamentais para a prática, indicando que a centralidade urbana desempenha papel decisivo na constituição dos territórios do skate. Essa escolha não se explica apenas pela localização geográfica, mas pela densidade de fluxos, pela diversidade de usos e pela presença de mobiliário urbano que potencializa a prática, confirmando a centralidade como elemento estruturador das apropriações juvenis do espaço urbano. A figura 4 evidencia graficamente esses locais.

**Figura 4** – Mapeamento dos “picos clássicos” do skate de rua



**Fonte:** A autora, 2025.

A recorrência de locais como o Calçadão, a Catedral, o Bosque, a Praça da UNIFIL, o Zerão e áreas centrais associadas a equipamentos comerciais e institucionais evidencia que o skate de rua se inscreve prioritariamente nos espaços mais valorizados e visíveis da cidade. Essa dinâmica dialoga diretamente com Lefebvre (2008), ao demonstrar que o espaço urbano central, concebido para a circulação, o consumo e a representação simbólica da cidade, é apropriado pelos skatistas como espaço vivido, no

qual o valor de uso se sobrepõe, ainda que provisoriamente, ao valor de troca. Abaixo é possível observar os locais mapeados por meio de fotografias (Figura 5, Figura 6, Figura 7, Figura 8)

**Figura 5** – Calçadão de Londrina



**Fonte:** Prefeitura de Londrina, 2025.

**Figura 6** – Catedral Metropolitana de Londrina



**Fonte:** Instituto de Desenvolvimento de Londrina, 2025.

**Figura 7 – Praça La Salle Londrina**

**Fonte:** Google Maps, 2025.

**Figura 8 – Bosque Municipal Marechal Candido Rondon**

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Londrina, 2025.

A categoria ressignificação do mobiliário urbano, presente em 90% das respostas, reforça essa leitura ao evidenciar que bancos, escadas, corrimãos e desníveis não são percebidos apenas como elementos funcionais ou decorativos, mas como objetos passíveis de novos usos. Essa ressignificação confirma a atuação dos skatistas sobre os sistemas de objetos, nos termos de Santos (1993), ativando-os por meio de sistemas de ações que produzem novos sentidos e funcionalidades para a cidade. O mobiliário urbano, concebido segundo lógicas técnicas e normativas, é incorporado à prática como obstáculo, desafio e suporte da experiência corporal, revelando a dimensão criativa e política da apropriação do espaço.

A baixa incidência de bairros residenciais (10%) como locais relevantes para a prática indica que o skate de rua tende a se afastar dos espaços marcados por maior vigilância cotidiana e por relações de vizinhança mais restritivas. Esse dado sugere que a prática busca ambientes onde o conflito seja, paradoxalmente, mais negociável, seja pela impessoalidade dos espaços centrais, seja pela diversidade de usos e usuários que diluem a vigilância direta. Tal dinâmica reforça a compreensão do espaço urbano como fragmentado e articulado, conforme Corrêa (1993), no qual diferentes áreas apresentam distintos graus de permissividade e controle.

A presença significativa de vias urbanas, avenidas e eixos de circulação (70%) amplia a compreensão dos territórios do skate ao indicar um movimento de expansão territorial da prática para além de praças e calçadões. A apropriação de avenidas como Bandeirantes, Tiradentes, Duque de Caxias e Juscelino Kubitschek evidencia que o skate de rua se insere diretamente nos espaços destinados à mobilidade e ao fluxo, tensionando o uso hegemônico do automóvel e a lógica da circulação rápida. Essa apropriação revela um confronto simbólico e material entre diferentes projetos de cidade, nos quais o corpo em movimento lento, lúdico e imprevisível do skatista se contrapõe à racionalidade funcional do tráfego urbano.

Sob a perspectiva territorial, o quadro 9 permite compreender que os locais de prática do skate de rua configuram territorialidades móveis, provisórias e seletivas, construídas a partir de critérios que combinam centralidade, visibilidade, materialidade e potencial de uso. Esses territórios não são fixos nem institucionalizados, mas produzidos cotidianamente por meio de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, conforme discutido por Raffestin (1993), Saquet (2007) e Deleuze e Guattari (1976). A escolha recorrente de espaços centrais e eixos urbanos revela, portanto, tanto a potência da prática em produzir novos usos quanto a tensão permanente com os dispositivos de controle que incidem sobre esses mesmos espaços.

Dessa forma, o quadro 9 e figura 4 evidenciam que o skate de rua se ancora nos espaços mais simbólicos, visíveis e disputados da cidade, não por acaso, mas porque é nesses locais que se concentram as contradições da produção do espaço urbano contemporâneo. Ao eleger a centralidade, o mobiliário urbano e os eixos de circulação como territórios privilegiados, os skatistas revelam a cidade como campo de disputa entre controle e uso, entre planejamento e experiência, reafirmando o skate de rua como prática que produz espaço, território e significado no cotidiano urbano de Londrina.

O conjunto de conteúdos sistematizadas nos quadros analisados ao longo deste capítulo permitiu compreender, de forma integrada, como a prática do skate de rua se estrutura enquanto experiência espacial, relacional e territorial no cotidiano urbano. Lidos em conjunto, os dados empíricos evidenciam que o skate de rua não pode ser interpretado como uma prática isolada ou episódica, mas como um processo contínuo de apropriação, ressignificação e disputa do espaço urbano, no qual os sujeitos mobilizam leituras próprias da cidade, produzem vínculos sociais e constroem territorialidades móveis e provisórias.

As análises demonstram que a identificação dos sujeitos com a cultura do skate de rua está profundamente associada a valores como sociabilidade, acessibilidade e liberdade, revelando uma relação direta entre prática corporal e produção do espaço vivido. A cidade emerge, nos discursos, não como suporte neutro ou funcional, mas como campo de experimentação cotidiana, no qual objetos e infraestruturas urbanas são reinterpretados a partir do corpo em movimento. Essa dimensão evidencia a centralidade do valor de uso do espaço e confirma a distância entre o espaço concebido pelo planejamento urbano e o espaço efetivamente vivido e apropriado pelos sujeitos.

A análise dos conteúdos presentes nos quadros expressa que a apropriação do espaço urbano é atravessada por tensões socioespaciais permanentes. As reações negativas de outros usuários, a vigilância constante, a repressão policial e a atuação de seguranças privados revelam que a presença dos skatistas desafia ordenamentos urbanos que privilegiam a circulação, o consumo e o controle. Esses conflitos não se manifestam apenas de forma episódica, mas configuram um cenário estrutural de disputa, no qual o skate de rua é frequentemente enquadrado como prática indesejável ou ilegítima, reforçando processos de exclusão e criminalização do uso do espaço público.

Ao mesmo tempo, as estratégias adotadas pelos skatistas diante desses conflitos indicam formas cotidianas de negociação, adaptação e resistência. As posturas conciliatórias, os deslocamentos estratégicos e a busca por novos locais de prática revelam uma capacidade contínua de reorganização espacial, por meio da qual os sujeitos mantêm a prática viva mesmo em contextos adversos. Esses movimentos evidenciam que as territorialidades do skate de rua não são fixas, mas se constroem e se desfazem em função das relações de poder que atravessam o espaço urbano, confirmando a natureza processual e relacional do território.

A análise dos critérios de escolha dos locais de prática reforça essa compreensão ao evidenciar que os skatistas atuam como leitores atentos da cidade, mobilizando conhecimentos técnicos, sensoriais e estéticos na seleção dos espaços. A adequação do mobiliário urbano, a qualidade das superfícies e a dimensão simbólica da paisagem urbana demonstram que a prática do skate envolve uma competência espacial construída na experiência cotidiana, que articula materialidade, percepção e imaginação. Nesse sentido, os conteúdos analisados revelam a cidade como um campo de possibilidades constantemente reinterpretado pelos sujeitos, ainda que essas possibilidades sejam limitadas por dispositivos institucionais de controle.

Bem como, os conteúdos que tratam do abandono dos espaços e da busca por novos locais evidenciam processos contínuos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, nos quais a repressão institucional e a saturação social do espaço atuam como forças desterritorializantes. Esses processos não resultam na dissolução da territorialidade skatista, mas em sua recomposição em outros fragmentos da cidade, revelando a capacidade dos sujeitos de recriar vínculos e práticas a partir de deslocamentos forçados. Tal dinâmica confirma que o skate de rua produz territorialidades juvenis móveis, provisórias e constantemente tensionadas, que se afirmam no uso cotidiano do espaço e se reconfiguram diante das disputas pelo controle urbano.

O fechamento das análises dos conteúdos presentes nos quadros permite afirmar que o skate de rua se constitui como prática produtora de espaço, território e sentido, evidenciando as contradições da cidade contemporânea entre controle e liberdade, planejamento e uso, normatização e experiência. Ao iluminar essas dinâmicas a partir das vozes dos próprios praticantes, as análises reforçam a compreensão da cidade como obra inacabada.

Dessa forma, ao evidenciar os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que atravessam a prática do skate de rua, as análises apresentadas até aqui revelam não apenas a produção de territorialidades juvenis móveis e provisórias, mas também os limites impostos a essas práticas por dinâmicas de controle, repressão e saturação social do espaço urbano. Tais processos não se manifestam de forma homogênea entre todos os sujeitos que compõem a cena do skate de rua. Ao considerar as especificidades das trajetórias, experiências e posições sociais dos praticantes, torna-se necessário avançar a análise para dimensões que atravessam e diferenciam essas

vivências, como o gênero. Assim, a seção seguinte aprofunda a discussão ao analisar as falas de uma entrevistada, buscando compreender de que maneira as relações de gênero incidem sobre a prática do skate de rua, a apropriação dos espaços urbanos e a construção de territorialidades, tensionando ainda mais as desigualdades e disputas que estruturam a cidade contemporânea.

#### **4.5.1 Gênero, skate e invisibilidades: uma dimensão incontornável da análise**

A análise do material empírico revelou um dado que se impõe como questão analítica incontornável: entre os dez skatistas entrevistados, apenas uma mulher compõe o corpus da pesquisa. Ainda que o recorte inicial do estudo não tivesse como foco exclusivo as relações de gênero, a participação feminina ínfima evidencia uma assimetria que atravessa o campo do skate e que não pode ser tratada como mero acaso metodológico. Tal constatação torna-se ainda mais significativa quando se considera que a estratégia adotada para ampliação do número de entrevistas baseou-se na indicação de novos participantes ao final de cada encontro. Nesse processo, apenas uma mulher foi indicada, o que sugere que a baixa presença feminina não se limita ao universo da pesquisa, mas reflete uma dinâmica estrutural de invisibilidade no interior da própria cena do skate.

À luz da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), essa ausência assume valor interpretativo. A autora destaca que o sentido analítico não se constrói apenas a partir do que é dito, mas também daquilo que não aparece, do que é silenciado ou marginalizado no conjunto do material. Nesse sentido, a escassez de mulheres entrevistadas constitui um dado empírico relevante em si, revelador de barreiras simbólicas, sociais e espaciais que dificultam a participação feminina no skate e sua circulação como sujeito legítimo dessa prática.

As contribuições de Figueira e Goellner (2012) auxiliam a compreender esse cenário ao evidenciar como o skate foi historicamente constituído como um território masculino, no qual o masculino opera como norma não nomeada, enquanto as mulheres são posicionadas como exceção. Essa hierarquia simbólica se expressa tanto nos discursos midiáticos quanto nas práticas institucionais, produzindo um silenciamento seletivo que apaga conquistas femininas e naturaliza a ideia de que o skate “pertence” aos homens. Tal construção simbólica exige das mulheres um esforço constante de legitimação, como se sua presença estivesse sempre sob suspeita.

Essa lógica torna-se visível de forma concreta na fala da entrevistada, que relata perceber uma reação distinta das pessoas quando ocupa o espaço urbano com o skate. Segundo ela, *“quando eles veem uma menina, parece que tem uma percepção diferente”* (Estudo de campo, 2025), o que se manifesta em olhares mais atentos, comentários e até interações mediadas por terceiros. Ao narrar que *“às vezes até criança tem uma reação diferente, principalmente meninas mais novas, ou então a mãe fala: “Ah, olha, tem uma menina andando”* (Estudo de campo, 2025), a entrevistada evidencia como sua presença adquire um caráter de exceção, sendo constantemente marcada e comentada. Diferentemente dos homens, cuja prática tende a passar despercebida, o corpo feminino em movimento torna-se objeto de observação e comentário, reforçando sua posição de *“outro”* no espaço do skate.

Galvão (2024) contribui para aprofundar essa leitura ao demonstrar que a invisibilidade feminina no skate não é apenas simbólica ou discursiva, mas está enraizada em processos históricos e institucionais que moldaram a divisão sexual das práticas corporais. A autora corrobora como políticas estatais, como o Decreto-Lei nº 3.199 de 1941, consolidaram a associação entre esportes de risco, força e resistência ao masculino, enquanto relegavam às mulheres práticas consideradas compatíveis com uma suposta natureza frágil. Esse lastro histórico se projeta no presente e ajuda a compreender por que a presença feminina ainda é residual no skate, como mostram dados recentes e como se confirma no próprio corpus desta pesquisa.

Além da dimensão simbólica, a fala da entrevistada revela como o gênero atravessa de forma decisiva a experiência cotidiana do espaço urbano. Diferentemente dos homens entrevistados, ela menciona restrições claras quanto aos horários e locais de prática, associadas ao medo e à insegurança. Ao afirmar que, ao passar por determinados trechos à noite, *“Eu passo assim, correndo, vou embora logo, porque é muito perigoso”*, ou que precisa encerrar a prática mais cedo porque *“já são quase 10 horas, vou ter que ir embora porque vai ficar perigoso”* (Estudo de campo, 2025), a entrevistada evidencia que seu direito à cidade é constantemente negociado. O tempo e o espaço da prática não são vividos de forma livre, mas condicionados por avaliações permanentes de risco, algo que não aparece nas narrativas masculinas.

Essa dimensão do medo e da vigilância se articula ao que Galvão (2024) identifica como formas cotidianas de controle simbólico exercidas sobre os corpos femininos no espaço público. A entrevistada relata sentir-se frequentemente alvo de olhares

pejorativos, associados à ideia de que “isso não é coisa de menina”, revelando a persistência de discursos normativos que delimitam quais práticas seriam aceitáveis para mulheres. Ao mesmo tempo, ela destaca a recorrência da sexualização, especialmente fora do ambiente controlado das pistas. Segundo seu relato, abordagens aparentemente neutras, como: “*ah, você anda, que legal*” frequentemente carregam “*uma intenção a mais*” (Estudo de campo, 2025), funcionando como uma forma de assédio velado, no qual o skate se torna pretexto para a aproximação.

Essa experiência se intensifica quando a prática envolve exposição corporal, como o uso de roupas mais curtas, algo comum no skate em função do calor e do movimento. A entrevistada observa que, na rua, “*você não sabe o que a pessoa vai fazer, se vai te sexualizar*” (Estudo de campo, 2025), e que, diferentemente da pista, local onde há familiaridade e certo controle coletivo, o espaço urbano aberto amplia a sensação de vulnerabilidade. Esse relato evidencia como o corpo feminino é permanentemente atravessado por um olhar sexualizante, que restringe a liberdade de circulação e impõe uma constante autorregulação, conforme aponta Galvão (2024).

Por fim, a entrevistada explicita o conflito entre a prática do skate e as expectativas sociais de feminilidade, ao afirmar que “*quando você tá andando de skate você não é uma pessoa delicada, né?*” (Estudo de campo, 2025). Essa fala tensiona diretamente os estereótipos de gênero que exigem das mulheres comportamentos contidos, graciosos e controlados, incompatíveis com uma prática que envolve quedas, esforço físico e exposição do corpo. Nesse sentido, o skate não apenas ocupa o espaço urbano, mas também desafia normas de gênero profundamente enraizadas.

Assim, ao articular as contribuições de Figueira e Goellner (2012) e Galvão (2024) com o material empírico, evidencia-se que a baixa presença feminina na pesquisa não resulta de uma ausência casual, mas de um conjunto de relações de poder que operam simultaneamente nos discursos, nas instituições e na vivência cotidiana da cidade. A fala da entrevistada confere densidade e materialidade a esses processos, revelando que a invisibilidade das mulheres no skate é produzida tanto pelo silenciamento estrutural quanto pelas experiências concretas de medo, vigilância, julgamento e sexualização no espaço urbano. Desse modo, a ausência de mais mulheres na pesquisa emerge como um dado analítico central, que revela os limites do direito à cidade e à prática do skate quando atravessados pelas relações de gênero.

### **Considerações finais**

À luz do percurso teórico e empírico desenvolvido ao longo desta investigação (dissertação), torna-se evidente que o skate de rua constitui uma prática social capaz de revelar, de forma privilegiada, as contradições e disputas que atravessam a produção do espaço urbano contemporâneo. Ao acompanhar as experiências, percepções e estratégias dos skatistas em Londrina, o estudo demonstrou que a cidade não se apresenta como uma totalidade homogênea ou plenamente ordenada, mas como um espaço em permanente construção, marcado por conflitos entre distintos projetos de uso, controle e significação do urbano.

A partir da articulação entre o referencial da geografia urbana, dos estudos sobre juventudes, das contribuições dos estudos culturais e das análises empíricas, foi possível compreender o skate de rua não apenas como atividade esportiva ou de lazer, mas como prática social que produz territorialidades, ressignifica o espaço urbano e reivindica, de maneira cotidiana e situada, o direito à cidade. As entrevistas analisadas à luz da Análise de Conteúdo evidenciaram que a relação entre skate e cidade é mediada por processos de apropriação criativa, leitura sensível da arquitetura urbana e usos não normativos dos espaços públicos, que escapam às lógicas estritamente funcionais, mercantis e securitárias.

Nesse sentido, o skate de rua tensiona os limites impostos pelo planejamento urbano e pelas políticas de ordenamento do espaço ao afirmar o valor de uso da cidade frente ao valor de troca. O corpo em movimento, a experimentação do espaço e a construção de sociabilidades emergem como elementos centrais desse processo, recolocando em pauta o descompasso entre a cidade concebida e a cidade vivida. A prática evidencia que o urbano se produz a partir da experiência cotidiana, revelando a dimensão política das ações ordinárias e a potência dos usos informais na construção da vida pública.

Ao mesmo tempo, a pesquisa demonstrou que essas formas de apropriação não se dão à margem das relações de poder que estruturam o espaço urbano. A repressão institucional, a vigilância, a normatização excessiva e a presença de dispositivos hostis limitam a permanência e o encontro, produzindo deslocamentos, interrupções e recomposições constantes das territorialidades construídas pelos skatistas. Essas tensões reforçam a compreensão do território como processo relacional, atravessado por

movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, nos quais se articulam materialidade, simbolização e poder.

As análises evidenciaram que tais disputas não se manifestam de forma homogênea entre todos os sujeitos. A participação feminina residual no corpus da pesquisa revelou-se um dado empírico central, que não pode ser compreendido como mera limitação metodológica. À luz da Análise de Conteúdo, a ausência de mais mulheres entrevistadas constitui um indicador significativo das estruturas de invisibilização e exclusão que atravessam o campo do skate. As narrativas da única entrevistada mulher evidenciaram experiências específicas de vigilância, sexualização, medo e restrição do uso do espaço urbano, demonstrando que o direito à cidade e a prática do skate é vivenciado de maneira desigual quando atravessado pelas relações de gênero.

Nesse contexto, o skate de rua não deve ser compreendido apenas como prática de resistência, mas também como expressão das ambiguidades da cidade contemporânea, na qual liberdade e controle coexistem de forma tensa. A prática se sustenta na negociação permanente com os limites impostos pelo espaço urbano, revelando tanto a potência das ações cotidianas na produção da cidade quanto os obstáculos estruturais que restringem o exercício pleno do direito à cidade. O skate evidencia, assim, que a cidade é simultaneamente campo de possibilidades e de restrições, obra coletiva e espaço de exclusões.

À luz das análises desenvolvidas ao longo desta dissertação, pode-se afirmar que as questões que orientaram a pesquisa foram plenamente respondidas e que a hipótese inicialmente formulada foi confirmada. Partindo da indagação sobre de que modo a cultura do skate de rua contribui para a edificação da identidade cultural do espaço urbano, os resultados demonstram que essa contribuição se efetiva por meio de práticas cotidianas de apropriação, ressignificação e uso do espaço, nas quais o corpo em movimento, a sociabilidade e a experiência compartilhada desempenham papel central. O skate de rua produz formas específicas de vivenciar a cidade, que se distanciam das funções hegemônicas atribuídas pelo planejamento urbano e pelas lógicas mercantis, afirmando o valor de uso do espaço urbano e a centralidade do espaço vivido.

No que se refere à questão sobre como essa contribuição se manifesta concretamente, a análise empírica evidenciou que o skate de rua reconfigura material e simbolicamente as formas urbanas. Bancos, escadas, corrimãos, praças, calçadões e eixos de circulação são apropriados como suportes da prática, transformando-se em territórios

de uso, experimentação e permanência. Essa resignificação revela que o espaço urbano não se apresenta como um dado fixo ou neutro, mas como um produto social em constante disputa, no qual diferentes projetos de cidade se confrontam. As tensões identificadas, como a repressão institucional, a vigilância e os deslocamentos forçados, confirmam que essa transformação ocorre em um campo de conflitos, no qual o skate de rua tensiona normas, controles e hierarquias espaciais.

Quanto à indagação sobre a viabilidade de cartografar e apreender as dinâmicas e práticas sociais que conferem novos usos às formas urbanas, a pesquisa demonstrou que tal procedimento é não apenas possível, mas metodologicamente relevante. O mapeamento dos locais indicados pelos entrevistados permitiu visualizar a espacialização das práticas do skate de rua, evidenciando a concentração em áreas centrais e eixos estruturantes da cidade, bem como a constituição de territorialidades móveis, provisórias e negociadas. A articulação entre Análise de Conteúdo e representação cartográfica mostrou-se eficaz para apreender a relação entre discurso, prática e espaço, validando a proposta metodológica adotada.

Diante desses resultados, confirma-se a hipótese de que a investigação seria capaz de desvelar a visão dos skatistas sobre o espaço urbano e evidenciar a cultura do skate de rua como ferramenta formadora de uma leitura contra-hegemônica da cidade. Os dados empíricos revelam que os skatistas constroem uma percepção urbana própria, forjada na vivência cotidiana, na troca de conhecimentos e na experiência compartilhada do espaço, que não se opõe frontalmente à cidade concebida, mas a reinterpreta a partir do uso, produzindo sentidos e práticas que desafiam a lógica funcionalista, mercantil e securitária do urbano.

Por fim, a utilização da Análise de Conteúdo como instrumento metodológico mostrou-se adequada para a administração da prova, ao possibilitar a confrontação rigorosa entre os pressupostos teóricos e os dados empíricos. A interpretação dos resultados, articulada ao referencial teórico da Geografia Urbana, dos estudos sobre território e das abordagens críticas do espaço, permitiu não apenas validar a hipótese formulada, mas também aprofundar a compreensão do skate de rua enquanto prática social capaz de revelar as contradições, disputas e possibilidades da cidade contemporânea. Assim, a pesquisa reafirma que compreender o skate de rua é, sobretudo, compreender a cidade como espaço vivido, produzido e constantemente reinventado pelas práticas cotidianas de seus sujeitos.

Portanto, espera-se que esta pesquisa contribua para reflexões futuras que articulem planejamento urbano, práticas culturais e direito à cidade, não com o intuito de enquadrar ou domesticar o skate de rua, mas de compreender como essas práticas revelam os limites e as possibilidades de uma cidade mais democrática, inclusiva e sensível às experiências de seus habitantes. Reconhecer o skate de rua como forma legítima de vivência urbana é, nesse sentido, reconhecer que a cidade se faz não apenas por projetos técnicos e normativos, mas pelas práticas que a atravessam, a contestam e a reinventam cotidianamente.

Ao encerrar esta dissertação, destaca-se a relevância de considerar as práticas juvenis e informais como componentes centrais na compreensão da dinâmica urbana, sobretudo em cidades médias como Londrina, frequentemente analisadas a partir de modelos normativos ou funcionalistas. Ao ouvir as vozes dos skatistas, este trabalho contribui para ampliar o debate geográfico sobre espaço urbano, territorialidade e cotidiano, apontando para a necessidade de políticas urbanas mais sensíveis à pluralidade de usos, corpos e temporalidades que produzem a cidade no dia a dia.

## Referências

- ADORNO, Theodor. **Dialéctica de la Ilustración**: fragmentos filosóficos. Madrid: Trotta, 1994.
- AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- AMORIM, W. V. **A produção social do espaço urbano em Londrina - PR**: a valorização imobiliária e a reestruturação urbana. 2011. 287 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.
- ANTONELLO, Ideni Terezinha; OLIVEIRA, Ariel Pereira Da Silva. O corpo-território: diálogo entre o conhecimento geográfico e a filosofia foucaultiana. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 9, n. 21, p. 7–28, 21 jun. 2022.
- ARENDT, Hannah. **Hombres en tiempos de oscuridad**, Barcelona: Gedisa, 1990.
- BAGNASCO A., **Tre Italie**, La problematica territoriale dello sviluppo italiano, Bologna: Il Mulino, 1977.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmund. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BERNARDES, A. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. **Formação (Online)**, v. 27, n. 50, p. 275-299, 2020.

BERTINI, Isabelle Teixeira; ANTONELLO, Ideni Terezinha. Década a década: as políticas habitacionais e a produção do espaço urbano de Londrina-PR. **RA'EGA**, Curitiba, v. 60, n. 1, p. 70-91, ago. 2024.

BÖES, G. M. AMARAL, A. J. A. Skate e espaço público: profanações urbanas. In: CALGARO, C.; SANGALLI, I. J. (Org.). **Ética, direitos humanos e socioambientalismo**. Caxias do Sul: Educs, p. 170-183, 2018.

BÖES, G. M. **Entre os espaços e a cidade**: a insurgência do skate na experiência urbana contemporânea. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BOURDIEU, Pierre. La 'jeunesse' n'est qu'un mot. In: P. Bourdieu, Questions de sociologie. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.

BRANDÃO, Leonardo. **Corpos deslizantes, corpos desviantes**: a prática do skate e suas representações no espaço urbano (1972 – 1989). Dourados: [S.n.], 2006.

BRANDÃO, Leonardo. **Para além do esporte**: uma história do skate no Brasil. Blumenau: Edifurb, Editora da FURB, 2014.

BRANDÃO, Leonardo. Identidades deslizantes, corpos desviantes: a problemática da esportivização do skate no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE (SIDIS), 3., . Anais [...]. [S.l.: s.n.], 2012.

CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os homens**: a máscara e a vertigem. Lisboa: Cotovia, 1990.

CAMARGO, J. C. G.; ELESBÃO. O problema do método nas Ciências Humanas: o caso da Geografia, Fortaleza. **Mercator**, n. 6, 2004.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Os jovens e a cidade**: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Faperj, 2002, 233p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. SP Editora contexto, 2012. p.53-75.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos Sobre a Cidade. [S.l.]: Fflch/Usf, 2007.

CARMO, Paulo Sergio. **Culturas da rebeldia**: a juventude em questão. São Paulo: SENAC, 2003.

- CHIZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. [S.l.]: Ática, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. **Geosul**, v. 15, n. 8, p. 13–18, 1993.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. [S.l.]: SP: Editora Contexto, 2012. p. 41-53.
- COSTA, Wanderley Messias da; MORAES, Antônio Carlos Robert. O ponto de partida: o método. In: COSTA, Wanderley Messias da; MORAES, Antônio Carlos Robert. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 26 – 35
- CUNHA, Caio Cezar. **Território e ciência popular como pressupostos para elaboração e gestão das políticas públicas sociais**. 2022. 194 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.
- DE CERTEAU, Michel. **La invención de lo cotidiano I. Artes de hacer**. México: Universidad Iberoamericana e ITESO, 2010.
- DEMATTEIS G., Alcuni relazioni tra l'ambito territoriale dei rapporti sociali e i caratteri della casa rurale, **Atti 19. Congresso Geografico Italiano**, 1964, vol. III, p.239-253.
- DELEUZE G. E GUATTARI, F. **O anti-Édipo**, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1976.
- DELEUZE, G. E GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 2v.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.
- FEIXA, C. De jóvenes, bandas y tribus: antropología de la juventude. 2 ed. Barcelona: Editora Ariel, 1999.
- FIGUEIRA, M L. M.; GOELLNER, S. V. Skate e mulheres no Brasil: fragmentos de um esporte em construção. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 30, n. 3, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FRESCA, T. M. O espaço metropolitano de Londrina - PR: Novas centralidades e mercado imobiliário. **Revista de Geografia**, v.30, n.2, p.51-78, 2013.
- FRESCA, T. M. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 11, n. 11, p. 241-264, jul./dez. 2002.
- GALVÃO, L. O. F. A experiência corporal feminina e o direito à cidade para jovens skatistas em Aracaju. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DO PPGS/UFS,

5., 2024, São Cristóvão. **Anais eletrônicos [...]**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2024. p. 444-466

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução de Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOTTMANN J., **The significance of territory**, Charlottesville, University Press of Virginia, 1973.p

GRATÃO, L. H. B. **A poética d' "O Rio" – ARAGUAIA! De Cheias... &... Vazantes... (À) Luz da Imaginação**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói, 2021.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: de o direito à cidade a revolução urbana**. [S.l.]: Livraria Martins Fontes Editora, 2014.

HONORATO, Tony. Uma história do skate no Brasil: do lazer à esportivização. In: Encontro regional de historia – O lugar da historia, **Anais -O lugar da história**. p. 1–14, 2004.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. [S.l.]: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KAYSER, B. O Geógrafo e a pesquisa de campo. **Associação dos Geógrafos Brasileiros**, n.11, p.25-40, 1985.

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Associação dos Geógrafos Brasileiros**, n.11, p.1-23, 1985.

LE BRETON, David. **Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver**. Campinas: Autores Associados, 2009.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Anthropos, 2006. 476 p.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo horizonte: Editora UFMG, 2008.

MACHADO, G. M. C. **A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadinidade**. São Paulo, 2017.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. **De carrinho pela cidade: a prática do skate em São Paulo**. São Paulo: Editora Intermeios, 2014.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. Esporte, cidadinidade e política: disputas em torno dos sentidos da prática do skate de rua em São Paulo-SP. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, 1 abr. 2022.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. Os enquadramentos da cidadinidade: sobre os impactos da prática do skate de rua na cidade de São Paulo. **Rev. antropol.** (São Paulo, Online), v. 64, n. 3, 2021.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. **A cidade através do olhar skatista:** notas etnográficas sobre a prática do skate em São Paulo. 2012. 13 p. Trabalho apresentado à Área Temática: Sociologia do Desporto.

MARQUES, A. C. S. Jovens mulheres na cultura *hip hop* de Londrina (PR): interpretações a partir de *relief maps*. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 1, p. 207-229, 2022.

MATOS; R. B.; RIBEIRO, M. A. C. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 15, n.1, p. 57-79, 1995.

MONTINI, Victoria Zaupa; OLIVEIRA, Ariel Pereira da Silva; ANTONELLO, Ideni Terezinha. As ocupações urbanas irregulares como marcas do desenvolvimento desigual do espaço: o caso de Londrina (PR). **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, [S. l.], v. 12, n. 37, 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 79, p. 195–216, dez. 2018.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: acção política e práticas de apropriação: Conceito e procedências. **Estud. pesqui. psicol.** 2009, vol.9, n.2.

OLIVEIRA, A. P. S.; ANTONELLO, I. T. Renda urbana como práxis territorial: estratégia popular de sobrevivência no espaço urbano. In: ANTONELLO, I. T.; MOURA, J. D. P.; VENDRAME, P. R. S (organizadores). **Interfaces socioespaciais e geoambientais**. Londrina: PPGEU/UEL, 2021, p.54-79.

OLIVEIRA, Ariel Pereira da Silva. **Migrações internacionais motivadas pelo estudo:** o caso dos estudantes de medicina brasileiros na Universidade Nacional de Rosário (UNR) / Ariel Pereira da Silva Oliveira. - Londrina, 2021. 139 f. : il.

PAULINO, E. T. Terra e vida: **A geografia dos camponeses no Norte do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2003.

QUAINI M., Costruire ‘geostorie’ – un programma di ricerca per i giovani geografi, **Geostorie**, anno 11, n.1, 2003, Roma, p.3-15.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

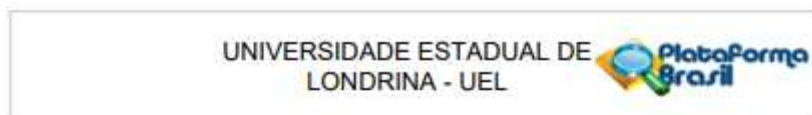
RIDENTI, M. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2005.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo. Ed. Hucitec. 157 p. 1993.

- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed ed. São Paulo: EDUSP, 2009.
- SANTOS, Milton. *Por una geografía nueva*. Madrid: Editorial Espasa-Universidad, 1990.
- SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SARAVÍ, Jorge Ricardo. **Skate, espacios urbanos y jóvenes en la ciudad de La Plata**. Magister en Educación Corporal—[S.l.]: Universidad Nacional de La Plata, 22 nov. 2012.
- SERPA, A. **Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia**. São Paulo: Contexto, 2019.
- SILVA, J. M. As alianças das perspectivas feministas e cultural para superar ausências e silêncios na Geografia brasileira. In: MENDONÇA, F.; LOWEN-SHR, C. L.; SILVA, M.(Orgs.) **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009, p.221-242.
- SILVA, W. R. Fragmentação do espaço urbano de Londrina. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 10, n. 2, p. 5-14, jan./jun. 2001.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p.123-147.
- TOMMASI, L. **Juventude e cultura**. 2017. [https://www.academia.edu/36865436/JUVENTUDE\\_E\\_CULTURA](https://www.academia.edu/36865436/JUVENTUDE_E_CULTURA) Acesso em: 15/09/2025.
- TURRA NETO, N. Punk e hip-hop na cidade: territórios e redes de sociabilidade. **Cidades**, v.6, n.9, p.121-154, 2009.
- TURRA NETO, N. Movimento hip-hop do mundo ao lugar: difusão e territorialização. **Revista de Geografia**, Juiz de Fora, v.1, p. 1-11, 2011.
- VAGAGGINI V., e G. DEMATTEIS, **I metodi analitici della geografia**, Firenze, La Nuova Italia, 1976.
- WHITE, L. A. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

## Anexo 1 – Parecer consubstanciada do comitê de ética em pesquisa



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O SKATE DE RUA E A (RE) CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: EXPRESSÃO E IDENTIDADE TERRITORIAL

**Pesquisador:** VICTORIA ZAUPA MONTINI

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 84969824.9.0000.5231

**Instituição Proponente:** CCE - Departamento de Geociências

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 7.348.655

#### Apresentação do Projeto:

Informações obtidas dos arquivo: PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2420717.pdf

O projeto está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (PPGEO/UEL). A cultura do skate de rua é concebida como uma manifestação sociocultural que oferece novas possibilidades de interação e apropriação do espaço urbano, por meio da utilização de elementos urbanos, como escadarias, corrimãos e calçadas, como cenários para a execução de manobras de skate criativas e desafiadoras. Todavia, é relevante destacar que tais ações não são neutras, mas desempenham um papel fundamental na geração de conflitos e na resignificação do espaço urbano. O objetivo principal desta pesquisa consiste em compreender a influência da cultura do skate nos processos de produção e transformação do espaço urbano, especialmente mediante a subversão das funções tradicionais por meio da resignificação das formas urbanas. Esta pesquisa busca contribuir para o

**Endereço:** LABESC - Sala 14  
**Bairro:** Campus Universitário  
**UF:** PR **Município:** LONDRINA **CEP:** 86.057-070  
**Telefone:** (43)3371-5455 **E-mail:** cep268@uel.br